



# NORDESTE



"São os do Norte que vêm..."

## AVOCAÇÃO DE JOYCE

OLIVIO MONTENEGRO

A PRIMEIRA publicação de James Joyce foi um panfleto «Et Tu Healey!» em defesa de Parnell, o célebre político irlandês. Tinha então Joyce nove anos de idade. Mas já tão intelectualmente maduro este trabalho, que não faltou quem depois o puksesse em confronto com os de Joyce no meio da sua glória de escritor.

Joyce e Ruskin foram os dois gênios mais precoces que se conhecem em toda história da literatura universal. Em ambos o sentimento da arte foi inseparável do sentimento da vida. Em ambos, arte e vida é como se fossem termos de um mesmo denominador comum: a vontade de ser! «To live, to err, to full, to triumph, to recreate life out life!» é a única ênfase de Joyce em «Portrait of the artist as a young man». E ainda em «Portrait», com voz mais confidencial, diz: «Não sei se fui menino em algum tempo. O passado é consumido no presente e o presente vive somente pelo que conduz do futuro».

Na vida religiosa sempre ouvimos falar dos eleitos, dos que por uma graça especial nascem marcados para uma não sei que feliz intimidade com os mistérios da vida sobrenatural — e nelas vontade e fé fundem-se logo num só e inviolável querer. Na vida artística da mesma forma não são raros os casos de eleição, dos que nascem com um corpo e uma alma musicais, e como uma harpa, nada passa por elas sem arrancar um som, uma harmonia, uma vibração que dura séculos: os Ruskins, os Rimbauds, os Nietzsches, os Joyces. Conservam em todo o tempo, e a despeito de todas as circunstâncias uma personalidade inconfundível. Já nascem determinados por uma vocação.

O caso de Joyce é dos mais significativos. Filho de pais religiosos, com uma educação profundamente religiosa, à sombra dos padres jesuítas, os mestres que mais influiram na sua primeira formação intelectual, tudo nele fazia pressentir — mesmo aos superiores do Colégio tão experimentados em vocações espirituais — um futuro padre, um membro da Congregação. Tudo: a sua concentração, a sua disciplina, o seu isolamento, o seu gosto pelas questões teológicas da mais transcendental especulação. E até o seu tomismo.

Mas veio o que ele próprio havia de chamar «o anjo selvagem da beleza e da vida terrena» e o fixou na arte como no seu verdadeiro elemento, o mais consubstancial com a sua natureza sensual e lírica. Com o seu humano egoísmo de vida, da vida longamente filtrada pela sensação e pela idéia. Vida de uma experiência pessoal acima de toda imitação e de toda regra, difícil portanto de conciliar com os ideais ascéticos do cristianismo. E' donde vêm os conflitos morais e as dúvidas que agitaram a alma de Dedalus, o herói de «Portrait», e que na realidade foram os conflitos e

as dúvidas do próprio Joyce. Resultado: o ideal da vida moralmente perfeita do cristão foi substituído pelo ideal da vida esteticamente perfeita do artista. Era assim o meio de realizar a sua própria vocação, aderir à sua verdadeira essência, descobrir-se integralmente a si mesmo.

Há muito da insubmissão nietzscheana em Joyce, muito do mesmo espírito insaciável de análise, do mesmo e quase físico desejo de verdade para que nunca pudesse ele descansar no seio da santa madre igreja como num largo seio materno: inocente mente.

Por mais que na adolescência o seu espírito se supersaturasse de religião, por mais que a sua imaginação se exaltasse com os mistérios da vida sobrenatural, e o pensamento de Deus o preocupasse com uma certa e mística inquietação, nem por isso ele perdeu nunca a consciência impiamente orgulhosa do próprio eu. Porque este pecado de Dedalus era o seu pecado. Como sua, bem sua, a interrogação de Dedalus: «Que é que vem do orgulho do seu espírito que o leva a se conceber sempre como um ser à parte de toda a ordem?». Ainda é Joyce nestas palavras de Dedalus: «Estava destinado a atingir a sua própria sabedoria à parte dos outros, ou a alcançar a sabedoria dos outros por si, e através de todos os enganos do mundo».

Todos os biógrafos de Joyce falam dessa imperiosa convicção de si mesmo que lhe não foi menos autoritária na juventude do que na idade madura.

Joyce era ainda jovem quando foi

apresentado ao poeta Yeats, de nome já universal, e conta Valery Larbaud que ele se teria dirigido ao famoso poeta com estas palavras: «Lamento conhecermos tão tarde. Vejo-o velho demais para sentir a minha influência».

O futuro autor de «Ulisses» tinha dessas arrogâncias de orgulho, e que só o muito gênio de que logo cedo deu mostra, salvavam do ridículo. De ordinário, porém, o orgulho de Joyce nunca se fazia sentir como um luxo de amor próprio, ou uma dilatação eufórica; era antes uma defesa da sua personalidade, uma profilaxia do seu espírito contra os contactos vulgares, ou as intimidades dissolventes. Era uma certa reserva que ele não perdia mesmo entre os íntimos. Um ar de abstração, de quase indiferença. Ainda é Valery Larbaud que escrevendo a propósito do seu primeiro encontro com Joyce, assim narra: «Foi em 1919, no atelier de um amigo, no cais Dupuytren. Miss Sylvia Beach nos apresentou. Joyce é um homem que não fala; é um homem frio; de aspecto severo». Stephan Zweig nas suas Memórias muito fala por sua vez das «esquivanças», do «isolamento interior», da «irritação» de Joyce, que nunca «viu rir ou estar verdadeiramente alegre».

Um crítico da revista «Roman» (Jan, 1951) também diz, referindo-se a Joyce: «Uma zona intransponível existe nele, uma tensão que ninguém ouvia interromper, um ar distante...». Em verdade, muito jovem, o autor de «Ulisses» já deixava transpirar não apenas nos seus primeiros escritos mas em todo o seu ar, um homem para quem a solidão existisse antes no meio dos

outros homens do que longe deles. Herbert Gorman, que é dos melhores biógrafos de Joyce cita uma frase muito expressiva de Eglington quando este disse uma vez ao autor dos «Finnegans Wake»: «Receio muito que não haja dentro de vós bastante caos para fazerdes um novo mundo».

Este mundo novo é o revela na sua obra da idade madura; um mundo novo onde os valores estéticos não são simplesmente valores formais; são acima de tudo valores vitais que servem a uma melhor união do homem com a natureza; que o destendem, mesmo, empaticamente, nas coisas que o cercam. Já em «Portrait», o seu primeiro livro autobiográfico, Joyce mostra de como Stephano Dedalus, este personagem sensível, vendo certas árvores molhadas, e olhando certas ruas, certas casas, certos trechos de paisagem logo lhe acordam personagens, idéias, cenas que iam lhe dar uma vida estranha, de uma secreta importância. Em «Ulisses» Dublin, a cidade onde nasceu Dedalus, não é um personagem menos intenso nem menos presente nas cenas do livro do que os figurados como de carne e osso. Não foi em vão que Joyce disse uma vez a Budgen, quando escrevia «Ulisses»: «Hei de dar uma imagem tão completa de Dublin que, se um dia, a cidade desaparecer completamente da superfície da terra, seja fácil reconstruí-la a partir do meu livro».

E' preciso a visão do artista para essa evocação extraordinária, feita sobre uma base de sensibilidade puramente. Só os grandes artistas têm o privilégio de viver a história sem estudar a história. Não vêem como quem observa e analisa; mas como quem descreve. Por isto mesmo elas nunca desinem: revelam!

Admirável em Joyce é ele ter podido criar o mundo dos seus romances contra um outro mundo que lhe negava pão e água: o da sua vida quotidiana. Mas assim provocou que a sua segurança não repousava nas coisas, e antes nele mesmo. Em «Ulisses», Stephano que ainda aqui é uma encarnação do autor, encarreia a necessidade como um grande conforto. A necessidade exalta em ação todas as virtudes do homem, impele-o a uma afirmação extrema de si mesmo. Que foi o caso de Joyce que não traia a sua vocação a despeito de todas as vicissitudes que o afligiram.

Estudante de medicina em Paris, e sem dinheiro, abandona a Universidade, já perto de obter um título rendoso, e vai estudar canto, aperfeiçoar a sua voz de tenor, que, segundo os seus biógrafos, lhe teria assegurado, se ele quisesse, uma carreira triunfante em todo o sentido.

Mas também abafa a voz de tenor. Havia uma necessidade mais alta a satisfazer: comunicar ao mundo a sua mensagem de artista, uma das mais profundas que já se procurou interpretar

(Continua na pg. 14)

### Passagem de GURVITCH pelo Recife



Fotografia colhida por ocasião da almoço oferecido pelo escritor Antônio França ao prof. Georges Gurvitch, da Sorbonne, vendendo o maestro e senhor pintor Tilde Cunha, srs. Paul Evin, Jean Orcchioni e Michel Renou, o advogado Gustavo Paashaus, os escritores Paulo Mardel, René Ribeiro, do Instituto de Pesquisas Joaquim Nabuco, Yvônio de Sora, secretário de "Nordeste", e o jornalista Jorge Abrantes, do "Diário da Noite". O homenageado, prof. Georges Gurvitch, está sentado entre o escritor Antônio França e a senhora Gurvitch.

# TÓPICOS

A REPERCUSSÃO DE "CASA GRANDE & SENZALA" NA EUROPA

Jornais e revistas brasileiras têm noticiado a extraordinária repercussão da versão francesa de "Casa Grande & Senzala", lançada, no comércio deste ano em Paris. Os críticos mais representativos da velha Europa têm chamado o livro do sr. Gilberto Freyre de "épico", "admirável", "ensaio universal". Na verdade, nenhuma obra brasileira alcançou a repercussão que a obra do sr. Gilberto Freyre está conseguindo da crítica e do público mais culto da Europa. A retumbância já alcançou os países escandinavos e slavos e propostas de traduções em sueco, alemão e russo já estão surgindo. Para nós, que temos em Gilberto Freyre a maior formação de escritor brasileiro, é uma alegria sem par registrar esse acontecimento que nos eleva ao nível das grandes literaturas.

Depois do sucesso de "Casa Grande & Senzala", embora traduzido para o francês, já podemos dizer que a línguagem portuguesa pode ser estudada, na sua repercussão universal, antes e depois de Gilberto Freyre.

O TRI-CENTENARIO DA RES: "A SITUAÇÃO DO PROFESSOR BRASILEIRO NAUACAO PERNAMBUCANO

Embora praticamente sem verbas, movimentam-se as comissões oficiais para comemorar, com dignidade e brilhantismo, o terceiro centenário da expulsão dos holandeses do Nordeste brasileiro. A Comissão Executiva e as demais sub-comissões têm se reunido regularmente. O Instituto Arqueológico já está com o teorário impresso para ser distribuído. Trata-se de um dos pontos mais altos das comemorações, pois realizarão o Congresso de História, já não teremos deixado passar em branco, nivem a história das feitos dos nossos antepassados que cimentaram as bases da nossa nacionalidade.

Também estão em via de conclusão as monografias sobre os restauradores, confiadas em boa hora ao historiador José Antônio Gonçalves de Melo, neto, pelo Magnífico Reitor, professor Joaquim Amazônia. A Universidade do Recife está dando uma ajuda de primeira ordem ao programa das comemorações. E confeciona das pelo pintor M. Bandeira já estão prontos os desenhos para a embaixada da medalha comemorativa que é um primor de arte e bom gosto.

Na Pernambuco intelectual, pelas suas forças da inteligência e do trabalho, deve se integrar, com entusiasmo, nas comemorações do III Centenário da Restauração.

"OS SONETOS" DE CARLOS MOREIRA

Em edição "Sagitário", será lançado, ainda éste mês, o livro "Os sonetos", do poeta Carlos Moreira, um das grandes valo-  
res da geração de 45. Prefácio do poeta pernambucano, o sr. Carlos Pe-  
na Filho, autor de "O Tempo da Busca", livro de poemas e sonetos que conquistou para um autor seu lugar definitivo no atual movimento literário pernambucano.

## A VOLTA DA REVISTA "REGIÃO"

Há algum tempo atuando como "Região", agora sob a orientação de Maurício Meira e Edmíl Régis, em principais de Ju-  
lho. Das suas edições, podemos destacar "O Manifesto Regionalista de 1926", do escritor Gilber-  
to Freyre.

"Região", agora com oficinas práticas, tem um vasto pro-  
grama editorial a cumprir e preten-  
de circular semanalmente, a parti-  
r de julho.

## "VELHOS MÉDICOS, VELHA MEDICINA"

De Leder de Assis Rocha re-  
bem o seu novo livro "Velhos  
Médicos, Velha Medicina". Trata-  
se de um volume de crônicas  
muito bem lançadas sobre a me-  
dicina e os nossos médicos de sé-  
culo XIX e princípios do XX.

Já se encontram prontos e a ca-  
minho de editar os originais de "AS-  
PECTOS ACULTURATIVOS DA RA-  
CA NEGRA NO BRASIL", da autori-  
tária do ensaista pernambucano,  
Yvonilido de Souza.

Trata-se de substancial estudo da influência negra nas nossas costumes, salientando o autor o relevante papel da cultura africana, transplantada para o Brasil, na formação do folclore, do direito, dos hábitos alimentares, da saúde e das artes plásticas em nosso país e no continente americano.

Apesar do tema não ser virgem na literatura brasileira, é novo o ângulo em que o autor se coloca, entre os sociólogos, antropó-  
logos e outros estudiosos da negra e sua cultura no Brasil.

**Classe Media**

(Continuação da pg. 12)

tos. Gerdal exigiu que o garçom se sentasse junto de si num círculo e disse que havia uma conspiração contra ele, só contra ele. O garçom recusou-se porque todo mundo podia ver por seu contra o regulamento, tudo, menos ele, menos a sua fama e simo de bar pensando que milha. Depois sem pedir opinião estava bebido sozinho e se levantou sem pagar o chapeu e foi embora, gestuando com os braços, erguendo os braços, falando alto, posto a matá-lo se ele não se sentisse uma névoa na cabeça e terminal. O sol estava quente ouvia sons prolongados distantes e os automóveis que passavam tais como se a sua alma fosse erguendo muita poeira. Gerdal um imenso corredor e houvesse sentia uma névoa cada vez mais alguma gritando lá no extremo da cabeca, múltiplos sons e gritos através de um corredor, sentir junto dele e Gerdal então Caminhou sem se voltar pelo meio da estrada. Através a poeira só se podia ver o vulto e os seus gestos largos, as mãos vinham até perto do peito e se abriam no espaço, mostrando a entrada e alguma coisa invisível depois se erguam para o alto e foi assim até que se perdeu no céu. Explicou porque devia ter caminhado.



Desenho de M. Bandeira

## A REPERCUSSÃO DAS "ELEGIAS"

Não sabemos de livro de poesia de maior ressonância, na crítica e no público, do que as "Elegias" do poeta pernambucano Mauro Mota. Tanto a crítica especializada, como a profana, foram unânimes em reconhecer que o lançamento das "Elegias" marcam um momento novo na poesia brasileira. Daí os artigos: consagradores de Gilberto Freyre, Gaspar Simões, Sérgio Millôr, Aderbal Jurema, Oscar Mendes e centenas de outros trabalhos que, de norte a sul, proclamaram as excedentes qualidades do poeta de que é possuidor o sr. Mauro Mota.

Vitória nítidamente da Província, o livro do poeta pernambucano é, hein, um acontecimento nacional.

A edição foi apresentada pelo "Jornal de Letras", do Rio, com ilustrações de Farnese.

## O SOBRADO NA PAISAGEM RECIFENSE PRATICAMENTE ESGOTADO



A monografia do nosso companheiro Aderbal Jurema, "O Sobrado na Paisagem Recifense", em primorosa edição "Nordeste" está praticamente esgotada. Livro que tem provocado grande celeuma na crítica especializada, "O Sobrado na Paisagem Recifense", segundo o sr. Gilberto Freyre, é "um ensaio admirável pela opulência de documentação e vigor de argumentação".

Essa magnífica edição de "Nordeste" contém 44 ilustrações em negativo, inclusive um bico de pena inédito de Manuel Bandeira, fotografias, também inéditas de Benício W. Dias, e uma reprodução das côres originais do estampa de Zacharias Wagner, representando a antiga rua do Bom Jesus. As vinhetas do livro, admiravelmente ilustrada, são vistas parciais do bairro do Recife e de Santo Antônio, extraídas dos desenhos de Frans Posto, da edição brasileira do "Barão".

Da edição, de mil exemplares, foram tirados duzentos em papel "bouffant" especial, formato 18 x 24, numerados e assinados pelo autor.

A DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E CULTURA DA PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, ELABOROU PARA O ANO DE 1953 O SEGUINTE PLANO EDITORIAL:

1. "AUTO DA MULA DE PADERNE", do conhecido teatrólogo pernambucano Hermílio Borda Filho. Tiragem de 25 exemplares com gravuras originais de Darel e tiragem popular, com reprodução das gravuras originais.
2. "CRÍTICA". Primeiro livro do jovem crítico pernambucano Haroldo Braga, que preferiu editá-lo no seu Estado natal, embora pudesse fazê-lo no Rio, onde reside atualmente.
3. "ALBUM DE VELHAS FOTOGRAFIAS DO RECIFE". Obra do colecionador brasiliense Gilberto Ferrez, residente em Petrópolis, onde tem reunido grande quantidade de material iconográfico referente ao Recife. Entre esse rico material, há fotografias inéditas de grande valor histórico e artístico. O trabalho aparecerá com excelente prefácio do sr. Amaro Quintas.
4. "NOTÍCIAS E ANUNCIOS DE VELHOS JORNALIS". Interessante trabalho do historiador Amaro Quintas, com ilustrações e um prefácio do sr. Gilberto Freyre.
5. "SÍNTESIS HISTÓRICA DA CIDADE DO RECIFE". Trabalho do escritor Yvonilido de Souza. História breve do Recife, com prefácio de Costa Pôrto.
6. "GUIAS TURÍSTICOS", em forma de folhetos ilustrados, com reproduções de fotografias e desenhos, informações sobre locais de interesse turístico, pontos pitorescos, monumentos característicos do antigo e moderno Recife. Um desses guias tratará exclusivamente dos nossos monumentos.

te ao Recife. Entre esse rico material, há fotografias inéditas de grande valor histórico e artístico. O trabalho aparecerá com excelente prefácio do sr. Amaro Quintas.

Para a confissão escolho as palavras com o maior cuidado possível: há ainda em mim uns restos de juventude, porém, só na superfície.

Converso com operários: o tanto marginal. Sim, em-

custo da vida, crianças mor-

# CONFISSÃO

Conto de ALOISIO ALBERT

Para a confissão escolho as palavras cuidadosamente: amo as pessoas — os homens e as mulheres — sobretudo as adolescentes que passam orgulhosas dos seus pequenos seios, amo também o bairro onde morei na infância, e as festinhas de subúrbio em homenagem a um padroeiro qualquer. Lembras-te, Angela? Naquela festa estivemos sós, e divertimo-nos cícloticamente — nós, pobres esquizóides sem remédio — o riso em nossos lábios, o carroussel, a roda giratoria, a mulher serrada ao meio, amendoim, pipocas, roletes de canas — rimo-nos muito, Angela, rimo-nos às gargalhadas, rimo-nos de tudo e até dos nossos escrúulos superados, e sequer uma vez nos lembramos das convenções, lembras-te Angela?

Vocês — chamavam-nos de japonês, nem sei por que — gêlio raspado, um copo com um pouco de mel de frutas, Miranda morreu disso, cegado! Miranda morreu de fio, Joãozinho morreu, queimado na casa de fogos da rua do Rangel, Angela morreu simplesmente: na véspera apertei-lhe as mãos, depois veio a morte, simplesmente. Miranda, Angela, Joãozinho: deus, eu vos amo! Eu amo a todos vós: cobradoras de ônibus vendedores de amendoim, colegiadas desculpadas, caixeiros de loja, artistas de circo, cantadores de feira, vendedoras de peixe frito. Acaíro os cabelos ruivos de uma criança judia: há milhares de anos que os avós desse menino sofrem perseguições, insultos, massacres, e ela é minha irmã querida. Acaíro a carapina escura de uma criança negra: seus avós foram belos reis africanos, depois escravos na América, barbaramente espancados. E este garotinho é meu irmão querido. Escrevo esta confissão com tóda honestidade, apesar com certo cuidado no emprego das palavras: socialista, sem dúvida honesto, porém desorientado e sem perspectivas, levemente anarquista (a herança do meu bisavô preso na cadeia pública de Mareschal), amo as pessoas — homens e mulheres — simo ternura, às vezes tédio, às vezes ódio — confesso honestamente, embora envergonhado.

— Aloisio Albert, me diga uma coisa: você é mesmo um escritor?

Vários amigos, uma mesa de bar, opiniões sobre arte, discussões inúteis e intermináveis, alguém fala em Heine (meu Deus! Existe mesmo, nesta terra, quem fale em Heine, e o leia e o ame!?). Minha mãe augurando inutilmente um brillante futuro, Angela imergindo nas trevas absurdas, minha adolescência frustada — e no entanto, quão agradável recordar certas passagens, certos detalhes, aquele amor frenético, desesperado: olvido um pouco, olvido por alguns instantes a certeza de que estou ficando velho e frustado, cada vez mais frustado e velho. Nem banham-me posso no rio que abraça as curvas da minha cidade: impede-me o preconceito, e preferindo pagar quinhentos réis, aí, ainda mais, a sugestão dos próximos cabelos brancos, que a princípio virão aos poucos, depois serão muitos, inúmeros, prateando tóda a cabeca irremediavelmente.

— Você é mesmo escritor?

Não sei. Não sei sim, porque as coisas acontecem com naturalidade. As coisas têm o seu dia, a sua hora, têm o seu instante: a definitiva ausência de Angela, Joãozinho queimado vivo, Miranda morrendo de fio, filhas amareladas no chão, o Ginásio Pernambucano, o Rio, tese, anistese e síntese. Carlos Marx, meu bisavô anarquista na prisão de Mareschal, crianças judias, crianças negras, Almas Mortas, Marcel Proust, amigos nos bares, stream of consciousness, as ruas iluminadas pelo sol, a casa onde nasci, o bairro onde brinquei de "chicote queimado", o desejo absurdo de amar uma adolescente de tranças negras, mãos calosas de operários, cobradoras de ônibus, a pena deslisa no papel — escrevo um poema, ou uma confissão, sem vaidade, mas com um certo orgulho: orgulho de pertencer ao gênero humano. Embora um converso com operários: o tanto marginal. Sim, em-

# NORDESTE

REVISTA DE CULTURA  
Editado pela Empresa JORNAL DO COMÉRCIO S. A.

Redação e gerência: RUA DO IMPERADOR, 163

3.º andar — Recife — Pernambuco

Diretor: Esmaragdo Marroquim  
Redator-chefe: Aderbal Jurema  
Secretário: Yvonilido de Souza

Solicitamos permuta com as publicações congêneres.  
Todos os livros enviados a esta revista serão registrados  
independentemente da classificação assinada.

Número avulso ..... Cr\$ 4,00  
Número atrasado ..... Cr\$ 0,00  
Nos Estados ..... Cr\$ 5,00

REPRESENTANTES — João Cabral de Melo Neto (Londres-  
Inglaterra) \* Cícero Dias (Paris-França) \* Artur Coelho (New  
York-E. U.) \* José Condé (Rio de Janeiro-D. F.) \* Alcântara  
Silveira (São Paulo) \* Sílvio de Macedo (Maceió-Alagoas) \* Jata  
Soares (Salvador-Bahia) \* Gambarra Filho (João Pessoa-Para-  
iba) \* Eríco Veríssimo (Porto Alegre R. G. S.) \* Hélio Galvão  
(Natal-Rio do Norte) \* Alphonse Guimaraes Filho (Belo Ho-  
rizonte-Minas) \* Dalton Trevisan (Curitiba-Paraná) \* Sámi Mi-  
guel (Florianópolis-Santa Catarina) \* J. Pedrosa (Caxias-Grande-Pará)  
Lycio Neves (Cariacica-Pernambuco).

# ASPECTOS DA REVOLUÇÃO DE 1817

LUIS DA ROSA OITICICA

ESTA sessão comemorativa, em certo sentido, é bem o cumprimento renovado do vaticínio de Muniz Tavares, expresso quando, resolvido a perpetuar o seu testemunho sobre os acontecimentos de que se tornou cronista, embora temeroso das consequências do seu depoimento, a ponto de confessar que não desconhecia os riscos a que se expunha, escreveu: — "Tempo virá, talvez, em que o dia seis de março será para todos os brasileiros um dia de festa nacional". (1).

Mais cedo do que lhe fôra lícito esperar e mais entusiasmaticamente do que lhe seria dado prever, a imparcialidade da história que, no dizer de Lamartine, "não é a do espelho que reflete únicamente os objetos, mas a do juiz que vê, que escuta e que sentencia" — rendeu, à memória daquêles generosos patriotas, o tributo do seu culto, apondo à sua rebeldia nacional republicana o sinete da consagração deviada à sinceridade dos seus propósitos.

Mas, o seu idealismo imantado da ânsia de liberdade para a sua terra e para a sua gente não se tornou suficientemente objetivo para garantir-lhes a consolidação de uma vitória já assegurada, e cuja perda lhes valeu o sacrifício das próprias vidas.

O sucesso dos acontecimentos iniciais predispos, certamente, o ânimo daquêles patriotas à convicção de que, dominado o Recife, removida estaria a possível resistência dos realistas nos distritos e caititanias comprometidos com a revolução.

Menos otimistas tivessem sido ao receberem a rendição de Caetano Pinto de Miranda Montenegro, outro teria sido o epílogo da "única revolução brasileira digna d'esse nome", como a qualificou Oliveira Lima.

O movimento de 1817, entretanto, teve a sua marcha vitoriosa interceptada pela interferência de fatores negativos, cuja ocorrência se torna inexplicável em um levante revolucionário da amplitude a que se propunha, sobressaindo entre elas, em primeiro plano, a falta de um chefe militar identificado com a função e capaz de imprimir à direção da campanha a decisão e a firmeza que lhe faltaram no comando das tropas empenhadas em combate, nos diversos setores da luta.

Essa falha responde por uma série de sucessivos revezes em pontos nos quais o triunfo das armas patriotas se impunha como condição indispensável ao êxito da revolução.

Avulta, entre elas, o desastre da expedição comandada por José Mariano Cavalcanti, nomeado para ocupar o cargo de governador militar do distrito das Alagoas, vago com a fuga do seu titular, Tenente Coronel Antônio José Vitoriano Borges da Fonsêca.

O abandono dêsse posto pode ser considerado como a chave do fracasso revolucionário naquêle distrito, porque Borges da Fonsêca, além de confundir os patriotas com a sua estranha atitude, comprometeu o êxito do movimento, solicitando ao Conde dos Arcos, em 14 de março, na qualidade oficial de comandante da praça, socorro de gente e munições para resistir ao movimento revolucionário.

A José Mariano foi atribuída a decisiva tarefa de restabelecer o prestígio da revolução ameaçada naquêle distrito.

E com as tropas entregues ao seu comando, acrecidas das forças recrutadas no trajeto, seguiu via terrestre, ante a impossibilidade da projetada viagem marítima, obstada, à última hora, pelo aparecimento da reduzida esquadra do Capitão-Tenente Rufino Peres Batista, despatchada, por D. Marcos de Noronha, para sitiá-lo Recife.

Cabia-lhe, ainda, implantar a ordem, estimular as populações locais a dar apoio aos patriotas, e, o que era mais importante, constituir-se o centro da resistência contra a reação da Bahia, entregue à caiquessa revolucionária do Dr. José Inácio Ribeiro de Abreu e Lima — o padre Roma —, cujo poder de persuasão não fôra muito eloquente nas Alagoas.

A incapacidade de comando, a tibieza de vontade e, sobretudo, o temor de sa-

crificar a pele, levaram José Mariano a comprometer o sucesso da expedição e da causa que defendia.

Tão lento se processou o deslocamento dessa força, que, antes dela, chegou às Alagoas a notícia da sua marcha. Veio-lhe ao encontro o Capitão Manuel Duarte Coelho, com tempo suficiente para atingir Pôrto de Pedras e estabelecer contacto com as morosas tropas de Mariano, às margens do rio Manguba, onde foram desbarcadas com quatro horas de luta.

Esse resultado animou os realistas a incentivar a reação, fazendo retrair tóda a iniciativa dos patriotas.

A chama da rebeldia se manteve aceita em muitas localidades, sobretudo em Alagoas, São Miguel dos Campos e Anadia, com exceção da vila de Atalaia, onde se achava procedendo a correção o ouvidor Antônio José Ferreira Batalha, o qual impediu a leitura das proclamações do governo provisório. (2).

Todavia, insuficientemente assistidos, foram aquêles patriotas impotentes para

Lins, condenado à morte, e, encarcerado no Convento do Carmo, desta capital, teve sua pena comutada em degrado para o Rio Negro, dêle escapando pela fuga empreendida com o auxílio do seu irmão Manuel Duarte Ferreira Ferro, posteriormente Barão do Jiquiá.

Facilitada estava a missão do marechal Cogominho de Lacerda, tanto que a 18 de abril transpôs sem oposição o rio São Francisco para encontrar em Penedo disposições de espírito, tanto do povo como dos dirigentes, em condições de permitir a arregimentação de forças para engrossar as suas tropas.

E, entretanto, quando a notícia da revolução, nove dias depois de irrompida, chegou às margens do rio São Francisco, Penedo, que havia sido flagelada pela seca e por uma epidemia de varíola, cantava rosas à liberdade.

Soltaram-se os presos, tiraram-se as armas reais das bandeiras e dos edifícios públicos, desapareceu o tratamento de se-

dos patriotas, como meio mais fácil de tornar vitoriosas as forças realistas.

Apesar disso, Cogominho de Lacerda ainda se cercou de precauções para atravessar o São Francisco, e, só o fez depois da apresentação de garantias que lhe foram dadas pelos chefes da contrarrevolução em Penedo, onde conseguira organizar dois batalhões, um de brancos, sob o comando do Tenente Coronel José Gomes Ribeiro, e outro, de pardos, entregue ao comando do Coronel Francisco Manuel Ramos, para acompanhá-lo na sua marcha até o Recife.

A sua jornada até a capital de Pernambuco se processou vitoriosamente, depois de desbaratar em Merepe e no engenho Trapiche as despreocupadas forças de Luiz Francisco de Paula Cavalcanti e de Domingos José Martins, aprisionado nessa ocasião e remetido para um dos navios da frota de Rodrigo José Ferreira Lôbo, empenhada no bloqueio do Pôrto de Recife.

Enquanto essa melancólica paisagem militar se desenhava ao Sul da Província, dela não diferia muito o desenvolvimento dos acontecimentos na Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, regiões nas quais se tornou evidente a mesma despreocupação naquêle setor.

Bem recebida nessas províncias a idéia revolucionária, muito melhor na primeira que nas duas últimas, "no terreno militar, entretanto, os dirigentes do movimento cometem o mesmo erro que os de Pernambuco, pois seu único ato foi convadir os cidadãos a sentar praça. Não se preparou tropas, não se procedeu à incorporação de conscritos, nem mesmo se intensificou a instrução da tropa já existente e tampouco se fez o balanço das armas e munições existentes na capitania e de outros recursos suscetíveis de serem utilizados durante a guerra. Enfim, nada se fez, nada se previu, para enfrentar a borracha da reação realista, que forçosamente viria". (4).

Contribuiu para essa falta de cautela, nas providências garantidoras das vantagens obtidas, o imprevisto dos primeiros sucessos. De mistura com o entusiasmo da vitória, atraíçou-os a convicção da derrota realista.

Aliás, podemos até vislumbrar, no fundo dêsse excesso de confiança, um pouco daquela noção jactanciosa da valia americana, apontada pelo abade de Pradt, num dos seus livros de vulgarização da emancipação do Novo Mundo, de que nos dá notícia Oliveira Lima.

É inaceitável como justificativa a circunstância de não terem podido os chefes patriotas escolher a seu talante o momento propício para a deflagração do movimento revolucionário, pois que, aproveitando-o como se lhes apresentou, ou seja, imprevisivelmente, conseguiram, ainda assim, dominar a situação.

O inopinado dessa decisão explicaria, no máximo, certo retardamento na execução de plano da revolta, mas não o sacrifício do plano da revolução, mas não o sacrifício efetivas, do movimento armado propriamente dito, já não tanto em Pernambuco, porém de modo especial nos distritos mais afastados e nas capitâncias compreendidas no esquema subversivo, como pontos de apoio da revolução.

Tanto mais quanto essas providências se não resumiam, apenas, em armar o povo ou atraí-lo sumariamente à causa revolucionária, mas, sobretudo, vencer-lhe o natural retraimento e a desconfiança, resultantes da falta de instrução, ou melhor, do obscurantismo a que havia sido relegado o Brasil Colônia.

Mas, a verdade é que se não cuidou do aperfeiçoamento do nível cultural da massa como fator positivo de que carecia o movimento. E o que nos autoriza concluir a informação de Tollenare, o qual, em determinada ocasião, procurando convencer o Padre João Ribeiro da necessidade de ser publicada uma gazeta para doutrinar o povo — tão alheio ao que se passava, que muitas pessoas da classe média não se consideravam em revolta contra o



Desenho de Ladjane

fazer vingar a bandeira autonomista desfraldada no Recife, a despeito dos esforços empregados pelos seus chefes, alguns dos quais pagaram com a prisão, quando não com a vida, o preço da sua rebeldia. Entre elas figuram o Capitão patriota Antônio Leão Rebelo Leite de Sam Paio, membro de numerosa e importante família, morto e esquartejado na barra do rio Jiquiá, Sargento Mór João Tenório de Albuquerque, da vila de Anadia, e o Capitão Manuel Vieira Dantas, de São Miguel dos Campos, pai de João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, que, então com sete anos, seria mais tarde o ilustre titular daquêle nome.

Vieira Dantas, foi o mesmo, que em 1824 participou ativamente do movimento em prol da Confederação do Equador. Presso, juntamente com sua mulher D. Ana

nhor, excelência, senhoria e mercê, substituídos por vós e patriota. (3).

Não sendo, todavia, essa adesão consequência de uma convicção revolucionária, pouco durou, de modo que aqueles mesmos que a manifestaram em praça pública, como o Comandante do Corpo de Milícias, Coronel Inácio Francisco da Fonseca Calaça Galvão, o Comandante do Regimento dos Pardos da Comarca, Capitão Manuel José de Santana, o Capitão José Gregório da Cruz, o Sargento Mór Antônio da Silva, bem como os membros da Câmara Municipal, foram os primeiros a se reconciliar com o Rei, arrependendo-se do seu entusiasmo republicano perante D. Marcos de Noronha, amedrontados com a capciosa e ameaçadora proclamação daquêle Conde, empenhado na desagregação

# Teresa Margarida, Moralista Portuguesa

(Continuação da pg. 8)

se não perca em poucos dias pelo muito uso, podendo conservá-la a moderado em toda a vida» (Aventuras de Diófanes — pag. 115). Também merece ser lido o que escreve sobre a amizade. «Em que consiste a verdadeira amizade (perguntou Pachina irmã de Olimpia)? Em sentirmos dous sujeitos as adversidades um do outro (lhe respondeu), e se alegrarem igualmente com as prosperidades; e como é difícil achar-se uma com as qualidades de verdadeira, é preciso que a prudência faça a escolha para serem bem satisfeitos os preceitos da fidelidade. Não pode sempre desempenhar a boa amizade o sujeito, que não fôr discreto, e entendido, pois se devem acompanhar com o conselho nas adversidades, e reparar dos golpes da inveja nas prosperidades; pelo que não há causa, de que mais careça o coração humano, pois na presença adverte o afeto os desacertos, e na ausência costuma a lealdade defender dos inimigos» (pag. 62). Sobre a educação diz: «Vós sabeis, ó Delmetra, o cuidado, que deve dar a boa educação dos filhos, porque, nos meninos, como cera branca, tudo se lhes imprime; e que se os maus costumes têm as raízes na educação, rarissima vez deixa de ser os frutos monstruosos. A má criação, e o mau exemplo apostam entre si fazerm-se conhecer têda a vida» (pag. 82). Muito oportuno é, sem dúvida, o que afirma sobre a arte de governar: «E vêde, Senhor, que os Deuses vos não fizeram Rei com outro fim mais, que

convida a vontade, sim como permite a razão, porque para serdes pai deste povo, a quem deveis dar o tempo com amor; que o que mais sacrifica o seu gosto ao bem público, é o que é mais digno de reinar, tendo mais confiança nas suas obras, que nas suas palavras, porque estas assustam, e as obras animam, pois é o bom exemplo o que melhor excita o exercício das virtudes, e mais severamente repreende os vícios» (pag. 118). E mais diante: «Não consintais que sirvam as ocupações homens ambiciosos, pois não há na República animal mais pernicioso, que o que a serve com a ambição de se lhes comprarem as dependências. Também deveis cuidar em que só se dêem os cargos de justiça a homens doutos, e de conhecida prudência, pois «os Juízes, de quem se deve fiar a República, devem ser retos no que sentenciam, compassivos no que mandam, honestos no viver, sofridos nas injúrias, e comedidos nas palavras» (pag. 120).

Pelos exemplos citados, e que poderiam ser facilmente multiplicados, verifica-se claramente que o livro de Teresa Margarida é fundamentalmente de *Máximas de Virtude e Formusura*. Nele, o romanesco é mínimo e é superado completamente pela pregação moral e política. Teresa Margarida não é, pois a primeira romancista brasileira. A rigor, não é romancista, nem brasileira: é moralista portuguesa.

\*

\*



Desenho de Augusto Rodrigues

Rei, julgando, apenas haverem expulso um mau governador, para substitui-lo por outro melhor que viria da Corte do Rio de Janeiro, — recebeu como resposta daquela patriota as seguintes palavras: «Conven-nos deixá-los neste érro». (5).

Estranha conveniência essa, manifestada justamente por quem já antes sentenciara: «E em vão que se pretende abafar as idéias liberais; pode-se adormecer por um momento a liberdade, mas ela terá sempre o seu despertar, não duvide disto». (6)

Mas, não seria sem antes instruir e esclarecer esse povo que ele, em conversa ainda com o autor das *Notas Dominicais*, concordara em considerar "ignorante e inípito para compreender outra coisa além da obediência passiva e irrefletida". (7).

Sob esse aspecto, João Ribeiro Pessôa de Melo Montenegro, que esse era todo o seu nome, se não revelou um bom discípulo de Arruda Câmara, o sábio fundador do Aerópago de Itambé, cujas recomendações eram bem expressas: «Acabem com o atraso da gente de côn, dizia Câmara, isto deve cessar para que logo que seja necessário se chamar aos lugares públicos haver homens para isto, porque já mais pode progredir o Brasil sem elas intervierem coletivamente em seus negócios».

E a revolução não podia prescindir da participação desse mesmo povo que tornou possível, em 1654, o milagre da restauração, e sem o qual a elite dirigente ficaria, como ficou, exposta a derrota e ao martírio.

Cumpria, assim, aos orientadores do movimento, dadas as condições precárias do elemento a utilizar, prepará-lo psicológica e materialmente para o advento da nova ordem político-administrativa pretendida.

Mas os chefes revolucionários circunscreveram, inadvertidamente, o trabalho de convencimento à esfera das populações de Pernambuco, justamente aquelas nas quais o ideal emancipacionista já constituía o substrato do seu espírito, e relegaram a plano secundário a doutrinação daquelas outras onde esse sentimento, inciso difundido ou quasi arrefecido, maior resistência oporia à sua aceitação.

As precipitadas viagens do Padre Roma ao distrito das Alagoas e à capitania da Bahia, bem como as do Padre José Martiniano de Alencar às capitania do Norte, foram um recurso tardio, revelador da falta de unidade revolucionária na base territorial do movimento.

Enquanto isso, a conquista da opinião popular, em Pernambuco atingiu só o povo livre, mas se aprofundou até a massa escrava, com a promessa da abolição.

A participação do povo conseguida em Pernambuco seria certamente imitada nas outras capitania, embora com maior trabalho, se idêntico tivesse sido o preparo do potencial humano.

E quando essa participação não se manifestasse na fase pre-revolucionária, declarar-se-ia entusiasta com a deflagração do movimento, como se deu aqui, embora esse resultado tivesse revelado outro aspecto do problema, que foi o descontentamento dos senhores ante a pro-

## ASPECTOS DA REVOLUÇÃO DE 1817

(Continuação da pg. 3)

metida liberdade dos escravos, o que provocou a conhecida proclamação do governo dirigido aos habitantes da capitania, no sentido de conciliar, diplomáticamente, a esperança dos escravos, em face à promessa da abolição, com a estabilidade econômica dos senhores proprietários, firmada na escravatura.

Nesse manifesto, esclarecia o governo provisório "que queria uma emancipação que não permitisse mais lavrar entre elas o cancro da escravidão, mas a desejava lenta, regular e legal".

É possível que a calida ambiciosa local tivesse envolvido os responsáveis pelo movimento numa enganadora impressão de uniformidade de um suposto clima de entusiasmo e ardor patriótico, dominante nas outras capitania.

E, assim, não se teriam apercebido da fraca ressonância que os ecos da distante pregação revolucionária ali despertavam.

No exame da revolução de 1817, sobressai a circunstância de que se não podem estabelecer termos comparativos entre a evolução política das capitania a que nos temos referido e a de Pernambuco, que se processou em moldes de um verdadeiro noviciado de práticas libertárias, como berço de reações nativistas, a princípio contra o estrangeiro e, depois, contra a metrópole com a sua política fiscal e opressiva, a ponto de se constituírem um e outro no inimigo em face do qual, como assinala Fernando de Azevedo, os brasileiros começaram a reconhecer-se como um mesmo povo (8).

Os lineamentos dessa identidade podem ser encontrados muito longe, remontando até àquela "atuação energica e moralizadora de Duarte Coelho, como saliente Amaro Quintas, reagindo contra as intrusões indébitas tendentes a anular as suas prerrogativas verdadeiramente feudais, formando na Capitania Nordestina aquela espírito independente e cioso de suas reais". (9).

Todavia, é em 1710, com a primeira manifestação do anseio de uma República semelhante à de Veneza, que aquelle espírito adquire contornos mais nítidos, embora se possa vislumbrá-lo consciente da sua força e da necessidade de unificação nacional, no domínio holandês, afinal aliado pelo sentimento nativista, galvanizado pelo abandono da metrópole.

Enquanto, firme e sem desfalcamento, se ia fixando nos habitantes da colônia a consciência autonoma, precárias se constituíram as condições econômicas da Capitania, de modo a se agravar na segunda metade do século XVIII com o decréscimo da produção, sobre carregada de impostos e taxas cobradas em benefício da Coroa, ciosa dos seus monopólios, para a manutenção dos quais nenhum intercâmbio comercial era permitido, a não ser através da metrópole.

A esse respeito, vale salientar que "o comércio internacional português era feito, em magna parte, com a produção bra-

sileira. Portugal, além de consumidor, era o entreposto de distribuição de todo o comércio exterior do Brasil. Ganhavam os navios português com os seus fretes marítimos; ganhavam as alfândegas de Lisboa, com as importações brasileiras; ganhavam os comissários português com a armazenação e a revenda desses produtos; ganhavam novamente as alfândegas português com a entrada das manufaturas estrangeiras, para o consumo do Reino e da Colônia, trocadas em elevada proporção, por artigos brasileiros. As rendas das alfândegas constituíam as rubricas principais de suas receitas. E as rendas das capitais lusitanas, investidos no Brasil ofereciam larga base para extensa tributação". (10).

Alvoreceu o século XIX com um novo alento dado à difusão das idéias liberais pelas consequências da Revolução Francês reacendendo nos corações dos patriotas a convicção de que a autonomia do Brasil, mais cedo ou mais tarde, seria concretizada.

Ao lado do impulso que as idéias liberais violentamente postas em prática no Velho Mundo vieram trazer ao idealismo, nunca arrefecido, dos habitantes da colônia, condições mais favoráveis de proselitismo foram criadas com a fundação do Seminário de Olinda, pelo Bispo Dom Azevedo Coutinho, sobre o qual nos fala Fernando Pio, no seu livro inédito, "Apontamentos para a História Religiosa de Pernambuco", e cuja publicação teima em não efetuar.

Diz ele: "Dom Azevedo tinha perfeita visão do mundo e das coisas. Compreendia que o sacerdócio era verdadeira predestinação. Assistia e notava o profundo catacolismo revolucionário que, subterrâneo, fazia estremecer a estrutura política do Brasil. E ele pensava que ainda fosse tempo de isolar a espada da cruz. O sacerdote, no seu sagrado mistério, longe dos dramas sangrentos. Ele temia essa infiltração das idéias reacionárias estrangeiras, já refletidas no Brasil, no martírio de Tiradentes. E se dentro do sacerdócio vivia a cultura pernambucana, esse temor era já uma profecia. Foi por isso tudo que, ainda em Lisboa, embora já Bispo, manteve perante o Rei irreductível o seu propósito de só aceitar a honrosa indicação a trôco de concordar S. Majestade na "pura, livre, perpétua e irrevgável doação, à Santa Igreja Catedral de Pernambuco, do colégio, igreja, com todas as suas alfaia e cérulas, que foram dos jesuítas e que se achavam no seu real fisco para que no mesmo colégio se estabelecesse o Seminário Episcopal, a fim de criar sujeitos hábeis para desempenhar os ministérios e obrigações do sacerdócio e do império". Carinhosamente, foi o próprio Azevedo quem meditou e escreveu os estatutos do novo seminário, redigido segundo as notáveis determinações do Conselho de Trento, onde não somente se exigia o aprimorado cultivo das ciências profanas, como também e muito mais

ainda uma estrutura moral verdadeiramente modelar. Dom Azevedo Coutinho teve, conscientemente, essa grande e nobre aspiração. Pura e cristalina, a bem da formação moral do nosso sacerdócio. A sua demora em Pernambuco prolongou-se, entretanto, bem menos do que seria mister. A mêsma de consciência e ordens não tolerava muito o espírito altaneiro do grande bispo. Sofreu ele, desse modo, todas as campanhas, as más vis e mesquinhias. E toda essa série de incidentes, sendo o principal deles a retirada de Pernambuco do bispo fundador e as continuas vacâncias do bispado, resultou materialmente, no inverso do que idealizara o grande Azevedo: fundado o Seminário para servir de orientação às elites da época, seminário que "vier transformar Olinda em uma nova Coimbra", essa mesma instituição foi, lentamente, transformada no mais autêntico reduto das idéias emancipacionistas da época".

Acátedra do Seminário constituiu o prestigioso e eficiente veículo de propaganda daquelas idéias ávidamente assimiladas, como um evangelho de liberdade, e contribuiu decisivamente para a formação das sociedades que representaram papel tão evidente na pregação e no preparo do movimento.

Foi, ainda, o escudo que protegeu a adivinha doutrinária de Manuel de Arruda Câmara, fundador e animador do Aerópago de Itambé, figurino de onde derivaram as Academias do Paraíso e Suassuna, nas quais, consoante a frase do padre Martins, "adeptos e aprendizes, não só da província e nacionais, mas ainda estrangeiros, achavam luz, agasalhos e subsídios". (11)

Essa atmosfera contagiosa de entusiasmo patriótico foi o clima próprio para homens de témpera decidida e de espírito servidos por uma consciência livre e, por isso mesmo, incapazes de permanecer alheios a uma causa que constituiu a razão de ser de toda a sua atividade política.

Alinharam-se, assim, em primeiro plano, e assumiram os ônus da chefia do movimento de 1817, vultos como Domingos José Martins, que não vacilou em sacrificar a comodidade da sua vida abonada, pelos azares de uma campanha que lhe prometia a liberdade da pátria; João Ribeiro Pessôa de Melo Montenegro, ilustre e desinteressado, venerado pelo povo pela bondade do seu coração; Domingos Teotônio Jorge Martins Pessôa, militar ao qual devia ter cabido a direção guerreira do movimento; José de Barros Lima, bravo e impetuoso, cuja intrepidez lhe valeu o cognome de Leão Coroado; José Luiz de Mendonça, jurisconsulto; Padre Roma, de quem já falamos e ainda José Peregrino Xavier de Carvalho e Amaro Gomes Coutinho, figuras proeminentes da revolução Pernambuco, além de outros.

A revolução de 1817 criou a sua bandeira, entregue aos revolucionários pelo Deão Bernardo Luiz Ferreira Portugal, e é ela que, por uma destino histórica,

(Continua na pg. 19)

# INFLUÊNCIA NEGRA NA MÚSICA BRASILEIRA

## YVONILDO DE SOUZA

COMPULSANDO a literatura nacional sobre as características fundamentais da música brasileira, chega-se à evidência de que ela se divide em dois períodos — antes e depois de Mário de Andrade. Antes, abandonada, imprecisa, quasi descharacterizada; depois, ordenada com a contribuição do saudoso modernista, sistematizada nos dois grandes ensaios «Pequena História da Música» e «Música do Brasil». Esses dois valiosos trabalhos relacionam definitivamente as origens da música brasileira (?), autóctone, clássica ou popular, e dão-lhe, também definitivamente, caracterização.

É sobremodo esclarecedora essa contribuição do autor de «Macunaíma». E também revela um dos mais talentosos e nacionalistas — talvez o menos pretenso — dos modernos estudiosos dos nossos regionalismos e das manifestações do espírito indígena. Seus estudos, o resultado altamente meritório de devotadas pesquisas no campo folclórico; as revelações que fez, ensaiando-se sobre a música do Brasil, dão uma idéia ampla e substancial do patrimônio musical do país, além de apontar um roteiro seguro a quantos se disponham navegar nas mesmas águas.

Depois disso, isto é, depois de Mário de Andrade, diga-se de passagem, não surgiu nada de novo; nenhuma revelação superou as suas, e tudo nos leva a confessar que estamos longe, ainda bastante longe, de a tal coisa assistir.

A questão dos fundamentos da música brasileira, notadamente os da música brasileira erudita, é apenas aparentemente complexa. Na realidade, atingi-la é fácil; não carece de longos exames o seu desbravamento. Salta aos olhos, desde logo, a pronunciada ausência, entre nós, de uma «escola» de música clássica, o que melhor se nos depara quando ouvimos a música mais habitualmente tocada para os nossos ouvidos, aquela que traduz nossas preferências mais íntimas, a música que reflete toda a nossa psicologia coletiva, sem que chegue a ser, entretanto, erudita ou clássica, no sentido rigoroso desses termos. Aliás, nas Américas, esse tipo de música ainda não se deixou naturalizar. Está sempre de empréstimo, de visita, indo e vindo desordenadamente em formas as mais variadas de correntes do pensamento musical europeu e euroasiático. E as nossas manifestações, nesse difícil setor da música, são, consequentemente, peças isoladas, obras esparsas de exaltação e repetição de escolas e técnicas europeias, aqui e ali com «entreveros» de libertação, contudo sem propósitos revolucionários, mas simples rebenhos de uma força latente e ignorada.

No sentido da criação estética, nem mesmo os nossos compositores geniais fizeram algo novo. Mário de Andrade afirma, a esse respeito, que «invenção musical nova pode-se dizer que não houve nenhuma nos processos de compôr» e que a música brasileira segue, em seu desenvolvimento geral, pois, a evolução musical de qualquer outra civilização: primeiro Deus, depois o amor, depois a nacionalidade» (1). Nem mesmo Carlos Gomes reagiu contra os canões musicais de seu tempo. Sua obra, nacionalista pelos títulos — «Os Escravos», «Il Guarani» etc. — não o foi tanto em essência. E tanto não o foi que o não livrou de ser acomodado, em pleno fastígio, de «wagneriano», de seguidor desse corifeu da escola romântica da música alemã. E a influência de Verdi, outro romântico, da escola italiana, Carlos Gomes jamais escondeu ou negou, e dela não escapou, quer, «Il Guarani», obra em que muitos estudiosos e eruditos acreditam ver a coroação do mestre campinense, mas que, na realidade, não excede da transposição de um tema literário para a música, perdida, ali, a coloração marcante que na literatura o indianismo trouxe para as letras brasileiras, sendo, embora, forçoso reconhecer, na monumental composição, a marca indelével do gênio.

Houve, além de Carlos Gomes, outras vocações que também se puseram ao serviço da música clássica no Brasil,

não conseguindo, porém, fazer música de cõr nacional. Foram atingidos, os nossos «virtuoses», por uma fatalidade comum — nossos melhores musicistas divorciaram-se do meio físico brasileiro, subestimaram os valores da nossa geografia humana e não consultaram as diretrizes da nossa psicologia de raça ainda em formação. E por tudo isso nos ofereceram uma obra musical que apenas serve como traço representativo da influência dos grandes mestres da música europeia na apresentação dos mestres nacionais, aos quais faltou, é óbvio, a realidade ambiente, aliada imprescindível à confecção de trabalhos que visam estabelecer nacionalidade. Faltou-lhes aquela indefectível «quid» que Silvio Romero atribui a certos escritores que estuda. (2)

os pujantes folclóres do mundo: a análise da nossa formação étnico-social permite identificar facilmente a contribuição de cada um dos grupos humanos ou raciais que aqui se entrecruzaram. As sobrevivências culturais são abundantes, principalmente as do português e do negro. Nos vários sistemas de vida regionais mantidos até hoje o costume e a tradição, as próprias instituições políticas e sociais, a maneira de dizer e fazer, o canto, a dança e a música, revelam origens culturais diversas, predominando aquelas duas.

Mas das três raças estruturadoras da sociedade brasileira, a que, entretanto, maior e mais profunda marca deixou foi sem dúvida a raça negra, quer pela herança de traços somáticos e psíquicos

mais vigoroso revolucionário da música brasileira contemporânea — Vila Lobos, que parece auscultar o nosso populário, que, antes de compôr, recebe mensagens do povo, das ruas, do vulgus, dessa suprema sabedoria das nações, e dâ-lhes forma, corporifica-as em bermós e sustentados que representam séries «genialíssimas de obras pra canto e piano.» Luciano Gallet também escreveu suas «Canções Populares» mergulhando nas mesmas fontes. E Nepomuceno, com a «Série Brasiliera»; Lorenzo Fernandez, com seu «Reisado do Pastoreio», inspiraram-se nos cantos monótonos afro-brasileiros (4).

Noutras áreas de cultura, nas Américas inglesa e espanhola, as sobrevivências culturais africanas estão sendo levantadas e relacionadas para gáudio de mais de uma nação continental, assim enriquecidas em seu folclore. E no cotéjo entre as sobrevivências culturais africanas com as indígenas, são aquelas as que mais vivamente repercutem, são elas as de maior e mais intensa vibração, refletindo não somente o estadao dalmônio — lirismo e emoção estética — como também a psicologia coletiva dos povos de mescla negra.

Na América do Norte, onde o sistema de colonização foi executado em moldes bem diferentes dos empregados pelos demais colonizadores do continente americano, a raça negra também foi um dos baluartes do estabelecimento e do desenvolvimento da colônia. Os preconceitos de raça e de cõr, de castas e classes, levantados contra o colono negro, não deriveram a infiltração dos mores africanos na cultura que o branco julgava imunizada para certos contactos, por ele considerados exóticos e espúrios. Essa infiltração deu lugar, principalmente, a que o negro não fosse, na vida americana de todos os tempos, um marginal, nem muito menos o tipo marginal que certa literatura racista, europeia e americana mesmo, tentou em vão consagrando. Ao contrário, e a despeito de todo esse ingente esforço, não foi somente o dolar quem popularizou o país dos ianques. Foi, sobretudo, o negro — o negro com a sua música.

O JAZZ, com seus instrumentos melódicos e de percussão de origens ameríndias, asiáticas e africanas,» mais africanas, porém, que doutra qualquer origem, como demonstra um grande estudioso do negro afirmando «lorsqu'on parle en France de musique nègre, chacun évoque aussitôt les accords endiablés et quelque peu cacophoniques d'un jazz-band» (5), domina totalmente todas as camadas sociais daquele país, amenizando, por assim dizer, o tradicional conflito de culturas que, na América Inglesa, tem se revestido de caráter tão estranho quanto nos parece odioso, a nós brasileiros, ou latino-americanos, por tradição afensos a manifestações tais como o «lynching mob», espécie de sombra agoureira que se abate sobre a história daquele povo americano. Mesmo se intentarmos encarar o «lynching mob» apenas sob o prisma sociológico, como aberração dos costumes culturais ou como movimento social amplo e específico, mesmo assim, sob tal aspecto, ele permanece repulsivo, desumano, e sobretudo inconcebível entre povos de tão alto índice de civilização e progresso. Na realidade, estamos diante de um ato regressivo, de um estudo sintomático de barbarie; é o retorno à vindita, forma primitiva de justiça; é a explosão de impulsos fisiológicos e psicológicos incontrolados; é o emprego da pena de talhão; é, em suma, a aplicação de um modo duvidoso de punimento, pelo qual a turba, exaltada e sedenta, trucida, queima, enforca e liquida impunemente a vítima, fazendo ou não justiça pelas próprias mãos e pondo em risco de desmoralização, com tal prática, as instituições básicas do Direito e a própria segurança do Estado. O «lynching mob» ou o «linchamento» tem uma história social bastante atribuída nos Estados Unidos da América do Norte. Suas origens são



Desenho de Beatriz

E à falta disso, a música brasileira de concerto, a música clássica nacional, erudita e de elite, por muito tempo ainda permanecerá subordinada aos altos e baixos das escolas ultramarinas, não obstante a nova força que esboça nas mais recentes manifestações deixar ver com muita clareza o desejo bastante nobre de se fazer independente.

Esse processo — de estruturação e, simultaneamente, de frustração — que vimos desenvolver-se no setor da música clássica, não se aplica à música popular. Esta teve outras diretrizes e um campo de grande repercussão na sua formação.

As correntes humanas que contribuíram para a modelagem de um novo e de rendimento e especulação sociológica provável tipo físico e moral nas terras da América Portuguesa, trouxeram consigo portentoso e rico manancial de costumes e tradições, com seus cantos e danças, que aqui viriam fundir-se, transformar-se, para doar-nos um dos mais belos

mais salientes, quer pela continuidade nas sobrevivências culturais.

Particularmente no campo das atividades musicais, o negro exerceu notória influência.

Mário de Andrade verificou «que a música foi o derivativo principal que os africanos tiveram no exílio» e Luiz Heitor, outro estudioso da música brasileira, o ratifica, quando assimila a presença do negro, no Brasil, como força de novos tipos de expressão musical, e que dentro da diversidade da nossa música popular, muita coisa lhe pertence, seja como participação, seja como domínio próprio e inconfundível (3).

Essa influência do escravo negro na música popular brasileira está sendo explorada com inegável êxito nos dias atuais. Os temas afro-brasileiros aparecem na vanguarda do movimento de renovação da nossa música. Aproveita-os, de perrengue com o folclore indígena — Xangô, Estréla é Lua-Nova, Canidé Iune, etc. o

(Continua na pg. 6)

## Influência Negra Na Música BRÁSILEIRA

(Continuação da página 5)

atribuídas aos pioneiros da colonização americana e, particularizando-se, a Charles Lynch, natural da Virginia. Mas foram os famosos vigilantes — fenômeno social que caracterizou a fase americana de expansão para o Oeste, região onde a lei foi durante muito tempo inacessível — quem a difundiu largamente e popularizou como um êrro coletivo desencadeado pelos excessos das paixões humanas, prendendo, julgando e executando, simultaneamente, auto-investidos da toga de juizes e da máscara de carrascos. Dessa popularidade, adquirida numa época de consumida «barbarie», ainda hoje goza o processo do «linchamento», transformado pelo tempo em instituição oficiosa norte-americana. A despeito de ensaios esporádicos de perseguição, que lhe move o poder público, o «linchamento» continua fazendo vítimas, preferentemente vítimas negras, da raça negra, aquêles que, levados por uma série de circunstâncias bem variadas e provenientes da hostilidade do próprio ambiente social, transgridem as barreiras impostas pelos brancos, os chamados preconceitos raciais, e são linchados — «killed in bunches» (6). Essa tarefa, de queimar negros aos magotes, é exclusividade da organização estatal americana Ku-Klux-Klan, nôdoa da civilização ianque, lembrança ou herança das lutas religiosas que imperavam na Europa à época dos descobrimentos e que, sem dúvida, imigraram juntamente com luternos, com quakers e hunguenotes que povoaram os quatro cantos da América inglesa.

Embora esse clima pareça realmente perturbador nas relações culturais, não impede que seja cada dia mais intensa e mais efetiva a influência do negro nos costumes da sociedade nacional. Mário de Andrade, estudando a participação do folclore negro na criação do padrão musical norte-americano, salienta «o jazz, invenção dos negros e judeus ianques», considerado ainda, na atualidade, por inúmeros musicistas e compositores daquele país como arte digna de ser, como tal, estudada, já influenciando poderosamente na criação contemporânea (7).

Nem mesmo os europeus, consumados e geniais criadores, escaparam ao espraiamento do «jazz». Ao contrário, adotaram-no plenamente: Maurice Ravel o aplicou em peças de caráter americano. Krenek produziu uma ópera-jazz que causou impressão fulgurante nos países germânicos, a «Jonny spielt auf». Stravinski (Ragtime, Piano Rag-Music), Wiener, o italiano De Sabata, Hindemith, Lord Beners, Vila-Lobos, sofreram o influxo continuado ou apenas esporádico dele. Na Alemanha o estudo do «jazz» faz parte de conservatórios» (8).

Para o Brasil trouxeram os negros vasta e documental coleção de instrumentos com que emprestavam curiosas tonalidades aos seus cantos e dansas.

Luciano Gallet, que tão bem os estudo, assim os enumerou, em parte: Atabaque, adufe, birmabum, agogô, carimô, caxambú, cucumbi, chocalho, fungador, ganzá, marimba, puita, que é a cuica de nossos dias, corrutela do original ou mesmo assim chamada na atualidade por simples eufemismo, que é a arte de substituir por outra uma palavra eufônica desagradável, o piano de cauda ou balafon, pandeiro, roncador, quissange, parenga, socador, tambor ou tambú, ubatá, vuvú ou vú, xequê, triângulo, alguns destes pertencentes ao grupo dos nossos melhores instrumentos musicais, e ainda outros que sofreram modificações ou foram sistematicamente postos à margem.

Grande parte dos cantos e dansas originais dos escravos africanos, trazidos para o Novo Mundo, resistiram galhardamente à força desagregadora do tempo no exílio, uns com leves, outros com profundas alterações, ditadas pelo contacto prolongado entre culturas diferentes. Dentro elas estão a «Chula (canção); lundú (canção brejeira); acalantos ou acalentos (canção pra dormir); invocações, cantos de feitiçaria, de trabalho, de engenho, de cumbás (baileados e cerimônias) de Congados ou Carnavais», todos repercutindo favoravelmente no seio do nosso povo, cuja grande maioria os vai repetindo, passando adiante, sem a preocupação de negar-lhes ou encobrir-lhes a origem.

Mário de Andrade, Fláusino R. do Vale, Luciano Gallet, estudando a música brasileira; Basílio de Magalhães, Silvio Romero, Artur Ramos, Melo Moraes, Filho, Gustavo Barroso e Câmara Cascudo, estudando o nosso folclore, registraram inúmeras sobrevivências culturais negras e enumeraram as zonas geográficas bra-

sileiras onde melhor as indentificaram, ou, ainda, as áreas culturais nativas, isto é, aonde esses cantos e dansas negros se estabeleceram definitivamente; depois difundidos largamente, ainda pelo escravo africano, como muitos deles que foram colhidos em lugares bem afastados das zonas históricas da escravidão, no sentido distante do litoral, no sul e no norte, onde a penetração da raça negra foi reduzidíssima, em função apenas dos fugitivos quilombolas.

A proporção que a música dos escravos negros vai fornecendo elementos plásticos às composições clássicas, não é menor, nem menos significativo é o número das estilizações musicais de igual origem e que vão imprimindo às fontes, a que os seus autores recorrem, cunho inteiramente novo — de valores culturais indispensáveis ao conhecimento científico da raça negra e do nível de civilização por ela atingido ao ser descoberta pelos pioneiros, viajantes do século XV.

Esse panorama é comum, por assim dizer, às três Américas. O sucesso dos cantos negros, da ritmica e melódica trazidas para o Novo Mundo pelo colonizador negro, é indiscutível na temática musical do continente americano, podendo-se afirmar que a história da música verdadeiramente americana tem por base a história da penetração e da influência dos cantos e dansas monótonos dos negros, cantos e dansas que se derramaram nas Américas através da caudal de africanos importados.

Dessarte, formou-se um quadro mais ou menos homogêneo — dadas e consideradas as características fundamentais das manifestações artístico-musicais dos povos americanos — em torno da nossa música.

Na parte do continente em que se acentuou o domínio espanhol, deu-nos, o escravo negro, principalmente, a «Habanera», a «Conga», o «Tango», a «Rumba» e a «Guaracha» frutos sazonados de amplo e pacífico contacto cultural afro-espanhol.

Onde o português manteve o cetro da dominação — no Brasil — notabilizou-se a música de «JAZZ» é, oficialmente, a música representativa dos Estados Unidos... e ela é negra, de origens africanas.

A verdade não se confunde com as afirmativas levianas, mal fundamentadas. E muito menos se confunde a verdade científica, porque, em realidade, duas verdades sobreparam, uma, simples, tranquilamente aceitável como consequência do uso, do hábito, dos atos cotidianos. Exemplo disso é a fome, é a necessidade vital de comer. A outra, a verdadeira verdade, a científica, é a que prova por a maioria que inúmeros indivíduos, que várias comunidades, numerosas, a despeito de comermem, de satisfazem a necessidade fisiológica e vital da alimentação, permanecem insuficientemente alimentados, desnutridos, padecendo de fome crônica. Comer é existir.

Essa verdade científica acaba de proclamar o valor cultural dos povos africanos e de exaltar suas sobrevivências, noutras regiões do globo, determinando ou decretando um novo cotejo ou sistema de análise para os valores culturais humanos. A raça negra colocou-se, assim, em plano novo, destacado, e muito acima do nível de apreciação em que até então vivera. Verificou-se, desde então, consequentemente, certa supremacia de elementos culturais negros no nosso e no folclore de outros povos americanos — da maioria destes.

Isto posto, não poderia a música evitar o processo lento e inexorável a que se submeteu — primeiro Deus, depois o amor, depois a nacionalidade. A arte de Orfeu sucumbiu ao poder indefinido das leis sociais ou sociológicas, submetendose ao paralelismo que exprime a vida das outras artes. A Literatura, por exemplo, foi por ela mesma acompanhada, a passos bastante largos, principalmente depois que a música passou a ser chamada de «moderna», isto é, desde o romantismo. A propósito desse paralelismo, escreveu Franz D'Hurigny, na sua «História da Música»: «Depois do romantismo, conjuntamente ou alternativamente, o realismo, o simbolismo e o impressionismo.» (10)

Entre nós esse processo teve um cunho evidente. Assinala-o Mário de Andrade em toda extensão de sua obra, e os valores culturais negros, sobreviventes no conjunto folclórico nacional, reafirmam constantemente aquela supremacia, caracterizando a nossa música popular como uma das mais fortes sobrevivências das culturas negras transplantadas para a colônia portuguesa do Novo Mundo.

«A música foi o derivativo principal que os africanos tiveram no exílio.» Foi também a contribuição mais valiosa que nos deu a raça escravizada para o engrandecimento do nosso patrimônio artístico e cultural, por quanto tudo indica que o futuro musical do país repousa e se fundamenta em elementos afro-brasileiros que já vimos utilizados por Vila Lobos, Nepomuceno e outros.

Entre nós esse processo teve um cunho evidente. Assinala-o Mário de Andrade em toda extensão de sua obra, e os valores culturais negros, sobreviventes no conjunto folclórico nacional, reafirmam constantemente aquela supremacia, caracterizando a nossa música popular como uma das mais fortes sobrevivências das culturas negras transplantadas para a colônia portuguesa do Novo Mundo.

Entre nós esse processo teve um cunho evidente. Assinala-o Mário de Andrade em toda extensão de sua obra, e os valores culturais negros, sobreviventes no conjunto folclórico nacional, reafirmam constantemente aquela supremacia, caracterizando a nossa música popular como uma das mais fortes sobrevivências das culturas negras transplantadas para a colônia portuguesa do Novo Mundo.

«A música foi o derivativo principal que os africanos tiveram no exílio.» Foi também a contribuição mais valiosa que nos deu a raça escravizada para o engrandecimento do nosso patrimônio artístico e cultural, por quanto tudo indica que o futuro musical do país repousa e se fundamenta em elementos afro-brasileiros que já vimos utilizados por Vila Lobos, Nepomuceno e outros.

A prática fetichista vai minguando dia-a-dia.

No Rio de Janeiro, na Bahia e em Pernambuco, a ação daninha da polícia, comandada por barcharés e tenentes serviciais ligeiramente alfabetizados, vêm pondo termo aos cultos africanos. Os Candomblés e Xangôs originais se ressentem dessa mesquinharia e vão desaparecendo; e o tempo — ao que se vê — será o juiz implacável, que decretará seu aniquilamento. Assim são também os velhos pais de santo ou de terreiros, que minguam, que já não existem mais. E seus descendentes perderam, ou jamais tiveram, a fé mística dos velhos Babalorixás, com a qual se punham aí em contacto metapsíquico com a África intangível, longínqua, saudosa e misteriosa. Desses velhos figuroes, quasi míticos e ligados por elos indestrutíveis ao folclore pernambucano (11), dois são mais lembrados: Pai Adão e Pai Anselmo, cujos terreiros eram frequentados por gente de todas as camadas sociais do Estado, crenças e curiosos, católicos travestidos em espíritas, e principalmente pelos estudiosos das sobrevivências africanas no Nordeste — como Gilberto Freyre; médicos e escritores como Gonçalves Fernandes, Otávio de Freitas e Ulisses Pernambucano.

Gilberto Freyre e Gonçalves Fernandes chegaram mesmo a privar da intimidade desses dois líderes afro-brasileiros. Do magnífico livro deste último, «Xangôs do Nordeste», documentário interessante

## Grandes Moinhos do Brasil S. A.

### MOINHO RECIFE

### Farinha de Trigo

## OLINDA

\*

### Farelo de Trigo

### Rações Balanceadas

### AVEVITA

### BOVINOVITA

### EQUINOVITA

### SUINOVITA

### RECIFE

### PERNAMBUCO

(Continua na pg. 8)

# Pernambucanos e Cearenses nas Migrações Nordestinas

Souza Barros

Fama, criaram cedo os nordestinos, principalmente cearenses e pernambucanos, como gente migradora e irrequieta, chamados por muitos, sobretudo os primeiros, de juventude do Brasil.

Não fosse só o labêu das secas a explicar essa constante movimentação de grupos populacionais, outros motivos de ordem diversa, condicionando o êxodo rural para os grandes centros, iriam indicar que as maiores migrações não partiram desta região assolada.

Do Recenseamento de 1940, uma verificação dos brasileiros natos, segundo o lugar de nascimento e em combinação com o lugar de presença, daria ao Ceará e a Pernambuco uma percentagem de 9,33 e 8,76 de emigrados, sobre a população total, ficando colocados em décimo e décimo primeiro lugares, respectivamente.

Por mais estranho que pareça, a unidade de que maior número de emigrados apresentou, naquele Recenseamento, foi o Estado do Rio, pois, só no Distrito Federal se encontravam aquela data 286.609 fluminenses, vindo em segundo lugar os mineiros com ... 114.214.

Na migração para São Paulo tinham a palma, ainda, os mineiros com 348.676 e os baianos com 153.311.

Não se pense, porém, que os paulistas não emigrem. São, realmente, os que menos saem do seu Estado mas, para o Paraná, é a elas que cabe o primeiro lugar, com 115.299 e aos mineiros, o segundo, com 40.479.

Desta forma, se pode concluir que o fenômeno migratório, naquela época, era orientado mais como correto para os grandes centros de aglomeração urbana, que pelas necessidades internas de fixação agrícola, como parece vir acontecendo no decênio posterior, de 1940 a 1950.

No interessante quadro que apresentamos a seguir, tem-se a população existente pelas unidades políticas, por nascimento, presente e ausente, na data do referido Censo.

A situação de São Paulo como Estado rebedor de imigrantes e, ultimamente, das maiores correntes internas de trabalhadores, está aqui provada à saciedade. Esta unidade da Federação retinha 96,05 da população nascida no seu território e os 3,95 de

ausentes se projetavam em relação a territórios colonizados, numa situação imperialista, vizinho zonas de influência e de gravitação econômicas. (Mato Grosso, Goiás e Paraná).

No que toca, portanto, ao sentido dos movimentos populacionais, elas estariam indicados na verificação de 1940, num afluxo às grandes cidades do litoral, a começar pela Capital Federal que, naquele Censo, abrigava, dos demais Estados e do Território do Acre, uma população de 600.726 pessoas, sobre um total de 1.506.658, com uma percentagem acima de 40%.

que a percentagem de cariocas nos cursos sediados na Capital política é altamente representada. Não fôr isso, e não se explicaria aparecer o Distrito acima de unidades como a Bahia, Maranhão, Paraná, Amazonas, etc., com a sua percentagem relativa de nascidos ausentes.

As correntes internas que demandaram outras regiões, especialmente as de procedência nordestinas, no período posterior ao Censo de 1940, tiveram atração menor pelas áreas urbanas. E que, encerrado, por assim dizer, mais um ciclo de imigração estrangeira, passaram os nacionais a suprir

nas, que quase se aproxima da baiana, com 145.280.

A explicação dos fenômenos migratórios, entre nós, tem salientado sempre a importância da área de influência e da proximidade territorial. Os volumes maiores de migração de Minas e Bahia correm por conta desses fatores, sem esquecer, no caso da Bahia — que vem se refletir agradavelmente ainda na região nordestina — a via líquida do São Francisco.

Os casos de zonas de influência e de continuidade territorial podem ser comprovados não só em relação a São Paulo mas, igualmente, com Pernambuco, onde o número, por exemplo, de paraibanos e alagoanos subiu em 1940 a 61.825 e 48.652, muito mais que o de cearenses, que não era maior de 28.779, apesar da suposição de que são os cearenses os que mais emigram.

O caso particular, porém, do Ceará, numa comparação com Pernambuco, dão àquele Estado, em números absolutos, uma evasão menor de população. Em 1940 estavam ausentes de Pernambuco, distribuídos em outras unidades da Federação, 24.653 pessoas, enquanto que os cearenses ausentes do seu Estado não iam além dos 20.623.

Pelo quadro que apresentamos a seguir, verifica-se que os pernambucanos são encontrados em grande número, nas seguintes unidades: Paraíba, Alagoas, São Paulo, Distrito Federal, Ceará e Bahia. Os cearenses se deslocam mais para o Norte, Acre, Amazonas, Pará, Maranhão e Piauí. Em São Paulo só foram encontrados 14.317 cearenses, enquanto os pernambucanos já apareciam ali com um número superior a 3 dezenas de milhares. Também no Distrito Federal se encontravam os pernambucanos, em número muito superior ao de cearenses, quase o triplo.

## QUADRO

As estatísticas tiram, desta maneira, aos bravos cearenses a pecha de grandes emigrantes, mostrando ainda que, mais do que pelas secas como calamidade climática, os homens brasileiros se deslocam pela sedução de vida mais fácil e pelos sonhos de novas canaãs, contribuindo para que indivíduos de outras raças e nascidos em quadrantes de clima mais favorável adotavam também os trópicos como tábua de salvação.



Visão das secas no Nordeste

O número de cariocas ausentes do território da Capital não ia além de 82.386, confirmado, desta forma, a atração das áreas urbanas, pois o Distrito é quase todo ele urbano e, mais ainda, como região metropolitana, teria de garantir a sua influência sobre áreas próximas, embora administrativamente distintas.

A saída de cariocas do Distrito deve ter uma larga contribuição em razão dos estagiários das forças armadas, pelas demais unidades do país, garantindo os tempos de serviço à carreira militar e nos demais postos administrativos, inclusive, igualmente, os de representação fora do país, sabido como é,

as necessidades de São Paulo. Assim, cerca de 3/4 de um milhão de pessoas dos outros Estados, procuraram São Paulo no decênio posterior a 1940.

Deste total, eram do Piauí, 6.826; do Maranhão, 249; do Ceará, 31.478; do Rio Grande do Norte, 2.179; da Paraíba, 5.588; de Pernambuco, 44.034; de Alagoas, 43.366, e de Sergipe, 18.873. Neste período saíram só da Bahia, para igual destino, 66.193 pessoas, perfazendo para estes Estados um total de quase 200.000. A contribuição restante (quinhentos e muitos mil) é das demais unidades, valendo ressaltar a de Mi-

## PERNAMBUCANOS E CEARENSES AUSENTES DOS SEUS RESPECTIVOS ESTADOS PELO CENSO DE 1940

UNIDADES POLÍTICAS	População existente na Unidade, segundo a Unidade e nascida na data de nascimento mesma	População total segundo a Unidade	% da população emigrada de cada unidade (%)	% em relação à população total nascida na Unidade (%)	Estados e Territórios	Pernambucanos	Cearenses
RIO	1.602.561	2.034.989	21,24	78,76	Acre	479	12.319
ACRE	55.643	65.495	15,04	84,96	Amazonas	1.545	23.077
PIAUI	750.410	864.826	13,22	86,78	Pará	2.087	30.786
ALAGOAS	890.423	1.025.343	13,15	86,85	Maranhão	5.245	28.934
SERGIPE	508.164	584.012	12,98	87,02	Piauí	6.313	37.924
MINAS GERAIS	6.492.087	7.321.352	11,32	86,68	Ceará	28.779	—
PARAHYBA	1.316.965	1.475.720	10,76	89,24	Rio G. do Norte	3.586	6.534
ESPIRITO SANTO	628.802	696.261	9,68	90,32	Parahyba	61.825	12.244
RIO G. DO NORTE	703.885	777.406	9,46	90,54	Pernambuco	—	12.663
CEARÁ	1.198.996	2.204.657	9,33	90,67	Alagoas	48.652	1.718
PERNAMBUCO	2.548.819	2.793.484	8,76	91,24	Sergipe	1.767	382
DIST. FEDERAL	872.972	955.358	8,62	91,38	Bahia	9.519	2.585
BAHIA	3.802.160	4.142.608	8,21	91,79	Minas Gerais	3.097	1.495
MARANHÃO	1.102.617	1.183.722	6,86	93,14	Espirito Santo	1.193	1.317
PARANÁ	953.164	1.015.822	6,16	93,84	Distrito Federal	29.150	11.999
AMAZONAS	376.370	400.662	6,06	93,94	São Paulo	31.533	14.317
STA. CATARINA	1.042.573	1.104.024	5,56	94,44	Paraná	1.280	735
GOIAS	668.139	704.153	5,11	94,89	Santa Catarina	388	104
PARA	855.966	897.239	4,60	95,40	R. G. do Sul	883	386
MATO GROSSO	337.621	353.813	4,57	95,43	Goiás	701	1.038
SÃO PAULO	5.613.781	5.845.111	3,95	96,05	Mato Grosso	2.080	2.676
					Rio de Janeiro	4.551	2.390
						244.653	205.623

## Teresa Margarida, Moralista Portuguesa

(Continuação da pg. 13)

ção do primeiro romance nacional. Que se manifesta a respeito, com precisão, os que se julgarem com bastante autoridade. Julgo, porém, que não deve pertencer a Teresa Margarida o título de nossa primeira novelista. A argumentação do snr. Rui Bloem não é, a meu ver, convincente. Peca mesmo, como acen-  
tua o snr. Aurélio Buarque de Holanda, por "duplicidade de critérios". Na verdade, para o patrono da causa de Teresa Margarida, o qual se baseia em Silvio Romero, devem ser incorporados à nossa literatura tanto os escritores portugueses que viveram no Brasil — porque «tiveram do reino só o berço: sua vida foi brasileira e pelos brasileiros — como os escritores brasileiros que viveram em Portugal, «quando não mais pelo espírito, pelo nascimento». Em outros termos: Gonzaga é incorporado à literatura brasileira porque nasceu em Portugal, mas viveu no Brasil; Teresa Margarida é considerada autora brasileira porque viveu em Portugal, mas nasceu no Brasil...

O critério de julgamento adotado pelo snr. Rui Bloem não pode ser aceito. Deve, no caso, prevalecer um critério literário e não um ponto de vista nacionalista, mesmo quando este traga em si, amparado no «jus soli» e no «jus sanguinis», aquela força de atração própria dos países novos, que procuram incorporar ao seu meio tudo o que lhes seja útil, a começar pelo homem» (Rui Bloem — ob. cit., pag. 297). Não está em jôgo uma questão de patriotismo, porém um problema literário. Não se explica, portanto, uma atitude que se justifique exclusivamente pelo amor à terra pátria ou, mais corretamente, por um falso nacionalismo. Deve, ao contrário, prevalecer um critério único, seguro fundado em razões de ordem científicas. (Aurélio Buarque de Holanda — Teixeira e Sousa: «O Filho do Pescador» e «As Fatalidades de dous Jovens» — in O romance brasileiro — Edições O Cruzeiro — pag. 23). Na verdade, Teresa Margarida, pela sua ascendência e pela sua formação, é bem uma autora portuguesa, deve ser incluída entre os escritores portugueses. Ligando-a ao Brasil só uma coisa existe: o nascimento. E este mesmo em face das circunstâncias. José Ramos da Silva, como tantos outros portugueses, veio ao Brasil apenas tentar a vida. Nunca esqueceu a sua terra, nem o seu povo. O Brasil era a esperança de fortuna, de riqueza; Portugal, a pátria distante com que sonhava. Por isso, mal enriqueceu, reuniu a família e partiu. Foi rever o Tejo, matar as saudades, gozar a riqueza. Em Portugal, fixou-se definitivamente tornando-se um dos homens mais poderosos do seu tempo; ai, educou os filhos, tornou-os portugueses. Teresa Margarida, tendo deixado o Brasil com menos de cinco anos de idade, cedo esqueceu a sua terra. As primeiras impressões da infância, as primeiras imagens

brasileiras, logo se apagaram no seu espírito. Integrou-se definitivamente na vida lusitana, tornou-se uma das mulheres mais cultas de sua época, marcando, como observa o snr. Tristão de Athayde, a «transição da cultura de seu povo de uma fase a outra». Foi, além disso, uma das conselheiras secretas de D. José I, tendo exercido uma grande influência política (Tristão de Athayde), influência aliás de que nunca se serviu para prestar qualquer benefício ao nosso país. Essa indiferença pelos problemas brasileiros se manifesta ainda no seu próprio livro. Nada existe nele que lembrade de qualquer forma a terra do nascimento da autora. Tudo lhe é alheio, distante, indiferente. Nem se argumenta que o fato se explica em virtude de a Colônia ser «paupérrima e oprimida» (Rui Bloem — ob. cit., pag. 284). Oprimida, acredito que o fosse, o que por certo deveria ser motivo para despertar o interesse da autora, tão preocupada com os problemas da administração e da justiça. Não creio, porém, que fosse paupérrima, uma vez que se tornara o celeiro de Portugal. Tinha uma vida pobre, mas precisamente porque as suas riquezas eram desviadas para Portugal, onde alimentavam o luxo e a ostentação da corte lusa.

Por todos esses motivos, não concordo em que Teresa Margarida deva ser considerada a primeira romancista brasileira. Não fôra avançar muito, diria mesmo que não deve ser considerada verdadeiramente uma romancista. Seu papel é mais de moralista e como tal é que deve ser estudada. No seu livro, «documento capital para nossas letras, como expressão do espírito do século XVIII» (Tristão de Athayde — ob. cit., pag. 20), predominam antes as *Máximas de virtude e formosura* e não as *Aventuras de Diófanes*. Considerado pelo snr. Tristão de Athayde ora um «romance pastoral e didático» ob. cit., pag. 18), ora um «romance pedagógico» (pag. 19), o livro de Teresa Margarida se aproxima profundamente das *Reflexões sobre a vaidade dos homens*, de Matias Aires, revelando ambos um substrato essencialmente didático e político, constituindo ambas expressão de um estado de espírito, de uma concepção de vida, como observa com muita razão o crítico dos *Estudos*.

As *Aventuras de Diófanes*, narradas em seis livros, imitam o *Telemaco*, de Fenelon. Tanto nas *Aventuras* como no *Telemaco*, é uma tempestade que determina o destino das personagens: Diófanes, por força de uma tormenta, é entregue aos seus inimigos de Argos; Telêmaco, por sua vez, jogado na ilha de Calípso. As fontes, igualmente, são as mesmas: Homero, Platão e os autores clássicos em geral. A finalidade, da mesma forma, idêntica: a educação. Não sólamente a educação moral, mas também política. Fenelon dirigia-se ao Duque de Borgonha; Teresa Margarida, à futura rainha d. Maria I. Talvez tivesse em mente ainda os seus sobrinhos, os filhos de Matias Aires, pois no Prólogo do seu livro afirma que o mesmo foi escrito «para satisfazer ao ardente desejo que procura infundir nos ânimos daqueles por quem devo responder, o amor da

honra, o horror da culpa, a inclinação às ciências, o perdoar a inimigos, a compaixão da pobreza, e a compaixão nos trabalhos» (*Aventuras de Diófanes* — Prólogo, pag. 1). Ora, por quem mais do que por seus sobrinhos, que estiveram sob seus cuidados, deveria Teresa Margarida responder? Nem se deve esquecer, também, o interesse pessoal, particular, da própria autora. Ela mesma confessa: «tomei (esta empreza) como remédio para divertir cuidados, que principiavam a debilitar-me o sofrimento com todo o gênero de contatempos» (*Aventuras de Diófanes* — Prólogo, pag. 2). Quaisquer, porém, que tenham sido as razões de Teresa Margarida, certo é que o seu livro tem finalidade nitidamente moral e política.

Para o snr. Rui Bloem, as *Aventuras de Diófanes* constituem um verdadeiro romance, apresentam «toda a estrutura que caracteriza o gênero, não obstante o preciosismo da ação, desenvolvida na antiguidade, e desabrido do estilo, como, aliás, o de quase toda a literatura setecentista». (Rui Bloem — ob. cit., pag. 285). Admite o crítico paulista que o livro de Teresa Margarida «pela sua orientação didática, muito se aproxima do romance moderno e, particularmente, do romance de aventuras» (Rui Bloem — ob. cit., pag. 285). Há, sem dúvida, certo exagero nessas afirmações, o qual é perfeitamente justificável em quem tanto se interessou pela obra da escritora portuguesa. Como assinalou o snr. Adolfo Casais Monteiro, «um romance é um corpo e não pode viver de coração parado. Quando ele não pulsa de um fiozinho que seja de humanidade, em vão o romancista se esforçará por lhe dar interesse; será o mesmo que querer dar vida a um morto» (Adolfo Casais Monteiro — *O romance e os seus problemas* — pag. 193). «O que caracteriza o romance é a subordinação da intriga à fatalidade temperamental das personagens: ao seu caráter» (João Gaspar Simões — *Ensaios sobre a criação do romance*, pag. 28). As *Aventuras de Diófanes* são, sob o ponto de vista novelístico, um livro morto. Podem ser consideradas uma história moral, como, aliás, está indicado na edição de 1818. Mas falta-lhes muito para que sejam propriamente um romance, principalmente um romance «que muito se aproxima do romance moderno». Em vez de profundidade, há extensão, em lugar de densidade, juxtaposição de fatos. Além disso, falta «caráter» às personagens, falta-lhes vida.

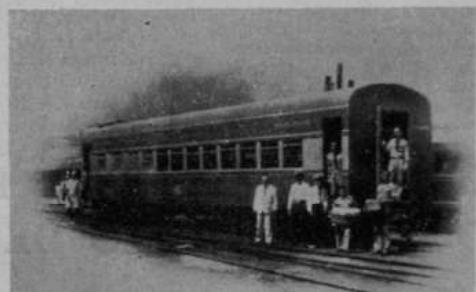
O que avulta no livro, mostrando seu caráter moralista, é o seu aspecto doutrinário, são as considerações sobre a situação de Portugal, os conceitos sobre a justiça, a amizade, o trabalho, a educação, a liberdade, o comércio, etc. A propósito da liberdade escreve com muito acerto: «Não há riqueza na vida humana, que se iguala à liberdade; nem há também cousa mais perigosa, se não a sabem mediar. Esta sim se deve ganhar, comprar, procurar, amparar, e defender; mas é preciso que só se consinta usar dela, não como

(Continua na pg. 4)

# RÊDE FERROVIÁRIA DO NORDESTE

ESCOLA TÉCNICO — PROFISSIONAL — FERROVIÁRIA  
JABOATÃO — PERNAMBUCO

A ESCOLA PROFISSIONAL FERROVIÁRIA de Jaboatão tem por fim a formação técnica do pessoal para as oficinas da Rêde, abrangendo os seguintes ofícios: ar-  
ralheiros, operadores mecânicos, caldeireiros, ferreiros, fundidores, soldadores, electricistas, carpinteiros, e mae-  
cineiros. Orientação do SENAI — Direção e controle im-  
ediato do Serviço de Ensino e Seleção Profissional da Rêde.  
Duração do curso: 3 anos. Estágio de 2 anos na Oficina  
Geral da Rêde. Inscrições: Prova de não ter menos de  
14 anos nem mais de 16. Matrículas: Provas de conhecimen-  
tos gerais: Português, redação e noções gramaticais;  
Aritmética: cálculos e problemas sobre as 4 operações  
com inteiros e decimais; Geometria: linhas, ângulos, fi-  
guras geométricas e áreas — Provas de aptidões.



ESCOLA TÉCNICO — PROFISSIONAL — FERROVIÁRIA  
JABOATÃO — PERNAMBUCO

VANTAGENS — 1º — O aprendizado é metódico e seriado de modo a formar o artifício hábil e capaz de seguir os progressos da técnica; 2º — O curso é completamente gratuito e os alunos ganham diárias progressivas, de acordo com o aproveitamento demonstrado; 3º — Os alunos diplomados ingressarão nas oficinas da Rêde como candidatos para preencher vagas de oficiais depois de dois anos de estágio probatório da capacidade; 4º — Os alunos gozam de redução nas passagens e terão passe livre durante as férias. Será dada preferência aos filhos, irmãos ou sobrinhos e netos, de funcionários da Rêde desde que os mesmos tenham satisfeito as condições exigidas para matrícula.

Veículo de desenvolvimento de uma vasta região do país, a RÊDE FERROVIÁRIA DO NORDESTE está pondo em prática um plano de Assistência Social dos mais louváveis. Lado a lado com o programa de recuperação material, do qual é o clichê acima um depoimento — revela a direção da Emprêsa visível preocupação pelo nível intelectual de seus auxiliares mais modestos, criando escolas de aprendizagem e aperfeiçoamento para trabalhadores e formação de especialistas.

A Escola "MANOEL LUBAMBO", da RÊDE FERROVIÁRIA DO NORDESTE, é um modelo da técnica ao serviço da criação de especialistas e também um passo decisivo como obra de Assistência Social.

# Dez anos de Pesquisa

Jorge Abrantes

Resultado: o maior repositório de folclore em língua portuguesa — Luiz da Câmara Cascudo fala sobre o seu *Dicionário do Folclore Brasileiro* (1.800 verbetes, 1.000.000 de palavras, 2.000 páginas).

Uma viagem a Natal, a serviço do Instituto Nacional do Livro, proporcionou-me a grata oportunidade de estreitar relações com Luiz da Câmara Cascudo, o grande folclorista, colocado entre os cinco ou seis maiores do mundo e o fino homem de cultura que, a exemplo de Gilberto Freyre, não precisou (como a maioria) se desenraizar de sua província a fim de conquistar uma posição eminente na literatura brasileira e projetar o seu nome fora do país. São assim os autênticos valores. Têm luz própria e brilham em qualquer parte, sem precisar aparecer à luz artificial e difusa de ambientes adrede procurados.

Em notas para o *Diário da Noite*, em que registei minhas impressões de Natal, já procurei enquadrar a figura de Cascudo no ambiente da pequena e sedutora capital norte-riograndense, em que ele, a despeito de sua imensa cultura, me pareceu um autêntico homem do povo, verdadeira figura popular, conhecido de todos, irmado com todos. Falei também do seu ambiente doméstico, de seu chalé senhorial a meio da ladeira da rua Junqueira Aires, émulo norte-riograndense do solar de Apucarana, como centro de atração intelectual e ponto obrigatório de escala de escritores e artistas itinerantes.

Numa de minhas visitas à casa de Cascudo, eu tinha um objetivo certo, definido: entrevistá-lo acerca do *Dicionário do Folclore Brasileiro*, uma de suas obras máximas, prestes a editar.

O escritor Câmara Cascudo trabalhou dez anos nesse *Dicionário*. Mais de 1.800 verbetes, um milhão de palavras, duas mil páginas são os resultados desse labor erudito realizado na província. Para atender a esse programa, o escritor utilizou bibliografias de rariidades, obtidas na Europa e América, assim como micro-films que fixaram páginas de difícil acesso ou exemplares únicos em Paris, Londres, Madrid, Nova York. Na sua biblioteca estavam coleções preciosas, volumes sem preço, de edições esgotadas. Possui a maioria das fontes clássicas, reunidas com perseverança através de anos de procura teñaz.

Cascudo levantou-se para mostrar os originais distribuídos em grandes envelopes estendidos numa prancheta e distribuídos alfabeticamente, bem como larga documentação musical e fotográfica.

## COLABORAÇÃO

Pergunto a Cascudo se contou com colaboração alheia. Ele responde:

— A história deste *DICIONÁRIO* — diz — é simples. Em 1941, janeiro, comecei a reunir notas para um *INDICADOR DO FOLCLORE BRASILEIRO*. Destinava-se ao meu uso pessoal. Durante o ano o trabalho foi ampliado e ganhou dimensões que me animavam a prosseguir. Não tínhamos e não temos um *Dicionário* na espécie. Inventei ou escolhi o método, a classificação, a maneira de fixar os verbetes. Quanto às fontes de informação, nem queria saber. Escrevi centenas de cartas, mandei buscar livros por todo esse mundo de meu Deus. Luiz Veiga, um amigo, presentear-me com um *Micro Film Reader*. Vieram micro-films. As viagens serviram para descobrir livros, copiar trechos, fazendo crescer as notas em dezenas e dezenas de caderços.

Em 1942, o escritor Augusto Meyer escreveu-me sugerindo um *Dicionário do Folclore Brasileiro* para subsidio da *Encyclopédia Nacional*. Trabalhei com mais vontade. Naturalmente alguns verbetes iam lentamente. Como conhecer em Natal todo o Brasil? Apesar de mais de 1.800 verbetes, sei que muita coisa escapou. Surgiram, logicamente, os recenadores de omissões acusando-me de haver esquecido ou ignorado elementos essenciais. Sempre que alguém lembrava um elemento esquecido esse elemento é promovido à classe dos essenciais. Dentro do razoável e do possível, registrei o que julgo realmente essencial.

## LIMITES DO FOLCLORE

Certamente o Folclore é palavra complexa e estão discutindo seus limites. Ao norte com a Antropologia cultural, ao sul com a Antropogeografia, a leste com a Sociologia e a oeste com a Novelística. Outros propõem fronteiras diversas. Não estou muito respeitoso com esse assunto e vou trabalhando sem atender essa falacção erudita mas, no caso vidente, atrapalhante. Tudo quanto tiver o caráter do popular fui registrando. Sei muito bem que nem todo o popular é folclórico e nem todo folclórico é popular. Distinguo a divergência e vou para deante.

Era impossível abandonar as ciências correlativas e subsidiárias. Inclui material que fará zangar-se muito proprietário de assunto. A Indianologia brasileira recebeu muitos anos de leitura e de pesquisa, dando centenas de verbetes assim como as religiões negras, não apenas os orixás mas objetos da Sociologia e a oeste com aulas de culto, alimentos, intelectos. Distingo a divergência e

— Fiz questão de não trabalhar sozinho. Muitos verbetes foram redigidos por especialistas e tive informações de todo o Brasil. Cito com prazer os nomes do maestro Sá Pereira, Domingos Vieira Filho, Edison Carneiro, Feliz Bezerra, prof. dr. Gonçalves Fernandes, o maestro Guerra Peixe, Guilherme Santos Neves, José Aluizio Vilela, José Antônio Gonçalves de Melo, Neto, general José Bina Machado, maestro José Siqueira, prof. Luiz Heitor Correia de Azevedo, Hélio Galvão, Nelson Romero, Neri Camelo, Osvaldo R. Cabral, Renato Almeida, René Ribeiro, Saul Alves Martins, Theo Brandão, Verissimo de Melo, maestro Vila Lobos, Victor Gonçalves Neto foram colaboradores eminentes.

Notarão que me sirvo abundantemente do *Vocabulário Pernambucano* de Pereira da Costa e da *Linguagem Popular Médica do Brasil* do prof. Fernando São Paulo. Dezenas de verbetes insubstituíveis deviam ser conservados e não tentar fazer outros, mais ou menos copiados. O meu amigo Carlos Pereira da Costa e o prof. dr. Fernando São Paulo autorizaram-me a usar dessas fontes. Outra, facilmente encontrável, é Stradelli. Mas os naturalistas e viajantes do século XIX prestaram concurso e era natural que estudassem minuciosamente essa bibliografia: St. Hilaire, Martius, Spix, Wied, Spruce, Wallace, Bates, Waterton, Koster, Burton, Agassiz, Hart, vinte outros. Creio que nesse particular

houve um registo cuidadoso, assim como os estudosos do Brasil holandês: Pi- so, Marcgrav, Barléu, Nieuhof, Moreau, relatórios, notórias, os historiadores modernos, etc. Os folcloristas brasileiros foram relidos com um desejo de não omitir suas observações mais sugestivas.

Quanto ao aspecto técnico da obra:

— O critério foi enciclopédico. Era a primeira vez que se trabalhava num *Dicionário* e o registo do verbete devia ser o mais completo possível. Não somente há a bibliografia como as referências tipicas. Quis reunir o maior número possível de elementos para simplificar a tarefa futura dos pesquisadores.

## NAO TEM ESCOLAS

Cascudo faz questão de frisar:

— Não tenho escola. Não acredito em escola folclórica especialmente no sentido da interpretação. Cada uma serve num determinado ângulo e dá água noutro. Se eu jurasse bandeira a uma dessas doutrinas teria de acompanhá-la cortejo até os erros e as convenções mais engraçadas. Meu fidelismo é exclusivamente à Verdade, à realidade do fato folclórico e seu registo claro e honesto. O resto é missão posterior, quando tivermos material bastante. Por ora a época é a da monografia, o motivo em cada estudo, do simples para o composto.

Não me limitei a informação e, sempre que possível, ali- enhei o que sabia no assunto, nome dos estudiosos, conclusões. Esse critério amplia o horizonte do leitor e valoriza o tema. Dá, seguramente, a certeza de que vale a pena estudá-lo.

ALFA E OMEGA

Cascudo mostrou-me os três primeiros e os três últimos verbetes: *Aaru, Abáda e Abalá e Zumbi, Zumbi-dor e Zusa*.

Explica a seguir:

— Tentei sempre documentar com trechos musicais as danças registradas. Creio que há mais de trinta documentos. Os instrumentos musicais foram igualmente incluídos. Pensei que devo ter esquecido muito poucos. Há uma nota sobre a história de cada um deles e a tentativa de fixar a época do seu aparecimento, se não eram conhecidos dos indígenas. Todos os autores populares foram registrados. Todos? A maioria...

Quanto à documentação fotográfica, diz que não é maravilhosa:

— É apenas razoável. Lembre-se que trabalho na província e não houve financiamento para este *Dicionário*.

Quanto a outros aspectos:

— Não podia esquecer da culinária, pratos, condimentos, bebidas tradicionais. E também dezenas e dezenas de receitas. Os jogos infantis tiveram muito valor para o *Dicionário*. Chamo-os *BRINCADEIRA* e *BRINQUEDO* e há, logicamente, um reparo sobre *JOGO* na forma lúdica. Os jogos tra-

dicionais, gamão, damas e as dezenas de espécie de baralho, estão presentes. Nem queira deduzir o esforço para registrá-los sem confusão. Pensei muito em incluir as frases feitas mas seria levar ao infinito a tarefa. Registrei poucas, as mais conhecidas. Também as frases que recordam estórias, jogos, hábitos, superstições. Os pequenos estudos de semântica eram indispensáveis.

## SUPLEMENTOS

— Espero — continua Cascudo — que, saindo o *Dicionário*, fique completo com cadernos registrando as omissões e mesmo transformações, enfim o material mais completo existente em todos os Estados. Esses cadernos podem sair em determinado tempo, de três em três anos, como complementares. Não serei obrigado a fazê-los mas fica desde logo feito o apelo natural.

## BIBLIOGRAFIA

Peço a Cascudo que me dê uma idéia de conjunto de sua obra folclórica.

— Estudo o Folclore há muitos anos. *VAQUEIROS E CANTADORES* fixou a poesia tradicional, o desafio, os ciclos poéticos sociais; *CONTOS TRADICIONAIS DO BRASIL* os contos, com a bibliografia respectiva; *OS MELHORES CONTOS POPULARES DE PORTUGAL* (o título é do editor), guarda os contos portugueses ouvidos no Brasil ou de fonte portuguesa; *LENDAS BRASILEIRAS*, o título explica; *GEORGRAFIA DOS MITOS BRASILEIROS* os mitos; *MELEAGRO* a feitiaria; *ANUBIS E OUTROS ENSAIOS* as superstições; *CINCO LIVROS DO PVO*, a novelística; *LITERATURA ORAL*, a literatura que se transmite oralmente; *ANTOLOGIA DO FOLCLORE BRASILEIRO* o registo de páginas essenciais, dos séculos XVI ao XX. Tenho inédito *TRINTA ESTORIAS BRASILEIRAS*, uma tradução anotada da *AMAZONIAN TORTOISE MYTHS* de Hartt e uns estudos menores. O *Dicionário* é, simbolicamente, um convite à disponibilidade folclórica...

A essa altura, larga uma daquelas suas imensas risadas e informa:

— Agora, se me permite, nada mais digo e nem me foi perguntado...

Olho a sala de sua biblioteca, cheia de recordações de viagens, ébanos africanos, ex-votos, porcelanas, santos de madeira, bonecos, figuras, cabeças de anjos, barros de Vitalino e louça de Limoges. E o seu mundo. Ali, durante anos e anos, animado pela própria vontade, mas, antes de tudo impulsionado pela sua vigorosa inteligência, criou Luiz da Câmara Cascudo uma obra que resistirá ao tempo.

## LIVROS NACIONAIS E ESTRANGEIROS

### Literatura - Livros escolares, técnicos e científicos

#### LIVRARIA DA

## COMPANHIA EDITORA NACIONAL

RUA DA IMPERATRIZ, 43 — TELEFONE, 2726

#### ATENDEMOS PELO SERVIÇO DE REEMBOLSO

RECIFE

PERNAMBUCO

# SOLENEMENTE INAUGURADO NO RECIFE, O EDIFÍCIO SEGADAS VIANA, DO I. P. A. S. E.

Estiveram presentes altas autoridades federais e estaduais — Representaram o ministro do Trabalho e o presidente do IPASE os drs. Roque Vicente Ferrer e Aloisio Gonçalves de Melo, respectivamente — Os oradores — Aposição de retratos no Gabinete do Delegado — A divisão dos serviços

Realizou-se à 20 de janeiro, perante altas autoridades federais e estaduais, a solenidade de inauguração do edifício-sede do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, no Recife.

Conforme fôra anunciado largamente, estavam sendo esperados nesta Capital especialmente para o ato inaugural, o ministro do Trabalho, sr. Segadas Viana e o presidente do Instituto, professor Otacilio Gualberto de Oliveira. Todavia, por motivos de ordem superior, ambos cance-

Gualberto de Oliveira e o correram as dependências do EDIFÍCIO SEGADAS VIANA, que se compõe de 9 pavimentos.

As 19 horas foi servido um "cock-tail" às autoridades e convidados.

## DISPOSIÇÃO DOS SERVIÇOS

No moderno prédio inaugurado, acham-se instalados os vários departamentos e serviços do IPASE, no Estado, entre os quais a seção de assistência com um moderno ambulatório de clínicas especializadas de tisiologia, cardiologia cirurgia, triagem, fisioterapia, oftalmologia, gastroenterologia, nutrição, dermatologia e radioterapia, tudo dentro do mais perfeito entrosamento, facilitado pelo próprio estilo funcional do edifício, em proveito da grande massa de ispiários de Pernambuco.

Situado num dos pontos mais centrais da cidade, à rua marquês do Recife, o edifício reúne no primeiro pavimento o Tesouraria. O Protocolo e a seção de Previdência, (benefícios proporcionados aos segurados da modelar instituição do seguro social), e nos segundo quinto, sexto e sétimo pavimentos, um moderno ambulatório médico com especialistas das modalidades clínicas e cirúrgicas acima especificadas, além do mais completo e moderno serviço de RAIO-X. O novo prédio, além de proporcionar a centralização de todos os serviços assistenciais, localizado no IPASE, concorre, por outro lado, para que a grande massa de ispiários possa ser atendida com a máxima presteza, sem os inconvenientes cansativos de se trasladar de um a outro consultório médico como ocorria anteriormente.

No terceiro pavimento mais sérios e inadiáveis foram concentrados o Gabinete do Delegado e parte do serviço de Aplicação de Capitais, sendo que este último acha-se instalado de molde a atender ao intenso



Sr. Nicanor Leite, delegado do IPASE, discursando

laram a viagem. Para representar o sr. Segadas Viana chegou ao Recife, tendo presidido à solenidade, o dr. Roque Vicente Ferrer, assistente do Ministério do Trabalho. O sr. Aloisio Gonçalves de Melo, chefe do Gabinete do presidente do IPASE, representou o professor Otacilio Gualberto.

## O ATO INAUGURAL

Precisamente às 17,30 horas, no hall do pavimento térreo, o sr. Nicanor Leite, delegado da Autarquia, no Recife, deu inicio à solenidade, proferindo um discurso em que teceu considerações sobre a importância da obra. Em seguida falaram os srs. Aloisio Gonçalves de Melo, em nome do presidente Otacilio

no gabinete do sr. Nicanor Leite, logo a seguir foram inaugurados os retratos do presidente Getúlio Vargas, do professor Otacilio Gualberto de Oliveira e do sr. Aloisio Gonçalves de Melo. Falaram nessa ocasião o procurador Rui Gondim Coutinho, deputado Miguel Mendonça, sr. Noeli Correia Lima, representando a diretoria do Departamento Geral do Instituto, o sr. Odilon Mendonça, delegado do IAPM neste Estado e finalmente, o deputado federal do PTB, sr. Frotinha Moreira que aqui se encontrava há vários dias.

Terminados os discursos, todos os presentes, em companhia do delegado Nicanor Leite e outros altos funcionários do IPASE per-



Novo edifício do IPASE, no Recife

movimento de construções imobiliárias que se vem registando nos últimos tempos e ao que tudo indica, se desdobrará consideravelmente a partir deste ano.

cumprimento ao seu vasto programa de previdência e assistência social com mais amplitude e eficiência do que tem feito até agora, embora seja justo ressaltar ajetivação dos seus maiores propósitos em benefício da numerosa corporação do funcionalismo público em nossa terra.

## PESSOAS PRESENTES



Outro aspecto da solenidade

No oitavo andar foram instalados a Procuradoria Judicial, o Serviço de Engenharia e a Inspetoria de Seguros.

Com essas instalações, sem dúvida, a Delegacia do IPASE em Pernambuco está apta a solucionar os problemas de sua administração e de seus numerosos associados, bem como dar o mais amplo e satisfatório

o empenho e o interesse mais decididos de que vinhão usando os dirigentes dessa Autarquia, mesmo antes de suas modernas e modelares instalaçõesarem-inauguradas.

Desse modo, o IPASE em Pernambuco constitui hoje uma justa glória de sua administração bem como do Governo, que não regateou esforços, no sentido da ob-



Sr. Aloisio Gonçalves de Melo, representante do sr. Otacilio Gualberto, presidente do IPASE, dá por inaugurado o novo Edifício



Parte da assistência que compareceu à solenidade de inauguração do novo Edifício do IPASE

# Classe Média

Jefferson José Ferreira Lima

Há um mês que esperava aquela dia. Vinte e três de dezembro, enfim... Entretanto, eram ainda sete horas da manhã e só a tarde saberia do resultado. O dia iria ser longo, as horas seriam duplas, se arrastariam de trás do pensamento e do desejo. Deu o laço na gravata. Usava uma roupa de casemira que o tempo tornara cinzenta. A roupa ainda estava apresentável. Conceição a passava no ferro toda vez que ele, por não ter roupa limpa, era forçado a vesti-la. Era o "pronto socorro". Quando as duas roupas de brim se encontravam na lavanderia era ela que salvava a situação. Precisava de um terno limpo para a véspera do Natal. Não pretendia sair mas podia ser que Conceição, católica como era, arranjassem um jeito de ir à Missa do Galo. Ela mesmo não acreditava naquelas coisas. Nesse ponto Gerdal fez uma pausa nos pensamentos. Não convinha pensar que não acreditava em missa. Podia ser uma coisa verdadeira e precisava ter ao seu lado a boa vontade das coisas sobrenaturais. Não era espírita, mas naquele dia não acreditava nas coisas que se relacionassem com alguma religião, fosse ela qual fosse. Se lhe falassem de Buda não formularia, ao menos, o pensamento de que não acreditava em sua divindade. Acreditava em tudo. Na noite anterior havia rezado a Nossa Senhora (pelo amor que tinha ao seu Sagrado Filho), aos santos e aos bons espíritos pedindo a proteção de todos. Não era possível que não fosse atendido. Era um homem bom, nunca tinha feito mal a ninguém, gostava dos filhos e da mulher vivendo exclusivamente para a sua casa (um forte argumento) e mesmo já não podia continuar vivendo daquela maneira. Dois mil e quatrocentos cruzeiros sem os descontos. Três filhos, em vésperas de quatro. O bilhete da loteria que compraria que sair premiado. Tinha fé em Deus que ia sair sorteados e então teria dinheiro para comprar uma casa, um... (ai Gerdal teve vergonha de pensar, mas pensou) um automóvel, um automóvel ford, um refrigerador, uma boa mobília, roupas para os meninos, sapatos, e vestidos decentes para Conceição. Ela era bela. Ainda era bela. Precisava apenas vestir melhor. Atualmente Conceição não tinha vestidos que prestasse. A única salvação era o bilhete da loteria que tinha comprado. Durante cinco meses juntou o dinheiro. Não havia outra esperança. Trabalhava há dez anos no escritório de uma fábrica e só ganhava dois mil e quatrocentos cruzeiros. Não esperava aumentos. Não tinha fé em aumentos. Se lhe dobrasse o ordenado ainda seria pouco. Melhoraria durante uns seis meses mas depois voltaria aquela miséria. Ouvia os colegas dizerem que só com o aumento da produção as coisas poderiam realmente melhorar. Mas quando viria este aumento da produção? Era uma coisa para quando ele e todos os seus esti-

vesssem sepultados. Era conversa inútil falar em aumento da produção. Promessa dos candidatos ao governo. O que lhe valeria era a sorte grande. Tinham fé em Deus que ia tirar.

Gerdal acabou de tomar café. Sentiu vontade de estender o braço e puxar Conceição, que comia silenciosa, para junto de si. Contentou-se em olhar para ela. O rosto de Conceição ainda se mantinha jovem mas já havia sombras de rugas. Era como um véu de tristeza lhe velava o rosto e o corpo, o corpo com todos os seus gestos, cheio de despreocupação e esperança que ele conhecera e que amara. Talvez, pensou Gerdal, Conceição não saiba que é triste e que todas as suas esperanças envelheceram, que não é mais ela mesma, que se foi sorterrando até se transformar em outra, na aparência e no íntimo. Ela não sabe que a exasperação resignada, as lutas inúteis e não traspassadas deu-lhe uma nova forma ao sé, moderou a vivacidade do seu corpo e dos seus gestos e isso não foi por causa dos filhos que teve. A velhice nela era precoce e não se tratava, de certeza, de uma transposição de selva para a vida dos filhos que como as parasitas reverdessem enquantos a árvore onde nasceram tornasse melancólica e fenece.

Gerdal se levantou para sair. Colocou o chapéu velho na cabeça e olhou para o espelho do cabide. Também estava velho. Tinha o rosto cansado, a testa cheia de rugas. Era a vida. Ele se viu caminhando na rua com a cabeça baixa, com a gola do paletó róta, a gravata com o laço encoberto, sempre preocupado com dinheiro, inutilmente preocupado com dinheiro porque sabia não ser possível ganhar mais do que dois mil e quatrocentos cruzeiros por mês e desdobrá-lo ao máximo. Era tarde para tentar outra vida. Quando entrou no escritório da fábrica todo mundo do dia que aquela era um emprego de futuro. Dois mil e quatrocentos cruzeiros era o futuro. Com aquela dinheiro tinha que sustentar a mulher, os três filhos, comer e se distrair. Ora se distrair! Há mais de dois anos que não ia a um cinema, a um teatro. Nem era bom pensar. Levava uma vida sem o menor prazer. Era por isso que Conceição era triste. Mulher é sempre mulher. Quer ter um vestido melhor para ir aos lugares. Deseja ter brincos de ouro ou pelo menos brincos de fantasia, sapatos e tantas outras coisas.

Gerdal sentiu um imenso desgosto. Tanto ele como a mulher não haviam sentido aquelas privações antes de casados. Não podia exigir que Conceição levasse aquela vida, vida de animal, de puro animal. Peior que isso porque de noite ela sempre estava cansada e não tinha forças nem ao menos para o prazer do sexo. Não sentia desejo. Se entregava a ele sem participação, exausta, exasperada, distante, sem amor, só por obrigação de esposa. Aquilo não era vida. Não fôr assim antes do primei-

ro filho. O primeiro filho só veio um ano e oito meses depois de casados. O dinheiro dava naquele tempo, (tudo era mais barato) para comprar vestidos melhores para ela, para irem a festas, ao cinema aos domingos e para fazerem visitas. Então ela era muito mais animada de noite, acordava-o mesmo de madrugada. Se tirasse a sorte grande, tinha certeza, Conceição voltaria a ser como fôr. Um novo sopro de vida animaria o seu rosto, voltaria a ser bela e feminina, deixaria de ser, em plena mocidade, aquela mulher neutra e impessoal. Participaria do amor nas noites, voltaria a ser vaidosa, alegre e jovial. As crianças não saíram que é triste e que todas as suas esperanças envelheceram, que não é mais ela mesma, que se foi sorterrando até se transformar em outra, na aparência e no íntimo. Ela não sabe que a exasperação resignada, as lutas inúteis e não traspassadas deu-lhe uma nova nova forma ao sé, moderou a vivacidade do seu corpo e dos seus gestos e isso não foi por causa dos filhos que teve. A velhice nela era precoce e não se tratava, de certeza, de uma transposição de selva para a vida dos filhos que como as parasitas reverdessem enquantos a árvore onde nasceram tornasse melancólica e fenece.

Gerdal odiava a máquina de costura. Como marido, chefe da casa, se sentiu humilhado. Foi a primeira grande humilhação que sofreu porque depois foi obrigado a empenhar as jóias da mulher e não as resgatou. A venda do piano entretanto foi o que mais lhe deprimiu. Conceição gostava de música. Logo quando se casaram ela levou um piano que o pai lhe havia dado de presente. Fôr Conceição quem lhe fez gostar de certas músicas clássicas. Foi obrigado a vender o piano para fazer o enxoval do segundo filho e comprar uma máquina de costura.

Não podia fazer a operação.

Não tinha dinheiro. O instituto a que pertencia não pagava operações. Tinha médicos apenas para ver se o filiado precisava ou não de licença. Dada a licença o cristão que se arranjassem.

Gerdal procurou o bilhete da loteria no bolso e tornou um suspiro. Por um momento pensou que o havia perdido. Procurou sofradamente nos outros bolsos e veio encontrá-lo no bolso em que havia procurado primeiro. Sorriu. A sorte grande iria sanar todas as privações. A vida presente já parecia o passado. Ele tinha certeza que ia ser o felizardo. Não podia acontecer de outra maneira. Aquela vida ia se acabar. Muito breve ele se lembraria dela com benevolência e poderia até escrever um ro-

mance concluindo por dizer (mais ou menos) que o homem não deve desesperar pois Deus quando tarda vem em caminho. Poderia mesmo contar o final que teria. O personagem jogava um bilhete de loteria e sala premiado. Contaria isso porque a ninguém diria que havia tirado a sorte grande. Já tinha os planos. Mandava alguém em segredo receber o dinheiro com instruções para não revelar o seu nome. Nada de retratos e de publicidade. Depois que tivesse os cinco milhões de cruzeiros continuaria ainda, por algum tempo, trabalhando na firma e por outro lado procuraria um negócio para empatar certo capital. O dinheiro iria aparecendo vagamente até que um dia deixaria o emprego, começaria a falar ao trabalho e a responder mal ao patrão, terminaria por mandá-lo às favas e dizer que poderia viver muito bem em outro emprego. Daria tudo isso mas não pediria demissão para não perder a indenização. Não sairia sem a gratificação dos seus dez anos de trabalho, da parte irrecuperável de sua vida que estragou escravizando os livros fiscais, nesse trabalho rotineiro e enervante. Não desejava que soubessem que havia tirado a sorte grande. Queria simular que tinha ganho o dinheiro com um empreendimento qualquer para que a sua fortuna imprimisse mais respeito. Conceição contaria logo tudo e pediria segredo. De noite, com as portas fechadas, contariam o dinheiro e fariam planos para o futuro. Conceição, tinha certeza, desejaria logo mudar de casa, ir para uma habitação mais bonita e maior, comprar novos móveis, um novo piano, reformar o guarda-roupa, comprar uma infinidade de colchas para as crianças e essa noite seria como as primeiras noites de casado. Sim, compraria também um automóvel. Por que não? Um automóvel não era luxo, era uma necessidade embora tivesse passado sem ele até aquela data. Depois (ai Gerdal vacilou em continuar pensando mas por fim decidiu-se com um gesto) teria uma amante. Não uma amante propriamente mas alguns casos amorosos que não o comprometesssem. O homem não podia viver só com uma mulher. Deixaria de evitá-las. Na rua quando via uma mulher "bon" baixava os olhos, cortava caminho, esquivava-se como se esquivava de olhar as vitrines onde havia frangos, bolos e comidas caras. Não olhava para as vitrines das lojas que expunham sapatos caros e cortes de cambril, blusões caros etc. Deixava a vista porque não podia comprar e para não martirizar o espírito. Agia de mesma maneira quando presentava que se aproximava uma mulher bela, esquivava-se porque não podia tê-la. Com dois mil e quatrocentos cruzeiros uma mulher já era demais, duas arrombava o orgulho. Com a sorte grande podia olhar para as mulheres.

belas e o automóvel auxiliaria no resto.

Gerdal se lembrou do que dizia sempre brincando um colega de escritório:

— E' triste a gente ter o maior defeito físico do mundo: — não ter um automóvel.

Gerdal entrou no escritório com boa disposição de espírito. Brincou com os colegas durante o dia, mas não acertou escrituraria. Estava com o pensamento distante, meditando no que devia comprar no outro dia, véspera do Natal, para os filhos e para a mulher. Tinha que comprar vestidos feitos para Conceição para sair com ela de noite. Iria a um clube. Pouco importava que não fosse sócio de nenhum. Com dinheiro tudo se arranjava. Para os filhos compraria brinquedos caros, ao mais velho daria uma bicicleta. O dia todo passou com esses pensamentos. As seis horas de noite, quando saiu do trabalho, foi à casa onde havia comprado o bilhete saber da notícias. O resultado, devido a um atraso qualquer, ainda não tinha chegado. Isso não lhe deu nenhum pressentimento mau. Foi para casa com a mesma disposição de espírito. Chegou alegre, brincando com as crianças e sorrindo. Conceição ficou desconfiada. Há muito tempo que não via o marido assim. Pensou logo que havia outra mulher. Homem só muda sobre a influência de uma mulher. As suas faces ficaram mais sombrias e mais cansadas. Conceição pertencia a classe das mulheres que se resignam, que sentem prazer em ser mártires e se preparam logo para sofrer o resto da vida. Olhou para os filhos com um desvelo maior e disse para si mesmo, antecipando todos os desabores futuros, que só lhe restava o amor deles. Entretanto, decepcionou-se. Depois da ceia Gerdal choncou para se sentar com ele no pequeno quintal da casa, encostou-a cadeira na que ele se sentou e passou o braço em redor dos seus ombros.

— Gosto muito de você, Ceição, — disse Gerdal e depois prosseguiu com a cabeça encostada à da mulher. — A gente precisa se mudar dessa casa para uma maior, trocar os móveis, comprar um piano novo. Conceição ficou assustada.

— E o dinheiro para isso tudo, Gerdal?

— Arranja-se, arranja-se Ceição.

— A saúde dos meninos está em primeiro lugar. Qualquer dinheiro a mais deve ser para comprar remédios. Rêmédio está pelos olhos da cara, — finalizou Conceição com desânimo.

— Haverá dinheiro para tudo isso, — disse Gerdal convicto.

— De onde é que vem esse dinheiro Gerdal.

— Não se incomode Ceição.

Conceição não disse mais nada e se limitou a escutá-lo, fazendo planos para o futuro. Gerdal chegou a falar no automóvel o que fez a mulher pensar que ele não estava bem do juízo. Todavia ela sentiu as palavras

## J. VELOSO & CAVALCANTI

CAIXA POSTAL 369  
INSCRIÇÃO 230

TELEGRAFAS  
TENOR E JOTAVELOSO  
Telefones: 9157 - 9289

COMISSÕES, REPRESENTAÇÕES E CONTA  
PRÓPRIA

Exportação de Algodão, Sub-Produtos, Estópulas Linters,  
Resíduos de Fábricas

RUA DO BOM JESUS, 227 - 2.º - S/10  
RECIFE - PERNAMBUCO - BRASIL

(Continua na página 12)

## Influência Negra Na Música Brasileira

(Continuação da pg. 6)

sante das práticas originais dos candomblés africanos no Recife, é a descrição de uma cena fetichista no terreiro de Pai Anselmo, também meu conhecido, do Fundão do Centro, dos areais das ruas do Dendê e Regeneração, entre Água Fria e Beberibe, onde confinava o sítio de meu pai. Muitas noites de vigília fui obrigado a passar ouvindo o toque incessante dos adufes e agogôs, que entrava pela madrugada e só cessava com a primeira luz da manhã. Graças ao registro de Gonçalves Fernandes, em Pernambuco, o nosso folclore enriqueceu e mais garantida está para o futuro a defesa dessa contribuição da África Negra à psicologia social da nossa gente. Conta-nos aquêle autor: «Estavam saudando os encantados. O Ogan de Anselmo é quem tirava as toadas. O pai do terreiro, junto dos adufes, tocava o agogô. Negros e mulatos, entre elas crianças, formavam círculo. A sala iluminada por uma lâmpada a álcool, o teto todo decorado com bandeirinhas de papel colorido. As toadas tiradas pelo Ogan eram repetidas:

Ogun daquêra  
queriaé  
Ogun daquêra  
queriaé.» (12)

A princípio o canto e o ritmo dos instrumentos eram monótonos e pausados. Avançando pouco a pouco, crescia gradualmente, enquanto os dansarinos, no terreiro, alcançavam um estado de excitação surpreendente para os neófitos e

\*

de força e equilíbrio na aparência de redemoinho de muitas das suas cenas. O que existe de maravilhosamente igual à vida.

Não se descobre em «Ulisses» essa hierarquia de planos em que comumente se desenvolve a ação de quase todos os romances, planos que variam conforme o valor dos personagens e das cenas. Nada dessa arquitetura apolinéa no livro de Joyce. O nome do romance vem do herói da «Odisseia». Joyce transporta para o plano das realidades práticas, sentimentais e históricas o que Homero realizou no plano da imaginação poética ou da conceção mítica.

As aventuras do herói de Homero desdobram-se em vinte anos, as do herói do «Ulisses» passam-se em um dia. Apenas neste curso espaço de tempo Leopoldo Bloom, o pacato e bom herói do romance de Joyce, vive uma vida incomensurável. Ao lado de Dedalus, Fullings, Harries, Linches e outros personagens, Leopoldo Bloom realizava as suas aventuras mais diversas, passadas em si mesmo mais do que no mundo exterior.

Aliás em «Ulisses» os fatos mais dramáticos não se produzem diretamente, ou pelo método descritivo como nos outros romances; a memória, a imaginação, a idéia é que são os grandes veículos desses fatos. Bloom foi as encarnações mais diversas: pagem, prisioneiro da corte, prefeito de Dublin, imperador, imigrante irlandês, e até mulher percorrendo assim pela imaginação um grande ciclo do humano. E o curioso é que estes estados imaginários representam-se tão lucidamente que desafiam o real. Mesmo em naturezas como as de Bloom, positivas e sóbrias.

Estas naturezas também não fogem a uma certa vontade aventurosa de ser; apenas, nelas, esse impulso de aventuras não se exerce perigosamente, pela ação, mas pacificamente, pela imaginação sonadora. Bloom era assim; era da espécie dos que contraem em sonho o ideal da ação heróica, e fazem de uma ilusão a sua conquista. No fundo ainda uma forma de fugir à consciência de inferioridade que os persegue. Usam, esses pobres, da imaginação como de um afrodisíaco.

Em «Ulisses» os seus personagens principais deixam de vez em quando a impressão de naturezas voláteis, em estados absolutamente livres, e que nelas mesmas quisessem experimentar todas as possibilidades do humanamente possível. Pela análise das suas sensações e pela idéia.

Não há nada de extraordinário que o leitor se veja aturdido no primeiro

nenhum siqueira imaginada pelos admiradores menos prevenidos. Cena indescritível, contagiente, acelerava-se o ritmo dos adufes e agogôs. As gesticulações e a canção aumentavam de volume. O quadro adquiria um colorido demoníaco e deveras impressionante. Era como se estivessem assistindo a filmagem do conceito de Spencer — «um excesso de energia nervosa é o impulso determinante da manifestação musical.» Todo o primitivismo do homem despontava naquelas cenas alumiadas por uma simples lâmpada a álcool.

Eram toadas de invocação, cantos de feitiçaria do imenso cabedal fetichista dos negros africanos vindos para o Brasil. Era a manifestação inócuo do potencial lírico de uma raça, fonte de onde havia de jorrar, com o passar dos tempos, o caráter da música nacional de todos os povos do hemisfério. Potencial que não se manteve por devido à escravidão, como afirmou Artur Ramos, mas que se mesclou aos de outras raças e sobreveu...

«Nossa música é triste, mas a gente goza-lhe a melodia, porque sente os três dons por inteiro, das três raças que o sol do nosso clima fundiu tão bem na música e na rima do sangue brasileiro.»

### BIBLIOGRAFIA

1 — A Influência Social do Negro Brasileiro

— João Dornas Filho — Editora Guaira, 1943. Curitiba.

2 — Através dos Folclore — Gustavo Barroso, Comp. Melhoramentos de S. Paulo.

3 — Elementos de Folclore Musical Brasileiro — Fláusino Rodrigues do Vale. Editora Nacional — São Paulo. 1936.

4 — História do Brasil na Poesia do Povo — Pedro Calmon. Editora A Noite. Rio.

5 — Hist. da Lit. Brasileira — Silvio Romero — Editora Liv. José Olympio. Rio — História da Música — Franz D'Urgigny — Casa Editora de A. Figueirinhas. Porto 1924.

6 — História Popular da Música — Luiz do Freitas Branco. Edição Cosmos — Lisboa. 1947 — 2ª edição.

7 — Manuel Scientifique de l'Afrique Noire — D. P. de Pedras. Payot. Paris. 1949. Les nègres — Maurice Delafosse — Les Editions Rieder — Paris. 1927.

8 — Música do Brasil — Mário de Andrade. Edição Guaira. Curitiba.

9 — Música e Músicos do Brasil — Luiz Heitor. Livraria Editora da Casa do Estudante do Brasil. Rio. 1950.

10 — Música y Sociedad — Adolfo Salazar. La Casa de España em Mexico. 1939.

11 — O Folclore no Brasil — Basílio de Magalhães. Imprensa Nacional. Rio. 1939.

12 — O Negro no Folclore e na Literatura do Brasil — Renato Mendonça in Estudos Afro-Brasileiros. Ariel Editora. Rio. 1935.

13 — Primeira Jornada no Reino da Música — Silva Guaspari. Globo. 1938.

14 — Pequena História da Música — Mário de Andrade. Livraria Martins Editora. São Paulo. 1942.

(1) Música do Brasil — Mário de Andrade.

(2) História da Literatura Brasileira — Silvio Romero.

(3) Música e Músicos do Brasil — Luiz Heitor.

(4) Mário de Andrade e Luiz Heitor — Ob. cit.

(5) Les Nègres — Maurice Delafosse.

(6) The Psychology of Social Movements — Hadley Cantril.

(7) Mário de Andrade — Ob. cit.

(8) Mário de Andrade — Ob. cit.

(9) Dos autores nacionais de músicas populares estilizadas, o mais audacioso é, sem dúvida, Ari Barroso, em cujas composições há muito de épico, de exaltação e ufianismo, o que o torna na realidade, um bom e decidido brasileiro.

(10) História da Música — Franz D'Urgigny.

(11) Todos os nossos estudos sobre o negro no Brasil, confinam-se à área nordestina, ou melhor, foi na paisagem patriarcal do nordeste que baseamos essas ligeiras observações e notícias.

(12) Gonçalves Fernandes — Xangôs do Nordeste.

## A VOCACÃO DE JOYCE

(Continuação da pg. 14)

contacto com «Ulisses», e tenha que reagir continuamente para não se deixar vencer pelo tédio de muitos símbolos que ele não penetra, e de cenas que, na sua sucessão veloz, parecem como o globo terrestre, imóveis. Mas quando se chega a tomar pé no turbilhão de idéias, de fatos, de imagens, de abreviações cabalísticas que enchem as suas 732 páginas é que então se descobre a intenção do autor para recriar a vida com o máximo de conteúdo psicológico e o máximo de caracterizações físicas.

Como se não estivesse numa experiência de literatura, mas recriando a natureza.

Neste romance ainda mais do que nos seus primeiros livros Joyce não foge à denominação das coisas pelo seu próprio nome, mesmo quando isto possa escandalizar as almas timidas. Daí a acusação de livro imoral que durante muito tempo fez de «Ulisses» um livro oficialmente condenado na Inglaterra e nos Estados Unidos.

Acha-se imoral mencionar os órgãos genitais pelos seus verdadeiros nomes, mas não se acha imoral a natureza que os criou. Nem imoral possuí-los com tódas as funções para que foram talvez imprudentemente criados. Aos atos de comer, beber, vestir pode-se emprestar uma significação psicológica, um valor artístico, sentimental, como o fizem Huysmans, Barley, Montesquieu; aos da vida sexual, não. Joyce, e depois Lawrence provaram a contrário.

Bem poderia Joyce, a propósito da imoralidade que se atribui a certas passagens do seu romance, repetir aquela resposta de um seu personagem, Stephen, a propósito da obscuridade que achavam nas suas palavras. «Acham, diz ele, as minhas palavras obscuras. A obscuridade está nas nossas almas, não é assim mesmo?»

Não só somente obscuras as almas sem inocência, feridas do mal do pecado: elas são igualmente cheias de malícia, e emprenham com as palavras. A obscenidade em literatura, antes de ferir o pudor é a arte que fere em primeiro lugar.

Mas nenhum autor se conhece, no gênero do romance, que já imprimisse, como Joyce, um maior caráter estético à sua arte, e que se reflete menos no refinamento das idéias e das palavras do que no seu poder impessoal de projetar a vida, recriando-a em uma escala nova de valores.

Todo o extraordinário realismo de

«Ulisses» nasce desse despreendimento do autor — da sua capacidade de colocar-se em face da sua obra como o divino criador em face da sua criação: sem imiscuir-se nela, sem tomar partido. E só assim seria possível a Joyce, reproduzindo em 18 horas a vida de Dublin, nela simultaneamente reproduzir os maiores problemas que ferem a vida do homem moderno.

A leitura de «Ulisses» tem que ser uma conquista não apenas da inteligência mas da sensibilidade do leitor. Uma longa conquista. E a primeira coisa que o leitor tem que levar em conta nessa leitura são os paralelos constantes dos diversos e simultâneos planos psicológicos de ação em que o livro se desenvolve, as associações mais imprevistas de idéias, de sensações, de fatos partindo de tódas as zonas sensíveis do homem, e que parecem se entrelaçar no tempo e no espaço.

À primeira vista fica-se espantado que, em pouco tempo, se vendesse nos

Estados Unidos 50.000 exemplares de «Ulisses», de um livro que, pelas subtilezas da sua técnica, e o seu intenso subjetivismo, é como se fosse escrito para uma reduzida élite de leitores; para superletrados. Mas é que a secreta e estupenda realidade que nem sempre se explica nele, sente-se. Há uma sugestão indefinível de muitas das suas cenas que aguçam e forçam o espírito do leitor. Como acontece ao observador menos prosaico ou convencional de certos quadros de Picasso ou de Klee, ou acontece com muitos que ouvem a música de Schönberg e Stravinski.

E' verdade que a linguagem gráfica por mais fluida que se lhe dê numca tem as mesmas facilidades de sugestão da linguagem musical ou da linguagem pictural. Mas ao lado de várias e por vezes intransponíveis barreiras que o leitor, mesmo de um vivo espírito e experimentado na arte de ler, vai encontrar na obra de Joyce, são tantos os horizontes que nela se abrem que esse leitor se compensará regiamente das obscuridades que não penetra com o que, num passo e noutro, aí lhe descreve em verdade do homem e da vida.

## CLASSE MÉDIA

(Continuação da pg. 11)

do marido como uma traição aos seus preparativos para anos e anos de martírio que lhe traria a certeza de que ele tinha uma amante. Um homem não podia mudar assim da noite para o dia, mostrar-se tão animado sem haver um caso amoroso, sem a influência de uma mulher, que não podia ser ela.

Conceição só renunciou definitivamente a idéia de que estava sendo ou na iminência de ser traída quando foram se deitar, pois Gerdal antecipou uma parte da comemoração que ia fazer quando tivesse a certeza de que tinha tirado a sorte grande.

No outro dia Gerdal foi para o trabalho na hora do costume. Saito um poste mais adante para ir à casa onde comprava o bilhete da loteria para conferir o número, receber o cheque e retirar o dinheiro no banco. Tinha toda certeza que o seu bilhete tinha sido sorteado. O bilhete que comprou saiu em branco. Ele conferiu mais de dez vezes os números. Nem o di-

a possibilidade de comer melhor, de ir a uma festa ou de fazer uma visita a um amigo. Conceição não tinha sapatos, não tinha sapatos. O que possuía estavam horrivelmente cambados. Por que então não beber chope gelado com medo da garrafa? Para não morrer? Ora... Gerdal sentia-se desolado. Apertava os dentes para endurecer o espírito pois sentia vontade de chorar. Como era que os filhos não iriam ter presentes? Era preciso comprar sapatos para as crianças de qualquer maneira. Era preciso comprar nem que fosse um belo para levar para casa, ou não voltar. Deu um balanço no dinheiro que tinha no bolso. Crianças co cruzeiros. Pensou em jogar um milhar, mas desistiu na certeza de que não ganharia. Pôs a mão no chapeu e deu um cruzeiro de gorgeta de gorgorão. Naquela hora do dia o garçom. Naquela hora do dia o garçom desejou abri-la. Abrir-se há poucos momentos. Não havia nem

(Continua na pg. 2)

# Teresa Margarida, moralista portuguesa

José Brasileiro Vilanova

**E**M seu estado atual, o romance é uma criação moderna, tendo-se desenvolvido principalmente a partir do começo do século XIX. Existiu nos tempos antigos com forma bastante primitiva e estrutura completamente diversa. Eram livros de narração, em que predominava a imaginação com histórias fantásticas. «El origen remoto del género novelesco se manifiesta en las formas fragmentarias del cuento fantástico de intención moral o filosófica, de carácter popular y anónimo por lo general», observa Gayol Fernandez (Teorías Literarias — vol. II, pag. 227). As mil e uma noites são, entre os povos orientais, um exemplo desse tipo de produção literária. Também entre os gregos e os romanos, que cultivavam principalmente a épica, não encontrados vestígios do género novelesco, podendo ser citados Apuleyo, com *O Asno de Ouro*, e Luciano, com a sua *História verdadeira*. Mais recentemente, na Idade Média, multiplicaram-se os romances de cavalaria, autênticos livros de aventuras, nos quais alguns vêm encontrar a verdadeira origem da novelística moderna.

Mas, o romance propriamente dito só começo a existir nos tempos modernos. Ele reflete a vida e depende da sociedade. Só mesmo num meio mais estável e mais desenvolvido, seria possível sua existência com a estrutura que hoje apresenta. E justamente o que acentua Gayol Fernandez: «Con la época moderna y su más rica estruturación social comienza propriamente el desarrollo de la novela en su concepto actual» (Gayol Fernandez — ob. cit., pag. 228). Com efeito, o género novelesco, nos tempos antigos, era essencialmente narração. Assemelhava-se, por isso, à épica, com a qual existiu paralelamente e da qual nunca foi uma continuação ou degeneração. A respeito, escreve Ortega y Gasset nas suas *Meditaciones del Quijote*: «Novela y épica son justamente lo contrario. El tema de la épica es el pasado como tal pasado: háblasenos en ella de un mundo que fué y concluyó, de una edad mítica cuya antigüedad no es del mismo modo un pretérito que lo es cualquier tiempo histórico remoto» (Ortega y Gasset — *Meditaciones del Quijote* — pag. 108). Além disso, acrescenta o mesmo autor, «las figuras épicas no son representantes de tipos, sino criaturas únicas. Sólo un Aquiles ha existido y una sola Helena; sólo una guerra al margen del Scamandro» (Ob. cit., pag. 117). De modo, portanto, pela temática, pelos tipos, pela estrutura, a épica distinguiu-se das produções novelísticas antigas, que, por sua vez, de modo algum devem ser confundidas com o romance no seu estado atual. Este é mais descriptivo, «ese ha ido desplazando de la pura narración, que era sólo alusiva, a la rigorosa presentación», de narrativo ou indireto «se ha ido haciendo el género descriptivo o directo; aquellas, essencialmente narrativas, una simples historias fantásticas, cheias de aventuras; ou de ensinamentos morais. Daí, ainda, a observação de Ortega y Gasset: «El libro de imaginación narra; pero la novela describe. La narración es la forma en que existe para nosotros el pasado, y sólo cabe narrar lo que pasó; es decir, lo que ya no es. Se describe, en cambio, lo actual» (Ortega y Gasset — *Meditaciones del Quijote*, pag. 122). O que necessariamente não significa que no romance não existe narração, porém que ele não é apenas narração. Todo romance, com efeito, supõe a narração de uma história. Romance sem história é ensaio, diz João Gaspar Simões, que esquematiza: história, temperamento, caráter (João Gaspar Simões — *Ensaio sobre a criação no romance* — pag. 20). Para o crítico português, o fundamento do romance é «uma história expressa através dos personagens durando» (pag. 18). Essa duração é condicionada pelo temperamento de cada personagem, isto é, pelo seu comportamento psicológico: a linha zenital do seu caráter (pag. 19). Na vida real, cada um tem seu temperamento, seu modo de pensar, seu modo de viver; no romance, porém, é essencial que cada personagem seja um caráter, pois sómente assim terá existência, terá vida. Por isso, observa o snr. Adolfo Casais Monteiro: «Só não parecem dar matéria romanesca aquelas vidas em que se manifesta apenas animal passividade, aquelas existências que de humanas só têm a aparência e em que a vida é apenas sofrida» (Adolfo Casais Monteiro — *O romance e os seus problemas* — pag. 194).

Essas ligeiras considerações sobre o romance vêm a propósito do livro de Teresa Margarida da Silva e Orta — *Aventuras de Diófanes* —, que os snrs. Tristão de Athayde e Rui Bloem consideram o primeiro romance brasileiro. Teresa Margarida era irmã de Matias Aires, o conhecido autor das *Reflexões sobre a verdade dos homens*. Nasceu em São Paulo em 1712

e em 1716, portanto com menos de cinco anos de idade, viajou com os pais para Portugal, onde foi educada e onde se fixou definitivamente. Seu pai, José Ramos da Silva, viera para o Brasil como criado de servir e, em 1695, já era, conforme informa o snr. Tristão de Athayde, «o homem mais rico de São Paulo, o maior proprietário de prédios da capital bandeirante e de terras auríferas e diamantinas nas Minas Gerais» (Tristão de Athayde — *Teresa Margarida da Silva e Orta, precursora do romance brasileiro, in O romance brasileiro — Edições o Cruzeiro — pag. 13). Acumulara tóda essa riqueza na qualidade de fornecedor dos «bandeirantes», o que mostra como naquelas tempos já era rendosa a profissão... Em Portugal, José Ramos da Silva tornou-se um dos homens mais poderosos, sendo suficiente dizer que exerceu por muitos anos as funções de provedor da Casa da Moeda e, desse modo, dirigiu tódas as Casas de Fundição de Portugal e do Brasil.*

Teresa Margarida fez seus estudos no Convento das Trinhas, onde teve «uma educação das mais requintadas, tanto em luxo social como em cultura intelectual» (Tristão de Athayde — ob. cit., pag. 13). Revelou tendências para as matemáticas, a astronomia e as ciências naturais. Sua formação intelectual foi marcadamente portuguesa, pelo que ela e o irmão «eram duas expressões excepcionais da cultura portuguesa no seu tempo», marcando a «transição da cultura de seu povo de uma fase a outra» (Tristão de Athayde, ob. cit., pag. 15). A essa Teresa Margarida, brasileira pelo acidente do nascimento e portuguesa por ascendência e formação, é que são atribuídas as *Aventuras de Diófanes*, publicadas pela primeira vez em 1752.

O problema da autoria do livro, ora atribuído à escritora portuguesa, ora atribuído a Alexandre de Gusmão, foi estudado com brilhantismo e clareza pelo snr. Rui Bloem em trabalho intitulado *O Primeiro Romance Brasileiro — Retificação de um êrro da história literária d o Brasil*. Suas razões a favor de Teresa Margarida são, entre outras, as seguintes:

a) o depoimento do abade Barbosa Machado, na sua *Biblioteca Lusitana*, é categórico.

b) o nome Dorothea Engrassis Tavares Dalmira, com que apareceu o livro na sua primeira edição, é um perfeito anagrama de Dona Teresa Margarida da Silva e Orta.

c) do próprio texto das *Aventuras de Diófanes* consta que a autoria do livro deve ser atribuída a uma mulher: «e como em tóda a matéria pertence aos sábios advertir imperfeições, quando reparares em erros, que desfiguram esta obra, lembre-te que é de mulher» (Aventuras de Diófanes — Prólogo — pag. 1 — edição do Instituto Nacional do Livro — 1945).

Creio que a essas razões, apresentadas pelo snr. Rui Bloem, poderia ser aduzida outra: os conceitos formulados nas *Aventuras* são profundamente semelhantes aos que se leem nas *Reflexões* de Matias Aires, publicadas no mesmo ano. Excluída a idéia de plágio, tal semelhança sómente poderá ser explicada pela influência de um dos autores sobre o outro. Ora, todos admitem que Teresa Margarida foi grandemente influenciada pelo irmão. O snr. Tristão de Athayde, no seu estudo já citado (pag. 16), acentua que «tudo leva a crer que Matias Aires teve grande influência sobre Teresa Margarida, mesmo durante o período em que as loucuras do cunhado o afastaram da irmã» (ob. cit., pag. 16). Acredita o consagrado autor dos *Estudos que o culto à Ciência* foi trazido a Portugal por Matias Aires e por ele comunicado à irmã (ob. cit., pag. 16) e que «escreveram ambos num estilo semelhante, sentencioso, rebuscado, util» (ob. cit., pag. 18). Esqueça-se a semelhança do estilo, que naquela época era um só em Portugal, mas observem-se, por exemplo, os conceitos sobre a justiça e a aidade e verificar-se-a facilmente a perfeita afinidade de espírito dos autores de ambas as obras.

O livro de Teresa Margarida traz, na sua primeira edição, que data de 1752, o título de *Máximas de Virtude, e Formosura com que Diófanes, Clymenea, e Hemirena, Príncipes de Thebas, vencerão os mais apertados lances da desgraça*. Figura como autora Dorothea Engrassis Tavares Dalmira. A segunda edição e a terceira, respectivamente de 1777 e 1790, aparecem com o título de *Aventuras de Diófanes*, imitando o sapiensíssimo Fenelon na sua *Viagem de Telemaco*, observando-se que, na terceira edição, além do nome de Dorothea Engrassis, surge o de Alexandre de Gusmão, indicado como verdadeiro autor do livro. Em 1818, foi feita uma quarta edição e, novamente, o título está modificado para *História de Diófanes, Clymenea, e Hemirena Príncipes de Thebas*. A história é atribuída a uma «Se-

nhora Portugueza». Ao que parece, houve em 1777 duas edições, pois o snr. Basílio de Magalhães, em carta dirigida ao snr. Rui Bloem, afirma possuir uma edição de 1777, na qual se omite a referência a Fenelon. O título seria *Aventuras de Diófanes ou Máximas de Virtude, e Formosura, com que Diófanes, Clymenea, e Hemirena, Príncipes de Thebas, vencerão os mais apertados lances da desgraça*. Ultimamente, em 1945, o Instituto Nacional do Livro fez uma edição popular das *Aventuras de Diófanes*, com prefácio e estudo bibliográfico do snr. Rui Bloem, que, entre outras coisas, procura provar que o livro de Teresa Margarida é o primeiro romance brasileiro.

Ora, o problema da determinação do primeiro romance brasileiro não pode ser resolvido apressadamente. As opiniões a respeito divergem bastante, mostrando não tanto preferências pessoais, mas sobretudo a complexidade do assunto. Segundo Silvio Romero, é Macedo o «verdadeiro fundador do romance no Brasil» (Silvio Romero — *História da Literatura Brasileira* — vol. V — pag. 12). «O romance, a novela e o conto, com forma literária, diz ele, só começam no Brasil no século XIX, pouco antes de findar a sua primeira metade» (Silvio Romero — *Quadro Sintético da Evolução dos Gêneros na Literatura Brasileira* — pag. 46). «Os primeiros produtos do gênero, acrescenta ainda Romero, devidos a Norberto Silva, Teixeira e Souza, são hoje quase ilegíveis, por escritos em detestável estilo, incorreto, incolor» (Silvio Romero — ob. cit., pag. 46).

José Veríssimo, por sua vez, admite que o título de criador do romance brasileiro cabe a Teixeira e Souza, autor do livro *O Filho do Pescador*, publicado em 1843. Reconhece, porém, que Macedo também deve ser considerado criador do romance nacional, pois se mostrou mais eficaz do que seus antecessores. (José Veríssimo — *História da Literatura Brasileira* — pag. 224 e seguintes). De modo semelhante pensa o snr. Aurélio Buarque de Holanda, para quem «a primeira obra que se pode chamar romance brasileiro é, pois, *O Filho do Pescador*, de Teixeira e Souza» (Aurélio Buarque de Holanda — *Teixeira e Souza: «O Filho do Pescador» e «As Fatalidades de douz Jovens»* — in *O Romance Brasileiro — Edições o Cruzeiro* — pag. 23). O snr. Agripino Grieço acredita que Teixeira e Souza tem apenas o mérito da precedência cronológica, constituindo suas produções «simples literatura de cordel, para leitores de estética reduzida». Teixeira e Souza «evidentemente só tem o mérito da precedência cronológica, sendo um desses cidadãos privilegiados pela estúpida tirania das folhinhas, um dos tais que, antecipando-se, só servem para estragar uma boa idéia que outro aproveitaria melhor» (Agripino Grieço — *Evolução da Prosa Brasileira* — pag. 40). Já o snr. Ronald de Carvalho faz iniciar-se o romance entre nós com Macedo e Alencar, pois «antes da Moreninha e do Guarani, houve apenas tentativas mais ou menos felizes, como as de Teixeira e Souza e Norberto Silva, tódas muito louváveis, porém de apoucado merecimento, se as considerarmos pelo lado puramente literário». «Sómente com Manuel de Macedo e José de Alencar, escreve o mestre da *Pequena História da Literatura Brasileira*, é que a prosa de ficção tomou fisionomia própria, ganhou contornos definitivos e avultou nas nossas letras» (Ronald de Carvalho — *Pequena História da Literatura Brasileira* — 5 edição — pag. 249). Por último, depois do trabalho do snr. Ernesto Ennes — *Uma escritora portuguesa do século XVIII* —, os snrs. Tristão de Athayde e Rui Bloem defendem para Teresa Margarida o título de primeira romancista brasileira. O snr. Rui Bloem, principalmente, tornou-se o patrono da causa. «O livro de Teresa Margarida, assevera ele, tem uma grande significância na história literária do Brasil, pois vem a ser o primeiro romance escrito por um brasileiro» (Rui Bloem — *Teresa Margarida e o romance brasileiro* — prefácio as *Aventuras de Diófanes* — pag. XIV — edição do Instituto Nacional do Livro). Acredita o ilustre crítico paulista que não «cabe a Pereira da Silva, Teixeira e Souza, ou Macedo o título de primeiro romancista brasileiro» e que «nem tão pouco a época apontada como a do aparecimento do gênero no Brasil oscila entre 1839 e 1844». E isto porque «o primeiro romance brasileiro surgiu um século antes, em 1752» e «é brasileiro no sentido de ter sido escrito por um romancista nascido no Brasil» (Rui Bloem — *O primeiro romance brasileiro* — pagas. 283 e 284 — in *Aventuras de Diófanes* — apêndice). Afirma, ainda o snr. Rui Bloem, que o livro de Teresa Margarida «pode ser legitimamente classificado como o primeiro romance escrito por um brasileiro. É o inaugrador em 1752, de um gênero que só em meados do século seguinte teria continuadores no Brasil» (Rui Bloem — ob. cit., pag. 318).

Não me cabe solucionar o problema da determinação (Continua na página 14)

# A VOCACÃO DE JOYCE

(Continuação da pg. 1)

em termos de romance. Guerra, fome, exílio passaram por ele sem deixar vestígios; não o demoveram da obra que levou sete anos para fazer, e que se chama «Ulisses». Começou a escrevê-la ao tempo da I Guerra, em 1914, quando se encontrava em Zurich, exilado.

E aí, em Zurich, que diferença da sua atitude e da atitude de Zweig, outro exilado! Porque foi em Zurich, no fundo de um tranquilo bar, que Zweig trouxeram conhecimento com Joyce. O avanço nazista sobre a Áustria, e já ameaçando a esse tempo os outros países da Europa, fazia um efeito trágico sobre Zweig. Toda a sua obra dessa época, a começar pelo drama com o bem expressivo nome de «Jeremias» — ressentia-se da imaginação panica que então o possuía e o traumatisou. O mundo que ele via ameaçado pelo fúria hitlerista era justamente o mundo que estava nos seus livros. E Zweig que se dizia imprudentemente homem universal não podia passar sem uma pátria — a Áustria; o escritor que se dizia de todas as línguas não podia passar sem uma língua — a alemã.

Em parte explica-se o drama de Zweig. A civilização ameaçada era a que havia inspirado toda a sua numerosa obra literária, desde os primeiros ensaios da juventude. Uma civilização que estava na sua carne e no seu espírito. O sacrifício dessa civilização era o seu sacrifício.

A atitude de Joyce era, ao contrário, a de um homem absolutamente tranquilo, de um homem que na sua obra coordenasse um mundo diferente do outro que ele tinha deante dos olhos; um mundo banal e cúpido que pagava em sangue o crime da sua cupidez.

A arte de Joyce baseada sobre uma experiência pessoal e não modelada sobre velhos clichês, não corria o mesmo risco de destruição da obra de Zweig. Não há arte imperecível quando a arte é de segunda mão. Por isto, em cada século, de uma infinidade de obras que se produzem, ficam apenas as obras originais; as cópias desaparecem. O tempo, esse juiz mudo, as devora.

Joyce, em «Portrait», e falando pela voz de Dedalus, diz: «Quando tocamos no fenômeno da concepção da gestação e da reprodução artística impõe-se uma nova terminologia e uma nova experiência pessoal». Prova de que para Joyce arte e criação são termos equivalentes. E como ninguém pode criar totalmente preso a uma tradição, comprometido com o passado, entre velhos modelos, sem sair da regra, o resultado é que o artista para se conservar com toda a sua liberdade de artista só há de ter uma pátria, que é o universo; e só há de ter uma família, que é a humanidade.

Quando Joyce fala de uma terminologia nova para a arte não é uma frase tão somente que põe na boca de Dedalus. Ele vai de fato ao ponto de criar uma terminologia nova, um novo instrumento de expressão com o mesmo dinamismo de tensões da música stravinskiana, e dando ao romance os mesmos poderes da música sobre o nosso subconsciente.

Nada se pode imaginar de mais audacioso em aventura de espírito. Porque uma coisa é o estilo hermético, a linguagem rebuscada, obscura, difícil, com o seu sentido variando conforme o som, o ritmo, a posição das palavras, e outra coisa é uma linguagem feita como nova, rompendo a cada instante com todo o uso e toda a tradição. Uma coisa é a decantação verbal de Mallarmé, procurando para as palavras uma pureza química, limpando-as pela imaginação de todas as taras gramaticais, criando-lhes as flexões mais sutis, e outra coisa é um verbo novo, uma palavra nova que se advinha mais do que se explica. Joyce nos seus últimos livros atira-se a essa vertiginosa experiência. E o estranho é que ele não foi negado, o que prova o poder divinatório dos gênios.

Nenhum autor, antes de Joyce, já se aventurou a por no papel, em linguagem escrita, os fatos de uma fluidez que se diria inacessível do subconsciente do homem, os pensamentos ainda em estado germinativo, as formas imperfeitas de vida que há no fundo psíquico de cada um, nem reproduziu com uma visão tão dinâmica aquelas fenômenos sociais mais típicos da vida moderna. Aproximou, enfim, mais o

romance da técnica cinematográfica e ao mesmo tempo da música. Donde a necessidade de multiplicar os seus poderes de linguagem, de explorar com um instinto criador todas as possibilidades da língua inglesa.

Conhecia Joyce dezoito línguas, e muitos dos dialetos dessas línguas, o que fazia o espanto dos seus amigos. Como espantava que ainda muito moço já conhecesse o sânsírito, o árabe, o grego. O norueguês, aprendeu aos dezesseis anos para ler Ibsen no original. Essa sua singular atração pelas línguas estrangeiras, conhecendo-as muitas vezes nos seus detalhes mais íntimos de morfologia e de sintaxe, ao mesmo tempo que dava sinal da plasticidade enorme do seu espírito, da alma humanamente penetrável que era a sua, bem que revela a preocupação por uma língua de um poder mais imediato, mais concreto e mais rico de expressão do que a sua própria língua.

«Dubliners» foi o primeiro livro em prosa de Joyce; o livro de contos da sua adolescência de vinte anos. Mas a inteligência agita nele o traço da idade. Dá-lhe uma maturidade gloriosa. Mesmo como na poesia de Rimbaud.

Nos contos de «Dubliners» não se encontra nenhuma das dificuldades do «Ulisses» ou do «Finnegans Wake». Mas o não sei que de ostensivamente pessoal na maneira não só de animar situações e caracteres como na maneira de valorizar poeticamente os fatos, e alongá-los mesmo em idéias, já força uma concentração ao leitor.

De qualquer forma «Dubliners» é bem a abertura dessa estranha e misteriosa sinfonia que termina com «Finnegans Wake». Vários personagens dos seus contos viriam a figurar depois em «Portrait» e em «Ulisses», como algumas das cenas e episódios neles levemente esboçados se graduariam depois nas cenas de uma significação muito mais complexa, e uma intenção muito mais dramática dos seus últimos romances.

Mas a verdade é que de «Dubliners» a «Finnegans Wake» o caminho é longo, e muito haveria de variar não só o clima, a paisagem e muitos dos tipos da sua ficção, mas também o seu método de elaboração e de composição. A sua técnica. O processo de impor os fatos, as idéias, as figuras. Na terminologia dos gregos, diríamos; a sua maietica.

Embora o seu método antigo de fabulação, e que é dos contos, e depois do «Portrait», fosse incomparavelmente mais claro, mais simples, mais confortável para a inteligência do leitor, ele já não bastava às infinitas necessidades da sua arte. E veio então a experiência nova, a técnica diferente adotada para os outros romances, sem as risonhas claridades, as cōres diáfanas que geralmente fazem de toda novela um doce e alegre passa-tempo.

Aquela causalidade mecânica a que é comum subordinarem os autores fatos e cenas dos seus romances, Joyce substitui pelo princípio da indeterminação como existe no processo da criação universal. Uma maneira assim de

fazer da arte uma como outra natureza que fosse mais originalmente poética e mais misteriosamente profunda.

Por mais distância que exista entre as primeiras e as últimas obras de Joyce seria absurdo negar todo ar de família entre elas, e que o autor variasse caprichosamente no progresso da sua arte. Não. Já em «Dubliners» ele mostra-se bem fiel a qualidades que são típicas da sua forma pessoal de dizer. Do seu estilo. Uma delas é o horror ao lugar comum e o horror também à linguagem abstrata — a quanto leve ao impreciso e ao retórico. E já em «Dubliners» revela-se a sua tendência para chamar as coisas pelos seus verdadeiros nomes, para qualificá-las de uma maneira indelével pelos seus caracteres individuais, mesmo quando essa franqueza pareça incivil ou imoral. Desde o começo foi esta uma das coragens esplêndidas de Joyce.

Por causa dessa coragem é que «Dubliners», escrito em 1905 não foi publicado senão em 1915. Em vários contos o autor chama pelo seu nome próprio ou de família a muita gente ilustre de Dublin tanto como de Londres — a rainha Vitória, o príncipe Eduardo, Parnell, Mr. M'Coy etc. E nem sempre esses nomes figuram com a veneração, o respeito, a untuosa deferência que os ingleses gostariam. Por outro lado não ardeu menos a pudicida dos editores de Londres com os vivos de sensualismo, as ousadas sugestões que se podiam notar em alguns desses contos, no «An encounter», sobretudo.

«Ulisses», por sua vez, não foi proibido na Inglaterra e nos Estados Unidos senão por acharem o autor franco demais na concepção e na representação de muitas das cenas do seu romance.

O livro que se seguiu a «Dubliners» foi «Portrait of the artist as a young man». Autobiográfico.

Nos contos é a vida de Dublin que Joyce reproduz, flagrantes de uma fina sátira, ou flagrantes de uma fina poesia da vida da sua cidade natal. E o meio em que ele nasceu. «Portrait» é a história da sua adolescência, e que se passa no colégio mais do que na família. «Ulisses» é um mundo mais extenso, o seu mundo da idade madura, em que havia de se estender cosmicamente a sua visão de Dublin, como «Finnegans» seria o mundo tomado numa forma ainda mais transcendental, abrangendo menos o que pertence à história do que o que pertence ao ilimitado da mitologia e da lenda.

O livro «Portrait» que antecedeu «Ulisses» é uma obra-prima de verdade psicológica. E entretanto, na aparência, um romance sem romance. Sem enredo. Sem mis-en-scene de nenhuma espécie. Frio e nu. Ascético como o pensamento religioso em que por vezes se isola a alma de Dedalus, o seu herói. É preciso que o leitor se acomode bem à atmosfera do livro para sentir o romance que há dentro dele, e que tão pouco aparece. Para sentir o drama de uma vida que mal transpõe as fronteiras do mundo subjetivo, tanto fecha-se quase todo ele no círculo da vida interior.

Mas nessa região da vida sub-jacente

de, de uma imensa e perigosa mobilidade, flutuante como ela só nos seus planos de profundidade, indeterminada e sem forma como as sombras que a envolvem — nessa região ninguém mais à vontade, e com olhos mais lúcidos do que Joyce. E' o que aliás explica o ex-tranho e difícil equilíbrio deste livro, onde é tão raro uma ênfase, uma revolução, um artifício, e onde as suas cenas mais intensas repercutem antes na sensibilidade do que na inteligência do leitor.

Essa vitalidade romanesca é mesmo uma das melhores surpresas da arte de Joyce — o poder de alargar pela ideia a experiência vivida, esgotar todas as suas possibilidades de representação.

O drama de «Portrait» pode-se resumir em poucas palavras: uma vocação de artista que por efeito de educação, influências de meio e de família ameaça tomar outra direção, a direção da igreja. E seguem-se então as reações pelo reajusteamento da personalidade, e que vão constituir os episódios culminantes do livro. Reações muitas vezes involuntárias, que chegam de súbito, invisivelmente, atravessando como um magneto a alma de Dedalus. Um longo drama, de uma introspecção por vezes pungente. Mas vence o grito da vocação.

A especulação teológica, os mistérios da igreja, o simbolismo admirável de movimento e de cor da liturgia cristã não conseguem prevalecer em Dedalus sobre as suas tendências mais profundas, acabando ele por integrar-se completamente na sua verdadeira personalidade de artista — ficar só e autenticamente o homem da sua vocação. Ficar livremente é mesmo: sem compromissos que o possam limitar, os compromissos que ele próprio especifica: de «nacionalidade, linguagem, religião».

Tudo o que, a esse respeito, diz Joyce pela boca de Dedalus, realiza depois, com a maior coragem, na sua obra posterior, «Ulisses», que lhe custou, já o dissemos, sete anos para escrever, e «Finnegans Wake» havia de lhe custar dezesseis anos.

Explica-se: não é apenas uma técnica diferente que Joyce vai aplicar aos seus novos livros; ele procura uma matéria verbal suscetível de novas significações e novos ritmos. E muitas das palavras de uso comum, ou palavras arcaicas tomam não raramente, com ele, o sentido de uma linguagem virgem, cheia de um sangue novo e mais vivente. Esta transmutação de valores verbais é também já anuncia em «Portrait», a certa altura do diálogo entre Dedalus e o deão do Colégio, onde diz: «How different are the words home, Christ, ale, master, on his lips and on mine! His language so familiar and so foreign, will always be for me an acquired speech. I have not made or accepted its words».

Esta tendência de Joyce para dar à palavra um valor tanto quanto possível absoluto, transparece logo nos seus primeiros livros. Para não separar na linguagem o simbólico do real. Infundir à palavra uma vivência de ser animado. Substantivá-la no sentido da carne muito mais do que no sentido da gramática. Em «Ulisses», quando o leitor, a custo, começa a entrar no segredo da sua linguagem, não pode duvidar do triunfo de Joyce. Nota-se de quanto a palavra, neste romance, impõe-se mais pelas suas correspondências fonéticas, pelas suas associações motoras, pelo seu ritmo do que pelas suas correspondências lógicas. Nenhum autor por isto mesmo que fosse mais espectador da sua obra do que Joyce, e que menos visse o leitor.

«Ulisses» foi no mundo da literatura uma experiência colossal que ainda hoje deixa a todo o leitor uma impressão atordoante. De caos, muitas vezes. A multiplicidade e a obscuridade dos seus símbolos, e também o movimento de uma vertiginosa velocidade dos seus principais planos de ação não se oferecem como um fave de mel ao espírito de nenhum leitor.

Para que se venha a dominar a impressão de caos — um caos cheio de pontos dormentes — que o livro deixa na primeira leitura, faz-se necessário um grande esforço de adaptação sensorial e mental. E' necessário que o leitor colabore com todo o seu espírito de dentro da obra de Joyce, para então ver o que extraordinariamente existe

# A ESPECIALISTA

RUA 1.º DE MARÇO, 85

RECIFE

Tem sempre o brim de linho,  
o tropical ou a casemira  
que V. S. precisa e sempre  
pelo melhor preço da praça

(Continua na pg. 12)

## EM FUNCIONAMENTO O HOSPITAL GETÚLIO VARGAS

Solenemente inaugurado o Hospital do Bongí -- Presidiu o ato o snr. Cecilio Marques -- Destacada a atuação do presidente Vargas, em favor das classes trabalhadoras e os esforços desenvolvidos pelo snr. Aldemar da Costa Almeida -- As mais altas autoridades civis e militares estiveram presentes -- Os discursos -- Vibrante oração do arcebispo de Olinda e Recife

Em margo último, foi festivamente inaugurado no Bongi, o Hospital Getúlio Vargas, de propriedade do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas, seu dúvida o maior e mais moderno estabelecimento hospitalar do norte e do nordeste brasileiros. Construído há alguns anos, só agora foi definitivamente en- Lima, Hélio Walcacer, respectivamente, diretor do Departamento de Assistência Médica e Procurador Geral da Instituição; snr. Júlio de Freitas Reis Filho, membro do Conselho Deliberativo; Carlos Machado Correia e Murilo Gibson, respectivamente, inspetor e procurador do IAPETC; snr. Alberto Ferreira dos Santos, presidente da União Benefi-

Miranda, secretário de Segurança Pública; o agrônomo Eudes de Sousa Leão Pinto, secretário de Agricultura; os deputados Adalberto Guerra, Aurino Valois, José Gomes de Sá, José Santana, Vieira de Menezes e Nestor de Sousa; os vereadores Sérgio Xavier, Nilson Ramos Leal e Antônio de Sousa; o sra. Ernesto Pinto, delegado regional do Traba-

A chegada do snr. Cecilio Marques ao saguão principal do Hospital Getúlio Vargas, foi precedida de aplausos, prorrompendo uma salva de palmas, enquanto senhoras e senhorinhas jogavam A sua passagem flores.

Coube ao snr. Adelmar da Costa Almeida, delegado regional da instituição, dar inicio à solenidade, pronunciando inclusiva oração.

obra social de um Governo.  
Concluindo, o sr. Cecílio Marques, convidou o arcebispo dom António de Almeida Morais Júnior para descerrar a cortina verde e amarela que cobria

placa de bronze, assinalando  
quêle acontecimento.

do para elas melhores dias. Durante o seu sacerdócio, batizava-se intransigentemente por isso. E naquele momento, pedia ao sr. Cecílio Marques para levar ao presidente Getúlio Vargas o argumento dos trabalhadores feitos por intermédio do seu subsecretário da Fazenda, o primeiro ministro da Nação. O clero de Pernambuco mandava os seus aplausos, os seus agraciamientos, para a inauguração daquela hospital. Pernambuco agracédia e esperava de suas mãos dadivas os outros presentes.

**FALA O PRESIDENTE DO  
I.A.P.E.T.C.**

O presidente Cecílio Marques, usando da palavra, externou a sua satisfação em voltar ao Recife depois de uma longa ausência, durante a qual, jamais esquecera os seus conterrâneos lu-

ção iniciada na administração general Eurico Gaspar Dutra concluída em 1953, durante o Governo do Exmo. Srr. Dr. Getúlio Vargas — Inauguração em 19 de março de 1953, sendo ministro Trabalho Segadas Viana — P.

re-volvida pelo Governo do presi-



O presidente do IAPETC quando inaugurava o Hospital Getúlio Vargas

trage os trabalhadores vinculados àquela instituição de previdência, gracas aos esforços desenvolvidos pelo delegado regional do Instituto, sr. Aldemar da Costa Almeida e a compreensão demonstrada pelo atual presidente, sr. Cecílio Pereira Marques e pelo presidente da República, sr. Getúlio Dornelas Vargas, o qual tude fizeram no sentido de que fosse tornada uma realidade a assistência médica e hospitalar dos Chauffeurs do Rio, sr. Antônio da Silva, representante da Epilva do Rio, Adelmar Menezes do Sindicato dos Confecionadores, de Carcarapó no Pôrto do Rio, jornalistas Breno, Francisco Marques, Ruy, Tostos e Luis Guimarães, e os Santos, representantes da missão Executiva do Trabalhista Brasileiro.

Rio de Janeiro, 10 de setembro de 1935.  
Rodrígues  
do  
Sindicato  
de  
Janer  
Presidente  
entes e  
e  
de Janer  
Pessoas  
em San  
sra. Luiz  
do Co  
Partido



Foto colhido quando falava o sur. Aldemar Costa Almeida, delegado do IAPETC, por ocasião da inauguração do Hospital Getúlio Vargas, no Bongi.

pitar aos trabalhadores em transportes e cargas de Pernambuco.

O ato inaugural do Hospital Getúlio Vargas, cuja denominação se constitui u' homenagem ao chefe do Governo à Nação, pelo seu interesse pela sorte das classes trabalhadoras do Brasil, demonstrado não só agora, como em sua gestação anterior, frente ao Governo, teve caráter solene, contando com a presença das mais altas autoridades civis e militares, representantes dos sindicatos e associações de classes, pessoas especialmente convidadas, grande massa popular, trabalhadores em transportes e cargas, durante o dia.

funcionários da instituição.

Para presidir o ato de inauguração do Hospital Getúlio Vargas viajou do Rio para esta capital o sr. Cecílio Marques, presidente do L.A.P.E.T.C., fazendo-se acompanhar de uma comitiva composta dos drs. Buarque

Precisamente, às 16 horas, chegaram ao Bongi os srs. Cecílio Marques e Aldemar da Costa Almeida. Ali já se encontravam aguardando o início da solenidade, o professor Artur Coutinho, secretário de Saúde e Assistência Social e representante do governo; o deputado Edvaldo Lins; dom Antônio de Almeida Maldos Júnior, arcebispo de Olinda e Recife; desembargador Orlando de Aguiar, do Tribunal de Justiça do Estado; capitão Joaquim Xavier Bezerra Neto, representando o general João Carlos Barreto, comandante da 7a. Região Militar; o coronel Junqueira Ayres, diretor do Hospital da Aeronáutica, representando o comandante da 2a. Zona Aérea; o professor Joaquim Amazonas, digníssimo reitor da Universidade do Recife; o dr. José do Rêgo Maciel, prefeito da Cidade; o dr. Alvaro Ramos Leal, representante do Banco do Brasil; o coronel Salm buco; o sra. Pedro Paulo de Almeida, representante do governador José Américo, do Estado da Paraíba; o sra. Luiz de Oliveira Lima, prefeito da cidade de João Pessoa; o deputado Arnaldo Bonifácio, representante do Comitê Executivo do Partido Comunista do PTB; os srs. José Arlindo Sobrinho, Oto Guilherme Neto e Ermanno Sá, representando a seção parabana do Partido Trabalhista Brasileiro; o sra. José Firmino Sobrinho, representante do Sindicato dos Rodoviários de Campina Grande; o sra. Misael Barbosa, presidente do Sindicato da Estiva de Cabedelo; o sra. Wilson Cambulim, presidente do Sindicato dos Rodoviários do Paraíba; o sra. José Geraldo Góes, o dr. Góes, o sra. Geraldo Sá, representando o Sindicato dos Motoristas de Pernambuco; presidentes de sindicatos e associações de classe, além de inúmeras outras pessoas cujos nomes não conseguiram a reportagem anotar.



Um aspecto da assistência quando se fazia ouvir o dr. Arthur Coutinho, secretário de Saúde, que representou o snr. Governador do Estado

tando na capital da República sidente do I.A.P.E.T.C. — José dente Vargas, os anexos. Buarque não só pelos interesses dos trabalhadores cariocas, mas de todo o Brasil — Presidente da Assembleia Legislativa — Delegado da Pátria — Presidente do Departamento de Assistência Médica — deputado — Aldebarão Guerra — o nome

Brasil. E para ele não podia ser melhor essa oportunidade, pois ao inaugurar o Hospital Getúlio Vargas, ele havia pensado nos esforços que sempre desvolvera em favor dos trabalhadores, dos sofrimentos que passara em sua infância no Recife, como criança pobre, das lutas encantadas nos primeiros dias do sindicalismo nas ruas da capital pernambucana. Aquéle momento, remetia todo aquele passado de lutas e sofrimentos. Valtou agora, depois de longos anos de sua consérvaria, a seus irmãos trabalhadores, uma obra daquele vulto. E isso se tornara possível, graças ao interesse do presidente Getúlio Vargas, pela sorte dos homens de Almeida Moraes Júnior, em seguida fez uso da palavra, dizendo inicialmente, que naquele momento festivo parava o povo pernambucano, especialmente para as classes trabalhadoras, não podia faltar o apelo da solidariedade, o apelo de Olinda e Recife. Ali estava, no momento em que uma instituição de previdência inaugurava uma casa de saúde, estabelecimento destinado a dar assistência a amenizar o sofrimento do homem trabalhador e da sua família, justamente para isso; para trazer a sua solidariedade, a sua palavra de conforto aos dirigentes que estavam rezando pelo bem estar do seu povo.

Dom Antônio de Almeida Moraes Júnior, em seguida fez uso da palavra, dizendo inicialmente, que naquele momento festivo parava o povo pernambucano, especialmente para as classes trabalhadoras, não podia faltar o apelo da solidariedade, o apelo de Olinda e Recife. Ali estava, no momento em que uma instituição de previdência inaugurava uma casa de saúde, estabelecimento destinado a dar assistência a amenizar o sofrimento do homem trabalhador e da sua família, justamente para isso; para trazer a sua solidariedade, a sua palavra de conforto aos dirigentes que estavam rezando pelo bem estar do seu povo.

Dom Antônio Guerra, em nome da bancada do Partido Trabalhista, na Assembleia Legislativa; o dr. Luiz Rodolfo de Araújo, em nome do funcionalismo da IAPETC; srs. Apolinário Marques, presidente do Sindicato dos Estivadores; sra. Fluxa Lima, presidente da Federação dos Enfermeiros do Brasil; sra. Mário Apolinário, Lamartine de Holanda, Milton Silva Araújo, Carlos Menezes, Hélio Valcacer e o professor Artur Coutinho, secretário de Saúde e representante do governador Etilvino Lins.

Após os discursos, o sr. Cecílio Antônio de Almeida, Antônio de

Não pertence aquêles que chegavam nas últimas, nos últimos momentos, para participar da satisfação. Há vinte e cinco anos houve a participação de todos os devidos de classe: trabalhadores, prececeiros, homens de qualquer profissão, de classe, de nível, de idade, de raça, de etnia, de religião, de "voluntade", etc., reivindicando Marques e dom Antônio de Almeida Morais Júnior, cortaram a fita simbólica, dando por inaugurado e entregue aos associados do IAPETC o Hospital Getúlio Vargas.

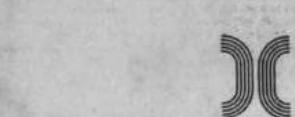


Dom Antônio Moraes Júnior quando cortava a fita simbólica da entrada principal do Hospital do Sambão.



E' UM SÍMBOLO DE CONFIANÇA  
NO FUTURO !

PENSE NO FUTURO,  
adquirindo os bilhetes  
da Loteria do Estado  
de Pernambuco



**DA LOTERIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

Em Todas as Ruas  
do Recife e Cidades  
do Interior Já Chegou  
a fama de sua Utilidade !

# Introdução da Mensagem do Governador Etelvino Lins á Assembléia Legislativa

SENHORES MEMBROS

DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA:

Nesta primeira mensagem que vos dirigimos, nos termos do inciso VII do art. 68 da Constituição do Estado, não podemos ter palavras de otimismo. Chegamos à evidência, no contacto mais íntimo com os problemas da administração, de que Pernambuco atravessa a mais forte crise financeira e económica de toda a sua história. Nem outra coisa afirma-nos tanto durante a campanha política que precedeu ao pleito de 23 de outubro, quando estabeleceram, por isso mesmo, o devido limite nos nossos compromissos de candidato. Bem preveio que a restrição haveria de ser a ação do governo em matéria de realizações administrativas, não descessos, e jamais o faríamos, a promessas que não pudesssem cumprir. Temos, hoje, pois, a tranquilidade de consciência do homem público que outro compromisso não assumiu senão o de lutar sem vacilações pelo equilíbrio do seu orçamento, exageradamente deficitário, para que o funcionalismo continuasse a receber em dia os seus vencimentos, atendidas fossem as despesas normais do Estado e não sofrerem interrupção as obras e serviços em andamento. Alcançado esse desiderado e vindo a dispor de recursos para novas iniciativas, mesmo modestas, considerar-se-á compensada, a atual administração, dos esforços empregados em benefício da coisa pública.

Dentro do mesmo sentido de realismo com que nos conduzimos quando candidato, aqui estamos, Senhores Legisladores, a examinar convosco a situação do Estado, através de fatos e cifras que bem justificam a energética política de compressão de despesas em que se acha empenhado o Poder Executivo e a qual esperamos contar com a colaboração esclarecida e patriótica dessa Assembléia.

## EXERCÍCIO DE 1952

O orçamento votado para 1952 estimou a receita em Cr\$ 622.350.000,00 e fixou a despesa em Cr\$ 827.484.296,50, com um déficit previsto de Cr\$ 205.134.296,50.

A receita arrecadada atingiu a Cr\$ 670.137.410,50, apresentando o excesso de Cr\$ 47.787.410,50 sobre a estimativa. Observa-se em relação ao exercício anterior, de 1951, o aumento de Cr\$ 78.348.683,30. Dessa total, Cr\$ 74.267.779,60 correspondem ao adicional destinado aos serviços de pavimentação de rodovias, e à taxa rodoviária, cujas rubricas figuraram no orçamento, pela primeira vez, em 1952. Conclui-se daí que, em rigor, a arrecadação de 1952, rubrica a rubrica, foi superior à de 1951 em Cr\$ 4.080.903,60 apena.

A despeito das restrições da ordem financeira adotadas, entre elas o não pagamento de verbas constantes de encargos constitucionais, a despesa realizada inclusive os erros a pagar, ascendeu a Cr\$ 752.518.841,10.

A dívida do Estado, constituída de exercícios findos e erros a pagar, alcançava, no final do ano, a cifra de Cr\$ 115.464.642,30, assim discriminada:

	Cr\$
Dívida de exercícios findos	16.430.384,00
Dívida de erros a pagar	99.034.258,30
Dessas importâncias, cabem ao exercício encerrado, as seguintes parcelas:	
	Cr\$
Exercício findo	4.447.797,70
Restos a pagar	71.383.699,40

Dos erros a pagar de 1952, já havíamos resgatado, até 18 de fevereiro último, a soma de Cr\$ 12.303.413,50.

Do confronto entre a receita arrecadada — Cr\$ 670.137.410,50, e a despesa realizada, Cr\$ 762.518.841,10, verifica-se o déficit financeiro de Cr\$ 92.381.430,60.

## EXERCÍCIO DE 1953

Era necessário dessejarmos a detalhes, quanto ao exercício anterior, para a devida compreensão das dificuldades que nos aguardam no exercício em curso, cujo déficit orçamentário atinge a elevada soma de Cr\$ 219.999.875,10, calculadas a receita em Cr\$ 677.828.000,00 e a despesa em Cr\$ 896.827.875,10.

Perguntamos agora: como enfrentar essa alarmante situação financeira, se nada nos autoriza, nas atuais circunstâncias, a esperar que a receita total do ano supere à que se acha prevista no orçamento e que corresponde, precisamente, à que foi arrecadada em 1952? Basta comparar a arrecadação de janeiro de 1952 e janeiro de 1953:

	Cr\$
1952	60.139.505,10
1953	58.824.171,00
Diferença a menos	1.315.334,10

Admitamos, todavia, que a arrecadação venha a corresponder ao cálculo previsto — Cr\$ 677.828.000,00. Deduzidos o adicional e a taxa rodoviária destinados ao plano de pavimentação das estradas, no total aproximadamente, de Cr\$ 80.000.000,00, restaria Cr\$ 597.828.000,00, quando apenas as despesas com o funcionalismo montam a 397 milhões de cruzeiros sujeitas sempre a aumento por força de frequentes sentenças judiciais alterando padrões de vencimentos.

Convém estabelecer aqui, em rápido parêntese, a ascensão dos gastos com o pessoal fixo e variável no último quinquénio:

## DESPESA DO «PESSOAL» REFERENTE AO QUINQUÉNIO 1949-1953

	Cr\$	Cr\$
Pessoal Fixo...	165.197.552,30	
Pessoal Variável	195.630.280,70	184.850.933,00
1950		
Pessoal Fixo...	166.812.378,60	
Pessoal Variável	22.459.585,00	189.271.964,20
1951		
Pessoal Fixo...	215.863.201,10	
Pessoal Variável	34.976.101,60	350.830.302,70
1952		
Pessoal Fixo...	231.692.465,90	
Pessoal Variável	39.885.950,60	371.578.419,50
1953		
(orcada)	350.496.499,40	
Pessoal Fixo...	47.100.322,30	397.596.821,70
Pessoal Variável		

Pago o funcionalismo, como atender, com os 200 milhões de cruzeiros restantes, aos demais encargos orçamentários, num total superior a 400 milhões de cruzeiros? E adivida de 115 milhões de cruzeiros, proveniente de exercícios findos e restos a pagar?

Não temos outro caminho a seguir. Senhores Legisladores, sejamos adotar as provisões constantes da Nota Oficial divulgada pelo Governo em dezembro último, após reunir os Secretários do Estado:

- Evitar a criação de cargos novos e a admissão de extranumerários, deixando-se de preencher as vagas de cargos considerados dispensáveis e dos que, em face das restrições dos itens que se seguem, não possam ser imediatamente providos do material necessário ao seu funcionamento;
- Restringir a execução do orçamento na parte relativa ao «material permanente» ao mínimo indispensável, salvo autorização do Chefe do Governo, em casos especiais;
- Reducir de 30% os empenhos duodecimais do «material de consumo», exceção feita aos hospitais e penitenciárias;
- Adiar a contribuição para a Cidade Universitária e a execução dos seguintes encargos constitucionais:
  - Fundo de Saneamento do Interior
  - Fundo de Energia Elétrica
  - Plano de Energia Elétrica
  - Dotação Adicional;
- Reducir os despendos através da consignação de despesas diversas, ao estritamente necessário;
- Adiar o pagamento de subvenções e auxílios;
- Suspender a realização da despesa por conta «créditos especiais», salvo os referentes a obras em andamento.

Consideradas as restrições constantes desses itens, precisaríamos, ainda assim, arrecadar, mensalmente, a quantia de Cr\$ 61.000.000,00, como adiante se discriminaria, o que não é de esperar na grave crise econômica que atravessa o Estado:

	Cr\$
Dotação do pessoal fixo	350.000.000,00
Dotação do pessoal variável	47.000.000,00
Dotação do material permanente	3.000.000,00
Dotação do material de consumo	55.000.000,00
Dotação de diversas despesas	270.000.000,00
	725.000.000,00

Haveria deficit, como se vê, se ficasssemos naquelas restrições, como impossibilitados ficaríamos de atender, mesmo em parte, ao pagamento da dívida decorrente de exercícios findos e restos a pagar.

Dante da exposição que acabamos de fazer, com o realismo necessário, e que está a exigir medidas mais rigorosas de economia, dentro da preocupação de evitar o desastre financeiro, não nos é lícito pensar em iniciativas de parte nesse ou naquele setor da administração pública.

Manter em dia o pagamento do pessoal fixo e variável, atender às despesas de material para o funcionamento das Secretarias e prosseguir nas obras em andamento, é o que representa, já, um grande esforço, em meio à precária situação do erário.

Se conseguirmos, ao lado disso, acumular reservas para outras iniciativas, serão elas aplicadas, preferencialmente, em serviços e obras de significativa economia — estradas, pequena aérodromo, máquinas agrícolas, silos e armazéns, aérodromo, através da Caixa de Crédito, as cooperativas locais, na assistência ao homem do campo, em suma. Outro meio não existe, com efeito, de corrigir a crise em que nos debatemos senão intensificar a produção, criando e estimulando novas fontes de riqueza.

## PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS

Não foi outra, Senhores Legisladores, a realidade financeira que encontrou e teve de enfrentar o grande estadista Agamenon Magalhães, cujo desaparecimento trouxe tão profundo ao Pernambuco e ao País. Empenhanho-se nos vinte meses do seu Governo, no saneamento das finanças, sem que o impossível se torna qualquer plano de trabalho ou de recuperação econômica, vimo-lo, já desaliado de conseguir o equilíbrio orçamentário, recorrer ao contribuinte pernambucano, aí, ao lado, e ao lado, e com o maior desvelo, ao adicional de 0,4% sobre o imposto de vinhos e confeiteiros e a taxa rodoviária, para que o seu Governo pudesse ter a marca de uma iniciativa de engaverdada. Surgiu, então, o plano de pavimentação das rodovias: tronco central, de Moreno a Caruaru, numa extensão de 110 quilômetros; tronco sul, de Ibura a Palmares, alcançando as margens do Jacuípe, limite com o Estado das Alagoas, numa extensão de 138 quilômetros; litoral norte, de Paulista, aos limites com o Estado da Paraíba, no município de Golana, numa extensão de 58 quilômetros; e tronco norte com 33 quilômetros de extensão, de São Lourenço a Carapina.

Obra gigantesca, sem dúvida, acima mesmo das possibilidades do Estado, e que bem poderia contar com a ajuda da União, vai sendo executada com a prata de casa, sabe Deus com que sacrifícios. Consideramos sagrada, por isso mesmo, a renda do adicional e da taxa rodoviária, estabelecendo, desde o primeiro dia de Governo, um depósito especial diário, no Banco do Brasil, correspondente ao cálculo previsto para a arrecadação. E a pavimentação prossegue nas quatro rodovias, dentro do ritmo de trabalho permitido pelos recursos disponíveis.

É óbvio, todavia, que esses recursos, mesmo incluindo a quota do Fundo Rodoviário Nacional, não permitem a execução do plano com a urgência reclamada.

Para transformá-lo em realidade nos próximos dois anos, estamos cogitando de uma operação de crédito junto ao Banco do Brasil ou ao Banco de Desenvolvimento Econômico, sobre a qual nos dirigiremos, oportunamente, a essa Assembléia, se chegarmos a bom termo, como esperamos, nos entendimentos preliminares já iniciados.

## OBRAS DO PORTO E REFORÇO DO ABASTECIMENTO D'ÁGUA DA CAPITAL

Ao lado da pavimentação das rodovias, dois outros problemas teriam de ser atacados dentro das perspectivas abertas com a próxima solução da energia elétrica de Paulo Afonso: a dragagem do Pôrto do Recife e o prolongamento do cais seco, com a construção de novos armazéns e aquisição de equipamento mecanizado; e o reforço do abastecimento d'água da Capital.

O primeiro está plenamente solucionado com os convênios recentemente estabelecidos entre o Governo do Estado e o Governo Federal, por força dos quais nos foram asseguradas as verbas necessárias para tão importantes obras, previstas em oitenta e oito milhões de cruzeiros e devidamente registradas no Tribunal de Contas da União.

Quanto ao segundo, já se acham prontos os estudos para a captação do manancial dos rios Utinga e Pitanga, no Engenho Monjope, no município de Igarassu, cujos trabalhos estão em sessenta milhões de cruzeiros. Problema de indiscutível importância, ante o enorme crescimento da Capital e que não se pode pensar em novas indústrias no Recife e sem água suficiente, sómente poderemos resolvê-lo através de operação de crédito, já em cogitação também.

## ESTUDOS DOS VALES DO PAJEC, MOXOTO E BRIGIDA

Nos termos do ato n.º 166, de 4-5-52, prosseguem os estudos e estão sendo mesmo organizados os projetos de regulagem dos rios Pajeú, Moxotó e Brigida, com o consequente aproveitamento dos seus vales.

De singular importância para o futuro da região sertaneja, pois significa combate eficaz aos efeitos da estiagem, estamos entregas, em breve prazo, ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, os estudos e projetos em execução. Essa reivindicação não nos poderá ser negada, per circunstância, ainda de que relativamente reduzida tem sido a ajuda da União a um Estado que ocupa, como o nosso, lugar de relevo na rede tributária do País, mas cujo orçamento atinge metade apenas do que aqui arrecadam as repartilhas federais.

## SITUAÇÃO ECONÔMICA

Assentando a sua principal fonte de riqueza na cultura canavieira, tem Pernambuco de arcar, no curso de duas décadas, com imensuráveis sacrifícios do Tesouro, através de despesas e liberações de encargos que estiveram menos a serviço da nossa economia do que de todos a economia açucareira Nacional. Não foi menor, também, o onus imposto à economia privada, pois o custeio do fundamento da distribuição, por força da localização geográfica, distância e de grandes centros de consumo, representava um fator de redução de preço e, de tal modo, que os cem milhões de sacos de açúcar que saíram dos nossos últimos vinte anos e negociados a preços inferiores, em média de Cr\$ 20,00 por unidade em relação aos de produção mais aproximado dos centros consumidores, corresponde ao sacrifício de dois bilhões de cruzeiros, naquele espaço de tempo.

Corrigido ou atenuado o mal, com o preço único de produto, recentemente estabelecido, permanece, ainda, os efeitos do vultoso desfalque na economia agro-industrial do açúcar, na dependência, cada vez mais acentuada, de medidas de salvamento dos poderes públicos federais.

Excetuando a cultura da cana de açúcar, que tem aumentado, as demais lavouras descrevem, dia a dia, de maneira assustadora, a começar pelo algodão, produto hoje importado em larga escala pelas nossas fábricas de tecidos.

Encontra-se em crise, por seu turno, a indústria do café, a mais recente atividade da região sertaneja e que significa, como que o esforço heróico de toda uma população na luta contra a inclemência das secas e na tentativa suprema de fixação do solo. Fábricas e mais fábricas de aproveitamento daquele纤维 se acham paralisadas, pela impraticabilidade de exportação para o estrangeiro, em virtude do contraste existente entre o valor da nossa moeda interna e o valor do nosso café externo.

A salvação do incipiente industrial estará na Fábrica de Flacão e Tecelagem do Caroá, por cuja instalação vimos empenhando.

Agravando esse quadro de apreensões, decorrente, em grande parte, de prolongada estiagem que nos vem castigando desde 1951, estamos, já agora, sob a dolorosa expectativa de mais um ano de seca, de consequências imprevisíveis. O sertão e o agreste, que constituem os celeiros do Estado, não produzem, praticamente, nos dois últimos anos, sendo que é mesmo a zona da mata, de invernos tão frequentes e rigorosos, não ficou imune aos efeitos da seca implacável.

## PAULO AFONSO

A grande confiança que depositamos na inegável capacidade de trabalho e no forte poder de iniciativa dos pernambucanos, leva-nos a crer que melhores dias nos aguardam.

Se com 58.000 KW de potência, que é essa a energia elétrica de que dispomos na Capital e no interior, os pernambucanos têm feito milagres, bem poderemos prever o que será o futuro de Pernambuco e do Nordeste com o próximo aproveitamento da energia de Paulo Afonso, cuja produção, de 180.000 KW, inicialmente, atingirá, em etapas sucessivas, a mais de 900.000.

Quando novas fábricas e novas indústrias já se acham projetadas para breve instalação entre nós, urge, sem dúvida, que nos preparamos, através de provisões objetivas, para o auspicioso evento. E o que está fazendo, em reuniões sucessivas, a Comissão de Desenvolvimento Econômico do Estado.

## SITUAÇÃO POLÍTICO-PARTIDARIA

Vamos mantendo, nestes três meses de Governo, estrita fidelidade às ideias políticas que inspiraram o entendimento das forças democráticas do Estado no pleito de 23 de outubro. Presidente, embora, de uma organização partidária e, como no dever de orientar e assistir aos correligionários que nos distinguiram com tão alta prova de confiança, não faltaremos, em momento algum, aos rumos que nos traçamos e que nunca será demais repetir: combater o velho e cansado e obstinado hábito de fazer propositos pela intimidação, pelo violência, empilhar vícios, redimir-se, reconhecendo que fazem esforços que as fronteiras partidárias não são incompatíveis com a cordialidade democrática que deve existir entre os diversos partidos. E vale aqui insistir também noutro aspecto que não nos passou despercebido na doutrinação de candidato: combater, por todos os meios, a conquista de adeptos por processos repugnantes e suborno, seja qual for o disfarce adotado.

Surgiu em Pernambuco, sem dúvida, Senhores Legisladores, uma configuração política inteiramente nova e para a qual se volta o interesse da própria Nação, como salientavam no discurso de posse perante essa Assembléia. Consolidada, ela, o nosso desejo sincero e, para tanto, não pouparamos esforços, nem nos deteremos ante quaisquer tropelias ou embarracos, dentro da preocupação que nos empolga o espírito de lutar pela renovação dos nossos costumes políticos e pelo fortalecimento das instituições democráticas.

## SENHORES LEGISLADORES:

Com essas considerações sobre a situação do Estado, mais detidamente apreciada nos capítulos que se seguem, aqui consignamos a nossa confiança plena no concurso esclarecido e patriótico, qual independente e eficaz, dessa Assembléia. Confiamos, por igual, na colaboração construtiva da imprensa e do rádio, dos órgãos de classe, dos técnicos e dos homens de experiência, para que nos empenhemos todos, sem distinção de círculo político, na solução dos complexos problemas de que dependem a prosperidade da terra pernambucana e o bem estar do seu grande povo.

# PERNAMBUCO E A REVOLTA DE PINTO MADEIRA

(Continuação da página 20)

gida no dia 11 do mês referido. A 26 do mesmo era atingida a localidade de Itapicuru — no atual município de Alagoa do Baixo (16), 34 léguas de distância da anterior e Flores era finalmente alcançada em 2 de julho, após um percurso de mais 25 léguas. Daí, ele partia para a vila do Jardim que só seria alcançada a 31 de julho. Mais trinta léguas foram percorridas. Vemos desta exposição, feita pelo próprio comandante da expedição ao Presidente da Província (17) que em 50 dias avançou a coluna apenas 138 léguas o que dá, em média, pouco mais de 15 quilômetros diários. Marcha vagarosa de mais para quem vai socorrer uma região assolada por amotinados que estavam a cometer os maiores desatinos.

Quando maior era a influência de Pinto Madeira, a Câmara de Fortaleza, de acordo com o presidente e com o Conselho do Governo da Província, em abril de 1832, resolveu apelar para o socorro pernambucano temendo até a queda da Capital. Foi o Presidente pernambucano rápido em providenciar o auxílio pedido e já a 25 de maio comunicava ao seu colega a partida por terra da «expedição do centro» para, na região fronteiriça colaborar com as forças cearenses, assim como a ida, por mar, de seis oficiais para serem empregados como conviesse àquela província, além de municípios e de «doze contos de réis em dinheiro por conta da prestação anual com que por esta hé suprida essa Província». (18)

Como por ocasião da partida do Capitão Santiago recebesse notícias de que ladrões e salteadores, que por ordem, ou apenas animados pelos feitos de Pinto Madeira, estavam a assaltar as propriedades dos arredores de Cabrobó e Bocaina ordenou aos Juízes de Paz desses lugares reunir as pessoas de que pudessem dispor e dar combate aos mesmos até a chegada das forças do centro, que os perseguiam. (19)

A 3 de julho se achava em Recife o General Labatut que se dirigia ao Ceará (20) a fim de assumir o comando geral das forças que lutavam contra Pinto Madeira e, sabendo ser já periclitante a situação do mesmo, ordenou o Presidente ao Capitão Santiago, a 14 de julho, que dispersasse «a gente que tiver reunido», conservando «apenas a tropa que levou da força de Santo Antônio» a fim de evitar maiores despesas para os cofres, já esgotados, da província.

No dia 2 de julho estava o Capitão Santiago em Flores, de onde marchou para o Cariri e a 24 do mesmo mês já anunciaria o Equinocial a dispersão dos rebeldes, em Sousa na Paraíba, conforme informação do Comandante Francisco Leite da Silva (21). Nota-se que, ainda no mês de julho a Comarca do Sertão foi infestada por grande malta de salteadores, «insurgentes, assassinos e ladrões» certamente dispersos com a desistência de Pinto Madeira que passaram a infestar as regiões próximas ao Cariri, o que determinou resolver o Presidente pernambucano ordenar ao comandante de Santo Antônio e Altinho, já ocupado com o combate aos rebeldes de Panelas, chefados por Antônio Temóteo, enviasse reforços para o sertão a fim de perseguir aquela malta de desordeiros (22).

A 27 de agosto ainda determinava ao Comandante das Armas que fizesse a prisão do Coronel Joaquim da Souza Campeão que vinha do Ceará, responder aqui, a Conselho de Guerra. A 31 de outubro regressava a Recife, a força «do centro», pois nesse dia determinava o Presidente ao Comandante das Armas que ordenasse à mesma dirigir-se para Panelas a fim de participar da nova luta contra os absolutistas que lá se haviam rebelado.

Depois de haver se entregue atendendo a uma proclamação do Presidente do Ceará convidando os rebeldes a deporem as armas sob garantia de vida, foram os dois principais cabecas presos e enviados ao Recife, pois a 10 de novembro determinava o Comandante das Armas a transferência da prisão em que se achavam, na Fortaleza do Brum, para o Brigue-Barca São Cristóvão. Apesar dessa ordem permaneceram os mesmos na fortaleza pois, a 26 de março de 1833 o então Presidente Manuel Zeferino dos Santos determinava a separação dos mesmos, devendo Pinto Madeira ser transferido para o Brigue-Barca «Santa Cruz», enquanto o Vigário permaneceria onde se achava. Ainda em Pernambuco foi negado o fôro militar a Pinto Madeira, por ele reclamado, como se depreende do ofício do Presidente ao Comandante da Praça — o das Armas se achava em Águas Pretas, combatendo aos cabanos — no

ainda hoje, passados 135 anos, drapeja nos mastros dos edifícios públicos de Pernambuco, e constitui uma viva e permanente advertência às gerações futuras de que aquelas que a idealizaram derramaram o seu sangue para que livre fosse a pátria.

Senhores, a revolução de 1817, pela sua magnitude e pelo respeito às figuras que a conduziram e que souberam ser grandes na vitória, e admiráveis no sacrifício daquêle dramático epílogo, faz-nos recordar aquela sentença do imortal autor dos *Girondinos*:

“O que entristece a história, narrando as guerras civis, é que depois dos campos de batalha é preciso narrar os cada-

mos, ainda que tivemos occasião de conhecer em Abril o mencionado Comissário; mas o clamor é geral, e já por meio da imprensa, já em contínuas representações, já em fim por cartas particulares. Muitas couzas se dizem do Irmandade do Sr. Comandante das Armas, e até se lhe imputa o não estar totalmente derrotada a facção de Panelas; isto ouve-se geralmente além de outras couzas, de que o Exmo. Vice-Presidente hé sabedor, e por isso nós julgamos de necessidade a bem da reputação do Comissário, que se mandasse-o responder a um Conselho de Guerra».

Mas não ficou na expedição ao centro a contribuição pernambucana a representação a Pinto Madeira, pois ainda em fevereiro de 1835, após o fuzilamento do mesmo, estava o então Presidente Manoel de Carvalho Paes de Andrade determinando ao Juiz de Direito de Flores que, por requisição do governo cearense fizesse diligências em sua Comarca para prender os madeireiros Miguel Porcato Bizer da Bulhões, Felipe Francisco de Amorim e José Dantas Rothea que constava estarem homisidos na mesma.

E o prestígio de Pinto Madeira parecia, ao Governo, ser tão grande entre os restauradores que, em setembro de 1833, desejando fazer que Vicente Ferreira da Paula — chefe dos cabanos — depusesse as armas utilizou o seu nome, como se depreende do ofício do Presidente ao Ministro do Império no qual informava «fingindo-se uma carta a elle escrita por Pinto Madeira, na qual se lhe dizia que a pertinacia que mostrava na sustentação da guerra, podia ser muito prejudicial a elle Pinto, e mais companheiros, que se achavam presos e mesmo caçar-lhes a morte, quando desistindo elle, e despersando a sua gente, poderia ser solto, e então em occasião mais oportunas se entrava na impreza.» Mas, ou Vicente da Paula e seus companheiros entre os quais vários português, não davam ao chefe cearense o prestígio que seus adversários julgavam que ele possuisse, entre os partidários da restauração ou, foram mais sagazes que o governo e compreenderam que aquela carta era uma farsa, usada pelas autoridades para evitar a continuação de uma luta que já durava mais de um ano.

### III

Não podemos estudar a participação pernambucana na repressão a Pinto Madeira sem apresentar alguns documentos sobre a figura, bastante discutida em sua época, do Capitão Joaquim José da Silva Santiago. Sobre elle se expressava o «Equinocial» de 26 de setembro de 1832, da seguinte forma: «Quando daqui parto o Major Santiago para o centro incumbido de uma comissão importante pessoas de bom senso censuravam similarmente nomeação. Dizia-se que o sr. Major Santiago além de não ter geito para a guerra, não tinha a capacidade necessária para ir commandar os nossos matutos. Dizia-se mesmo que nenhumas qualidades se conhecia o Comissário adaptada à uma tão melindrosa incumbência além da de ser irmão do benemerito Comandante das Armas. Quando por esse modo ouvimos assim falar, suppunhamos que o demasiado zelo dirigia as expressões dessas pessoas, que aliás respeitava-

mos, ainda que tivemos occasião de conhecer em Abril o mencionado Comissário; mas o clamor é geral, e já por meio da imprensa, já em contínuas representações, já em fim por cartas particulares. Muitas couzas se dizem do Irmandade do Sr. Comandante das Armas, e até se lhe imputa o não estar totalmente derrotada a facção de Panelas; isto ouve-se geralmente além de outras couzas, de que o Exmo. Vice-Presidente hé sabedor, e por isso nós julgamos de necessidade a bem da reputação do Comissário, que se mandasse-o responder a um Conselho de Guerra».

Ainda se incompatibilizou mais com as autoridades e com a opinião pública o Capitão Santiago porque ao regressar do centro, recebeu, em caminho, a incumbência de dirigir-se a Panelas e ajudar ao Capitão Carapeba a destruir as forças de Antônio Temóteo que iniciava a guerra dos Cabanos e, a isso se recusou, sem apresentar motivos plausíveis. A imprensa atacou-o muito, o que levou o Capitão a responder em termos injuriosos aos jornalistas.

Chegando ao Recife, apresentou o Comandante da expedição do Centro a conta das despesas feitas, na qual se incluía, com transporte de apetrechos (aluguer de mulas) a importância de Cr\$ 1.320,20, quantia que o governo achou exagerada passando a pedir confirmação dessa despesa a Juízes de Paz do sertão, em ofícios que denotam a desconfiança que tinha do oficial, como demonstram os dois que transcrevemos abaixo. Assim ao Juiz de Paz de Caruaru, dirigiu-se o Presidente nos seguintes termos: «Constando-me que muitos individuos se prestarão voluntariamente a concorrer para a marcha da tropa que se dirige ao Ceará, com donativos de bois, farinha, e cavalgaduras para as conduções; e mesmo dinheiros, e havendo o Capm. Comandante daquela tropa mencionado apenas os nomes de cinco cidadãos que concorrerão com dinheiros, que forão o Capitão José Pereira da Silva, João Alz. Leite, Clemente Pereira da Silva, Mel. Inácio Ribeiro, e João Francisco dos Santos, deixando em esquecimento os nomes de todos os outros que concorrerão com farinhas, gados e cavalgaduras e não sendo lícito que sejam desconhecidos do Governo, e mesmo do Público os nomes dos Cidadãos que por qual quer maneira tiverem concorrido para aliviar a Fazenda Pública das despesas que deveria ter feito, se não houvesse o concurso desses donativos espero que V.Mce. queira indagar quais forão as pessoas que fizeram donativos de qualquer natureza que fossem até mesmo com o valor do transporte de huma cavalgadura de hum lugar para outro, pozo que muitas vezes o donativo que parece pequeno hé realmente grande em relação as posses d'aquele que o faz; indicação que será facilitada pela scienzia que V. Mce. deve ter da marcha da tropa e dos lugares onde esteve estacionadas.

No ofício que se segue, dirigido ao Juiz de Paz de Cimbres é ainda mais explícita a desconfiança do Presidente no Capitão Santiago por só estes os termos empregados: «Sendo-me necessário entrar

na indicação da veracidade das contas das pelo Cap. Comandante da expedição que marchou ao Ceará, o qual, sem mencionar as pessoas a quem forão comprados os gados, e mais generos de munições de boca, nem a quellas a quem forão pagos os fretes das cavalgaduras; principiou a manter em sua conta desde o lugar de Caruaru até a Barra do Jardim despesas de compras de gado sendo o primeira de dois bois feita em Caruaru, a segunda no Béedo, e o frete de 40 cavalos constantemente empregados na condução da bagagem desde a povoação de Caraguatá até a vila de Jardim, importando só esta ultima despesa até aquele lugar 1:320\$200 rs. sendo mui natural que tais objetos fossem exigidos dos Juízes de Paz então existentes, este o motivo por que me dirijo a V. Mce. para me informar circunstâncias sobre isto, por me haverem assegurado algumas pessoas que tais despesas não tiveram lugar; principalmente a do frete de cavalgaduras, que hé tal qual se apresenta na copia inclusa. Espero que V. Mce. dizendo-me o que sabe, em razão do honroso cargo que então exercia, e informando-se do que souber por este motivo, me responda com a presteza que lhe for possível.»

Vê-se assim como ficou o Presidente desconfortado da atuação e da honrabilidade do Capitão Santiago e, infelizmente, os documentos que manuseamos, e que não foram poucos, não nos deixaram indicação de haver ou não sido procedentes a desconfiança do Presidente Manoel Zefino dos Santos. Sabemos apenas que alguns meses depois estava este em forte divergência com o Comandante das Armas, irmão do Capitão, e via-se, em setembro de 1833, obrigado a passar o Governo ao seu substituto legal, por motivo de «doença». Certamente as investigações não continuaram.

### BIBLIOGRAFIA

- 1) Diário de Pernambuco, outubro de 1833.
- 2) Barbosa Lima Sobrinho, A Revolução Praieira, Recife, 1949.
- 3) Amaro Quintas, A Revolução Praieira, Recife, 1949; O Sentido Social da Revolução Praieira, Recife, 1946, além de vários artigos de jornal e revista.
- 4) Estevão Pinto, O General Abreu e Lima, Recife, 1949.
- 5) Olívio Montenegro, Um revolucionário da Praieira, Recife, 1949.
- 6) Elísio Ramos — A Rebelião Praieira, Recife, 1949.
- 7) João Peretti, o Movimento Praieira, Recife, 1950.
- 8) Antônio Joaquim de Melo, Gervásio Pires Ferreira, Recife, 1895.
- 9) Luiz Teixeira de Barros, A Revolução de 1817 no Ceará, Tradição editou, Recife, 1944.
- 10) Ofícios do Governo, Ms. da Biblioteca Pública.
- 11) Eusébio de Souza, História Militar do Ceará, Editora «Instituto do Ceará», Fortaleza, 1950.
- 12) Ofícios do Governo, Ms. da Biblioteca Pública.
- 13) Idem.
- 14) Idem.
- 15) Idem.
- 16) Sebastião de Vasconcelos Galvão — Dicionário Chorográfico Histórico e Estatístico de Pernambuco, Recife, 1910.
- 17) Ms. da Biblioteca Pública.
- 18) Ofícios do Governo, Ms. da Biblioteca Pública.
- 19) Idem.
- 20) O Equinocial, nº de 3 de julho de 1832.
- 21) Ofícios do Governo, Ms. da Biblioteca Pública.
- 22) Idem.
- 23) Idem.
- 24) Idem.

## ASPECTOS DA REVOLUÇÃO DE 1817

(Continuação da página 4)

ainda hoje, passados 135 anos, drapeja nos mastros dos edifícios públicos de Pernambuco, e constitui uma viva e permanente advertência às gerações futuras de que aquelas que a idealizaram derramaram o seu sangue para que livre fosse a pátria.

Senhores, a revolução de 1817, pela sua magnitude e pelo respeito às figuras que a conduziram e que souberam ser grandes na vitória, e admiráveis no sacrifício daquêle dramático epílogo, faz-nos recordar aquela sentença do imortal autor dos *Girondinos*:

“O que entristece a história, narrando as guerras civis, é que depois dos campos de batalha é preciso narrar os cada-

falsos. Mas — acrescenta — uma nação deve por certo chorar os seus mortos e não se consolar de uma só cabeça injusta e odiosamente sacrificada; mas, não deve lamentar o seu sangue, quando correu para fazer sobreviver verdades eternas”. (12).

(Lido no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, na sessão magna do dia 6 de março de 1952).

- (1) — Muniz Tavares — Revolução Pernambucana de 1817, página 76.
- (2) — Moreno Brandão — História de Alagoas, página 38.

- (3) — Moreno Brandão — Monografia do Município de Pendá, página 11.
- (4) — Tenente Coronel Silvio Cahú — Revolução Nativista Pernambucana de 1817.
- (5) — Tolonare — Notas Domésticas, página 197.
- (6) — Idem, ob. cit. 201.
- (7) — Idem ob. cit.
- (8) — Fernando Azevedo — Cultura Brasileira.
- (9) — Amaro Quintas — A Génese do Espírito Republicano em Pernambuco e a Revolução de 1817, página 47.
- (10) — Roberto Simóen — História Económica do Brasil, página 235, II vol.
- (11) — Oliveira Lima — Nota à História da Revolução de Pernambuco de Muniz Tavares.
- (12) — Lamartine — Os Girondinos, páginas 415 e 512.

# PERNAMBUCO

## e a Revolta de Pinto Madeira

Manoel Correia de Andrade

MUITO se tem escrito sobre as revoluções pernambucanas — que se estenderam por todo o Nordeste Oriental — de 1817 e de 1824, mas não têm os historiadores patrícios estudado os acontecimentos que se sucederam à essas revoluções, senão a partir de 1848. O período que vai de 1824 à revolução praeira ficou como que esquecido, como se não interessasse aos historiadores acompanharem carreiras políticas iniciadas revolucionariamente e terminadas no maior comodismo como a de Manuel de Carvalho Paes de Andrade, que republicano na mocidade morreu senador do Império ou a de José de Barros Falcão de Lacerda que comandante das forças da Confederação do Equador em 1824, passou a absolutista em 1833 participando da Sociedade Militar (1).

Ninguém se dispôz ainda a estudar com uma certa profundidade assuntos de real interesse para Pernambuco como a Setembrada a Novembrada, a Abrilada e a Guerra dos Cabanos. Das Carneiradas não direi o mesmo porque o grande Alfredo de Carvalho dedicou-lhe na Revista do Instituto Arqueológico, interessante estudo, infelizmente pouco divulgado. A Praieira teve melhor sorte porque além das crônicas dos seus contemporâneos, provocou, com o seu centenário, uma série de interessantes estudos feitos por escritores de real mérito como Barboza Lima Sobrinho (2), Amaro Quintas (3), Estevão Pinto (4), Olívio Montenegro (5), Eládio Ramos (6) e João Peretti (7). Os historiadores oficiais mal anunciam, quando o fazem a existência dessas revoluções, assim como dos problemas administrativos e da difícil situação política e econômica porque atravessou Pernambuco, no período regencial. O problema da moeda falsa, de cobre, que corroia a economia provinciana, tornando-se causa das mais sérias complicações merece especial estudo. Ao estudo de problemas, desta e de outras províncias, como a revolta de Pinto Madeira no Ceará, ou a «rusga dos Dantas» na Paraíba, que se refletiram de forma intensa sobre Pernambuco, e que também não vêm merecendo dos historiadores a atenção que lhes é devida, tenho dedicado nestes últimos três anos quasi todas as horas que sobram de meus afazeres. E' baseado em documentação retirada dos velhos jornais existentes na Biblioteca Pública do Estado e dos preciosos manuscritos que ali dormem é, ainda, graças à boa vontade e à cooperação dos bibliotecários, dr. Olímpio Costa Júnior e Francisco Caeté — ambos estudiosos de nossa história e convededores do grande acervo da Biblioteca — que tiramos estas notas sobre o reflexo da rebelião de Pinto Madeira, em Pernambuco.

As idéias liberais, introduzidas no Nordeste no inicio do século XIX, e propagadas entre intelectuais e senhores de engenho, graças à ação das sociedades secretas, pelo trabalho do Arcôpago de Itambé e pelas academias Suassuna e do Paraíso fizeram grande proselitismo nas capitâncias nordestinas. Vários senhores rurais porém, mantiveram-se fiéis ao seu Rei e às idéias até então dominantes de absolutismo. Do estudo das revoluções de 1817 e de 1824 se pode tirar tais conclusões pois naquela o próprio representante da agricultura no governo republicano — Manuel Correia de Araújo, senhor do engenho Camaragibe — demonstrou com os seus atos ser no fundo um realista e que ocupava aquele cargo mais por conção dos revolucionários, desejosos de obter o substancial apoio dos senhores rurais, que por convicções republicanas. Também, de discreta hostilidade, é a atuação do dr. Moraes e Silva, senhor de engenho em Muribeca e membro do Conselho do Governo. De franca hostilidade é a atuação da maioria dos senhores de en-

genho. Poucos são os proprietários como o coronel Suassuna e seus irmãos que tomaram atitudes francamente revolucionárias.

Em 1824 menor foi a simpatia dos proprietários pelo movimento, ficando a maioria deles com o Morgado do Cabo, agora realista e aliado do Imperador. Talvez a falta desse apoio tenha sido a principal causa do fracasso tão rápido da Confederação do Equador.

Com a derrota e execução dos principais chefes da Confederação do Equador, passou o Nordeste a ser dirigido pelos absolutistas ou pelos adesistas que se submetiam de bom grado à determinações e aos caprichos do Imperador. Em Pernambuco, ligado aos português ocupavam as posições chaves homens como o coronel Bento José Lamenha Lins, o capitão-mor Domingos Lourenço Tóres Galindo, os desembargadores Gustavo Adolfo de Aguiar Pantoja e Antônio de Azevedo Melo e Carvalho, o tenente-coronel Francisco José Martins, o major Manuel Muniz Tavares e outros que foram afastados dos seus postos logo que

jos, e abraços: nem tanto, nem tão poucos.

Entre absolutistas convictos com larga influência no interior, durante o período Regencial, convém destacar o Coronel de Milícias, proprietário na região do Cariri, no Sul do Ceará, Joaquim Pinto Madeira que serviu seu ideal regressista durante toda a vida, e, por ele terminou perdendo a mesma. Assim, já em 1817 servia sob as ordens do Capitão-mor Filgueiras e do Tenente-Coronel Leandro Bezerra Monteiro para abafar a tentativa revolucionária do seminarista José Martiniano de Alencar, no Crato, sendo mesmo o comandante da escolta que conduziu, dessa cidade para Fortaleza, os liberais aprisionados em consequência da tentativa revolucionária. (9) Como este encontramos o Capitão-mor João Batista de Araújo, da Barra Grande, em Alagoas, que revolucionaria o norte dessa província e o Sul de Pernambuco com a provocação da guerra dos Cabanos que encontraria no deserto Vicente Ferreira de Paula o seu guia; e o Capitão-mor de Santo Antônio, Domingos Lourenço Tóres Galindo que faria o levante dessa vila,

segundo êxito em os combates de Várzea Alegre (6-II-1832) e Icó (4-IV-1832) e, finalmente, sob o comando do próprio presidente em Missão Velha (22-VI-1832).

Neste período foram várias as providências tomadas pelo Governo Pernambucano para impedir que a revolta estendesse ao território desta província, para debelar a rebelião no Ceará, conibuição pernambucana para a derrota de Pinto Madeira.

Assim, a 10 de janeiro ordenava o Presidente pernambucano às autoridades das vilas de Cimbres, Garanhuns e Flóres que auxiliassem e permitissem a entrada em Pernambuco de forças cearenses que por ordem da Regência iam prender o chefe «coluna» Joaquim Pinto Madeira, determinando que comunicassem aos vários Juízes de Paz «prestar ao Comandante da Força quaisquer socorros de que precisar para o bom desempenho da dita diligência» (13). Dos termos do ofício se conclui que o Presidente Francisco de Carvalho Paes de Andrade ainda ignorava a rebelião que Pinto Madeira provocou tomando como pretexto a ordem da Regência.

Ao saber da ocupação do Crato por Pinto Madeira e do boato de que o mesmo perdera nesta operação grande número de seguidores e de que, havia sido assassinado, ordenou ao Comandante das Guardas Municipais de Flóres que «com a gente das Ordenanças, e guardas Municipais, que puder reunir, trate quanto antes de perseguir o resto d'aqueles malvados, afim de serem prezos, e punidos de seos atrozes crimes» (14). Não satisfizer a requisição de armamentos e munições «por haver grande falta de semelhantes objectos». Isto se dava em 3 de janeiro de 1832.

Com o domínio do Cariri pelos sublevados, de que o Presidente ficou a par por informações partidas do interior pernambucano, tratou o mesmo de enviar uma força para o sertão que deveria entrar em luta com os rebeldes, mas esta força foi retardada pela rebelião surgida em Recife no dia 14 de abril, chefiada pelo Coronel Francisco José Martins e pelo levante de Tóres Galindo, em Vitoria de Santo Antônio, o que vem indicar estavam os mesmos mancomunados com o chefe cearense e, talvez, tenham precipitado os acontecimentos para impedir o envio de forças contra o mesmo.

A 19 de maio eram remetidas armas ao Comandante das Ordenanças de Flóres que recebia recomendação de dar provisões «enquanto aí não chegar a Força desta Cidade, estejam todos os habitantes desses lugares dispostos a frustrar qualquer tentativa do rebelde Pinto Madeira, e seus seqüazes» (15).

A 23 de maio dava providências para organização da coluna que deveria marchar para Flóres, sob o comando do Capitão Joaquim José da Silva Santiago, irmão do Comandante das Armas, com cinco oficiais, autorizando e fornecendo meios, aos mesmos, para «convidar a gente, que se lhe quizer reunir; e requisitar as Autoridades dos lugares por onde tranzitar tudo quanto precisar para o bom desempenho da comissão, de que vai encarregado». Determinava em ofício do dia seguinte (24-V-32) que os soldados da expedição de Santo Antônio que fossem para Pajéu de Flóres perceberiam a diária de 6000 réis, mas as pessoas que fossem arregimentadas para marchar perceberiam apenas os vencimentos dos soldados da 1ª linha.

A marcha da expedição foi das mais vagarosas pois em junho era atingida Gravatá, de onde, após breve demora partiu para Raposas — no atual município de São Caetano — que só seria atin-



Biennale de Veneza

chegou a notícia da obedição, a 5 de maio de 1831, por manifestações populares (8).

Estes homens não desanimaram com a deposição das posições ocupadas e se organizaram em comum acordo com os elementos também absolutistas do clero e com os português, em grande parte ricos comerciantes, passando a esperar a hora assada para a restauração. Passados os arroubos nativistas dos exaltados como a manifestação de 6 de maio e a novembrada, além das sedições da tropa, mal paga e mal disciplinada — a setembrada — prepararam-se os restauradores, aqui chamados «colunas» para agir, vindo depor o governo moderado e vingar-se dos vexames sofridos no primeiro período de grande influência dos exaltados. Era tão complacente o governo de então para com os «colunas» que um jornal moderado da época — o Harmonizor — em edição de 12 de março de 1832, referindo-se as revoluções restauradoras dizia: «Oxalá não fiquem impunes esses perturbadores, passando-se-lhes a mão pela cabeça, que hê o costume, bem pouco político, dos absolutistas. O absolutismo, quando vem de sima, na força tem com que descartar-se dos seus inimigos; o partido liberal quer levar tudo com bei-

em comum acordo, e, por ocasião da rebelião de Francisco José Martins, em Recife — a Abrilada —, assim como o Capitão-mor José da Costa Nunes, de Flóres, que, destituído do cargo, após a abdicação, ameaçava invadir e ocupar a vila, em julho de 1831, dizendo-se aliado de Pinto Madeira (10).

### II

A primeira reação restauradora surgiu no Ceará, na vila do Jardim, a 14 de dezembro de 1831, quando, reagindo a uma ordem de prisão emanada da Regência, através das autoridades do Crato, levantou-se o ex-Coronel de Milícias Joaquim Pinto Madeira (11) apoiado pelo Padre Antônio Manuel de Sousa, cognominado o Benze-Caeté Vigário de Jardim, e também membro saliente do partido restaurador. Logo o Crato foi ocupado pelos rebeldes que cometeram os maiores desatinos. A revolta dos dois «colunas» era prevista, pois em julho de 1831, seis meses antes da mesma, já se temia um levante em Flóres, do Capitão-Mor José da Costa Nunes, auxiliado por elas (12). Logo o Cariri foi dominado em consequência do grande prestígio que cercava os dois chefes. Tropas foram enviadas de Fortaleza para contê-los con-